

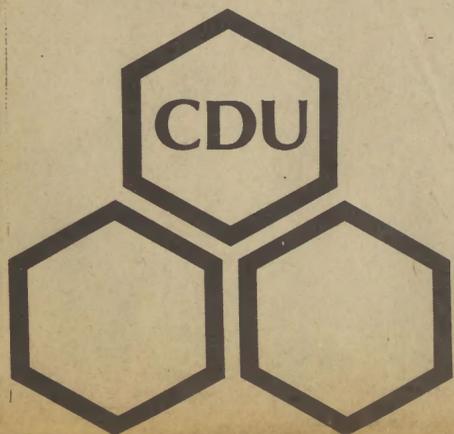
Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 781
15 de Dezembro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

CDU prepara eleições de 1989



A Coordenadora Nacional da CDU reuniu na passada segunda-feira para analisar a preparação das eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu, que se vão realizar em 1989. Para 19 de Março confirma-se a realização de um Encontro Nacional da CDU; em finais de Janeiro vai efectuar-se uma jornada nacional de esclarecimento.

O «Avante!» publica o comunicado que foi tornado público no final da reunião.

Semana/pág. 5



Greves no Estado

Governo comporta-se como mau pagador

Administração local, magistratura, professores e Função Pública na generalidade - luta firme que uma vez mais chama a atenção para os critérios de injustiça e marginalização com que o Governo Cavaco trata os trabalhadores do Estado. Seria impossível não protestar. Seria inadmissível não lutar.

Semana/pág. 1



Em Foco / Avante!

- Intervenções
- Moções aprovadas
- Saudações de delegações estrangeiras
- Entrevistas

Dossier / Avante!

Fotos do Congresso

Saudações a Álvaro Cunhal

Por motivo da reeleição para Secretário-geral do PCP o camarada Álvaro Cunhal tem recebido numerosas mensagens de saudação entre as quais:

M. Gorbatchov, Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética

E. Honecker, Secretário-geral do PS Unificado da Alemanha

Milos Jakes, Secretário-geral do CC do PC Checoslovaco

W. Jaruzelski, Primeiro Secretário do CC do POUP

Karoly Grosz, Secretário-geral do POS Húngaro

Zhambyn Batmunkh, Secretário-geral do PPR Mongol

Ali Salim Albidh, Secretário-geral do CC do PS Yeménita

Comité Central do PT Coreia

Comité Central do PT da Etiópia

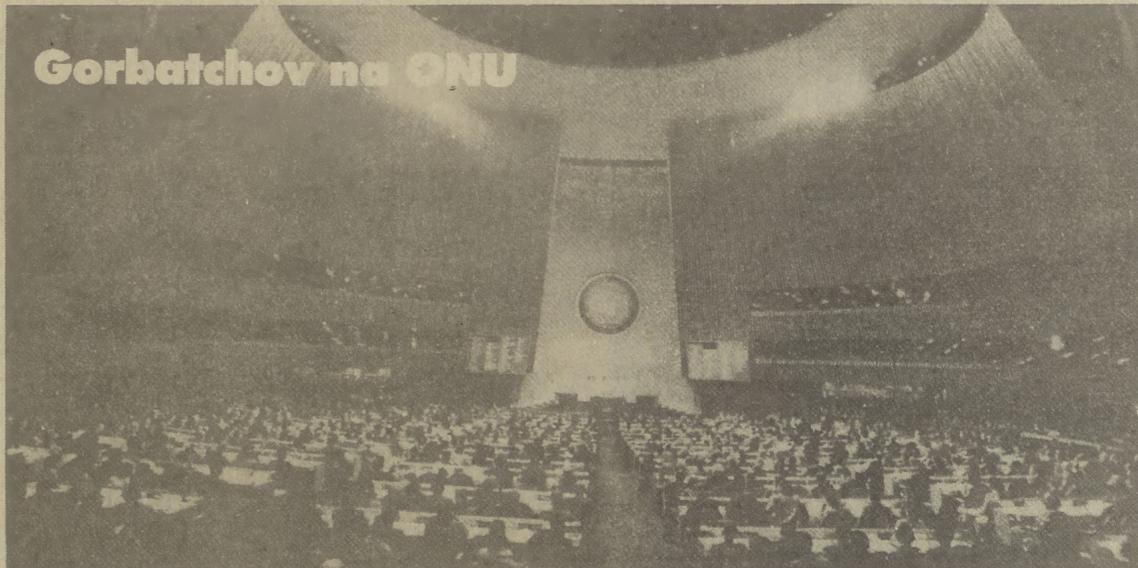
Acordo em Brazzaville

As delegações de Angola, Cuba e África do Sul, com a mediação dos EUA, assinaram terça-feira em Brazzaville o protocolo de acordo para a paz no Sudoeste de África que abre as portas à implementação da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia e à salvaguarda da paz em Angola.

Importante vitória das forças que se batem pela resolução pacífica dos conflitos regionais, a assinatura do protocolo é o reconhecimento internacional dos esforços de Angola para a defesa da paz, soberania e integridade territorial.

Semana/pág. 7

Gorbatchov na ONU



A URSS decide unilateralmente mais reduções militares

Semana/pág. 8

Tarefa central imedediata do Partido

A tarefa central imediata de todo o nosso Partido é agora a do estudo e aplicação criativa e prática das conclusões e decisões fundamentais do seu XII Congresso.

A poucos dias da reunião do Órgão supremo do Partido, extintos os ecos da apoteose final, é agora altura de reflectir seriamente com os pés na terra e agir de modo consequente na concretização da Resolução Política do Congresso.

Essa imperiosa tarefa é para os comunistas portugueses o corolário lógico de um aprofundado trabalho de muitos meses confluindo para o Congresso, visando sintetizar no plano global da luta duas ordens de questões:

Primeira, condensar a experiência acumulada do Partido, extrair as lições da sua intervenção activa e dinâmica no combate diário para elevação geral das condições de vida do povo trabalhador e pela intransigente defesa do regime democrático, das suas instituições e conquistas;

Segunda, fazer o reconhecimento objectivo e a identificação das novas realidades surgidas no processo de transformações de dimensão histórica que se opera nos nossos dias.

O novo Programa, o reajustamento das regras estatutárias da vida interna do Partido às novas condições do processo político, a Resolução Política final, a intervenção do Secretário-Geral do Partido e o conjunto das intervenções lidas na tribuna do Congresso, formam um todo coerente, resumem a rica experiência colectiva do Partido e constituem instrumentos básicos imprescindíveis para um excelente empreendimento colectivo que a partir de agora solicita e desafia a atenção, o dinamismo e a operosidade dos comunistas portugueses.

A complexa situação nacional e internacional que vivemos envolve e determina uma aguda batalha ideológica e política, contém numerosas indefinições, é todo um processo em desenvolvimento no qual numerosos elementos estão ainda eles próprios em mutação.

Ninguém tem a ciência na algibeira, ninguém possui a verdade absoluta.

Só pseudo-renovadores inquinados de pre-

sunção podem pretender-se possuidores do monopólio do pensamento científico e político para a correcta compreensão e interpretação das novas realidades.

Tem de ser — e só essa condição lhe pode garantir o êxito — um grande empreendimento colectivo que recolha não somente a contribuição de todos os comunistas como a de todos os combatentes da democracia, do socialismo e da Paz em Portugal. Nenhuma contribuição válida deve ser perdida neste labor colectivo de grande fôlego.

Na época actual é indispensável apreender o que de fundamental está em mudança e como muda; identificar cada uma das suas componentes essenciais, determinar o sentido e o carácter das alterações produzidas, influir decisivamente nos processos de transformação, prever no essencial os desenvolvimentos posteriores.

Naturalmente é muito mais fácil enunciar tudo isto do que concretizá-lo na prática. Mas não há outro caminho para um Partido marxista-leninista com as responsabilidades históricas do PCP senão o apontado pelo seu XII Congresso.

Lancemo-nos ardorosamente ao combate com confiança e optimismo mas as preocupações e incertezas de um processo que nos ultrapassa são impositivas e lícitas.

No nosso XII Congresso um relevo particular foi dado às alterações produzidas na situação internacional, às novas condições da acção dos comunistas no mundo, ao quadro envolvente da nossa realidade nacional.

A presença no Porto de mais de setenta delegações estrangeiras testemunha o interesse do movimento comunista internacional, de partidos, organizações e movimentos empenhados na defesa do progresso social, da Paz e do Socialismo pelos debates e a contribuição concreta dos comunistas portugueses.

Dentre as especificidades e as condições particulares de cada país e de cada organização representada no nosso Congresso a consciência das tarefas e inquietações comuns foi visível.

De facto, as novas realidades a que o nosso

XII Congresso deu resposta radicam-se e inserem-se em considerável medida nas grandes realidades e transformações em curso no mundo contemporâneo.

Importantes mudanças estão alterando a situação internacional dos nossos dias.

Pela primeira vez, nos últimos quarenta anos, no auge da produção de novas armas de destruição em massa (nucleares, químicas, biológicas e outras) capazes de extinguir a vida sobre a Terra, a hipótese do triunfo definitivo da causa da Paz no mundo tornou-se palpável com o começo de soluções de explosivos conflitos regionais e os progressos da cooperação pacífica entre os povos. Problemas e questões como as da sobrevivência da própria Humanidade, as do ascenso de milhões de pessoas à cena histórica como as da invencível aspiração dos povos à liberdade, à independência nacional, à democracia e à justiça social, ganham nova dimensão, nova dinâmica e novo conteúdo com os progressos da revolução científica e tecnológica, com o desenvolvimento impetuoso dos novos meios de comunicação social de massas, com a intensificação dos contactos e formas de cooperação entre os povos independentemente do seu sistema social.

A necessária conjugação das especificidades institucionais, políticas e económicas de cada país com as exigências crescentes dos processos de internacionalização do mundo contemporâneo — mesmo lá onde o agravamento das contradições dificultam o processo — tornou-se uma irrecusável exigência dos dias actuais.

Para o nosso XII Congresso as exigências de uma nova visão e de um novo comportamento dos comunistas portugueses perante as novas realidades da nossa época têm um ponto tangível na integração de Portugal na CEE.

Os «25 pontos do PCP» para enfrentar as consequências do Mercado Único Europeu em 1992, integrantes da Resolução Política do Congresso procuram posicionar o nosso Partido perante os factores contraditórios que inevitavelmente irão pesar na nossa realidade nacional, ar-

Resumo

7 Quarta-feira

Dia de greve nacional na função pública. Pelo direito à negociação colectiva, os trabalhadores da Função Pública paralisaram a nível nacional. Uma greve que, segundo a Frente Comum dos sindicatos do sector, contou com uma adesão na ordem dos 57 por cento. Os juízes terminam uma paralisação de três dias durante a qual o nível de adesão foi da ordem dos 90 por cento. Em conferência de imprensa, os deputados comunistas anunciam uma série de propostas com que visam a resolução dos graves problemas do distrito de Lisboa. Lisboa é invadida ao fim da tarde, por um intenso cheiro a gás. Não se chega a descobrir a sua proveniência. Ao discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente soviético anuncia uma nova iniciativa de paz da União Soviética. Violento terramoto abala a região soviética do Cáucaso. As primeiras informações falam em milhares de vítimas. Nos territórios árabes ocupados por Israel, uma greve geral assinala a passagem do primeiro aniversário da Intifada, o levantamento popular contra o ocupante.

8 Quinta-feira

A Polícia Judiciária captura, em flagrante delito um traficante de notas falsas. No momento da sua prisão no Porto, o traficante transportava consigo 150 milhões de pesetas falsas. Começam-se a conhecer as dimensões do terramoto que se abateu sobre a Arménia. 50 mil mortos e centenas de milhares de desalojados é o primeiro balanço da tragédia. Um jacto da força aérea dos Estados Unidos despenha-se sobre um bairro residencial alemão, devastando um quarteirão de habitações.

9 Sexta-feira

A greve dos trabalhadores judiciais tem uma adesão superior a 95 por cento, pelo que mais de metade dos tribunais portugueses encerram. Na cerimónia de abertura das aulas na Universidade Técnica de Lisboa, o seu reitor acusa o governo de apertar a autonomia universitária, ao reduzir as dotações do Estado para as universidades. A saída de uma audiência em Belém, Hermínio Martinho afirma que a polémica surgida entre o PRD e a Presidência da República é «um assunto arrumado». O arquitecto Siza Vieira recebe em Barcelona o primeiro Prémio Europeu de Arquitectura Mies Van Der Rohe. Israel desencadeia a sua maior operação militar a sul de Beirute, desde a invasão do Líbano em 1982. A NATO acolhe favoravelmente os cortes nos armamentos convencionais anunciados pela União Soviética.

10 Sábado

Comemora-se o 40.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Os trabalhadores da zona

sul da EPAC reúnem-se em Évora e decidem lutar contra a destruição da EPAC, contra a perda das funções tradicionais da empresa e contra a alienação do seu património. Em painel organizado no Porto pelo Clube de Empresários das Pequenas e Médias Empresas é reclamada a definição de «políticas coerentes e integradas» relativamente à formação profissional. Os empresários queixam-se de falta de mão-de-obra especializada. Em Oslo, o secretário-geral das Nações Unidas recebe o prémio Nobel da Paz, atribuído à Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas, os «capacetes azuis». Novos números sobre



o sismo na Arménia: pelo menos 45 mil mortos, 12 mil feridos e meio milhão de desalojados.

11 Domingo

Em Lisboa, termina o V Congresso do Movimento Cooperativo Habitacional. No final, os participantes afirmam encarar com preocupação o efeito dos «plafonds» de crédito à habitação social e dos aumentos brutais nas mensalidades de quem recorreu ao empréstimo individual. Durante a visita do Primeiro-Ministro ao Algarve, as câmaras municipais solicitam ao Governo que ponha à disposição das autarquias as verbas necessárias para a recuperação dos seus centros históricos. Com os votos favoráveis do Governo português, a CEE decide reduzir as quotas de Portugal na pesca de bacalhau, pescada e carapau. A agência noticiosa angolana afirma que a África do Sul está a planear uma nova agressão de grande envergadura contra a República Popular de Angola a partir de Janeiro. A France Presse noticia uma nova vaga de prisões em Timor-Leste. Citando fontes civis e militares, a agência noticiosa, diz que cerca de três mil pessoas foram presas durante e após a visita do ditador indonésio ao território ocupado.

12 Segunda-feira

O reitor da Universidade de Lisboa afirma, no acto solene da abertura das aulas, «o descontentamento que todos sentem pela manifesta falta de verbas atribuídas ao Ensino Superior para o ano de 1989». A direcção do matutino Diário de Notícias é demitida

pela administração que evoca razões «de natureza funcional» não especificadas. Os magistrados do Ministério Público iniciam um período de greve de dois dias. A adesão é estimada entre os 95 e os 98 por cento. O Presidente da República inicia uma visita oficial à Grécia. O Coordenador da CGTP afirma, em conferência de imprensa, que o Governo está a secundarizar a componente social do País. O director-geral dos Serviços Prisionais afirma que o número de suicídios nas prisões portuguesas decresceu de 21 em 1987 para 16 este ano. Choque de comboios no principal nó ferroviário da Europa, perto de Londres, mata 53 pessoas e fere cerca de duas centenas. Ghulam Ishaq Khan, que ocupava interinamente a chefia do Estado paquistanês, é eleito para a presidência do Paquistão. No mesmo país, a primeira-ministra Benazir Bhutto vence um voto de confiança na Assembleia Nacional.

13 Terça-feira

A greve rotativa realizada pelos professores nos dias 7, 12 e 13 constituiu uma firme e inequívoca rejeição da política do Ministério da Educação do Governo PSD, sublinha em Lisboa o dirigente da FENPROF, António Teodoro. Cumpre-se o segundo de três dias de greve dos magistrados do Ministério Público. Morre no Hospital de Santa Maria o comandante da TAP Alfredo Matos Durão, vítima de violenta explosão no veículo em que seguia, cerca das 7 e 20 da manhã, no cruzamento das Calvanas com a Avenida Norton de Matos, em Lisboa. «Apelo aos dirigentes do Israel para que juntos possamos construir a paz», são palavras de Yasser Arafat, dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), proferidas em Genebra, na Assembleia Geral das Nações Unidas, ali reunida expressamente para ouvir o dirigente palestino. Em telegramas enviados às Comissões Obreras e à União Geral de Trabalhadores, a CGTP-IN expressa a sua activa solidariedade aos trabalhadores da vizinha Espanha, que amanhã avançam para uma histórica greve geral sem precedentes desde 1934. Angola, Cuba e África do Sul assinam em Brazaville o protocolo de Paz para o Sudoeste de África. Para trás ficam 8 meses de negociações. Pôr fim à agressão racista contra o território angolano e criar condições para a independência da Namíbia são pontos em destaque no acordo, a que se seguirá, no próximo dia 22, um acordo final global tripartido. M. Gorbachov propõe a criação de uma comissão governamental para apurar as condições de construção dos edifícios na Arménia. «É preciso punir os responsáveis que construíram imóveis de muitos andares sem respeitarem minimamente as regras de segurança», afirmou o dirigente soviético no decurso de uma reunião com membros do Comité Central do PC da Arménia.



mam o povo português para a defesa da sua independência, dos seus interesses e da sua identidade nacionais.

Encarar no plano da luta a rude ameaça que pesa sobre as instituições democráticas e o próprio regime democrático com o acordo político de revisão constitucional entre o PS e o PSD é outro dos mandatos da Resolução Política aprovada pelo XII Congresso.

A conjuntura actual em que predominam grandes movimentações contra a política cavaquista em áreas sociais de apoio político tradicional dos governos de direita é um sinal dos tempos.

O crescente descrédito político do Governo PSD/Cavaco Silva; as incongruências e buracos da sua política financeira; os novos agravamentos do custo de vida já anunciados; a intensificação da ofensiva contra o sector público e nacionalizado com a rápida reprivatização das mais importantes empresas dos sectores básicos da nossa economia e a sua entrega ao grande capital privado estrangeiro e português; o agravamento generalizado da situação social; a degradação das instituições em que assume relevo e o carácter de autêntico escândalo o comportamento do Governo e da sua maioria na Assembleia da República; os novos surtos da corrupção na clientela do Governo; a falência da «concertação social», são aspectos que marcam a conjuntura em que a revisão constitucional se vai processar.

E a esta luz cada vez assumem mais grave responsabilidade as cedências do PS à direita e ao PSD.

Também neste aspecto a Resolução Política do XII Congresso arma os comunistas portugueses com a visão correcta e as linhas de acção para uma necessária inversão da política nacional, para a necessária busca de uma alternativa democrática no prazo que a unidade, a convergência e a luta dos democratas portugueses ganhe a necessária consistência e força para operar a mudança política que os interesses nacionais do povo e da democracia põem cada vez mais na ordem do dia.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Tel. 90 00 44

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Novembro: 25 160 exemplares

Greves no Estado Governo desculpa-se como mau pagador

Com a manifestação solidária da CGTP, prosseguiam ontem e prometiam prolongar-se as greves em vários sectores da Administração Pública directamente dependentes do Governo Cavaco Silva. No seguimento de outras lutas, incluindo a Administração Local e a Magistratura, ganham relevo as paralisações no Ensino que o secretário coordenador da FENPROF considerava antontem motivo de forte adesão de não menor determinação com vista à reunião prevista para hoje com a equipa do ministro Roberto Carneiro.

António Teodoro, secretário da FENPROF dizia antontem aos jornalistas que «ao desprezitar compromissos e declarações anteriores, protelando a revalorização material da carreira docente» para 1990, o Ministério da Educação é «o responsável pelo prosseguimento da luta que os professores têm vindo a desenvolver».

Em causa está o Orçamento PSD/Cavaco Silva. Através dos seus porta-vozes, designadamente o ministro da Justiça, Fernando Nogueira, e incluindo também o responsável pela pasta da Educação, Roberto Carneiro, o Governo tem procurado desculpas inaceitáveis para, por um lado, afirmar que as greves não «normais» nestes tempos que correm por toda a CEE e, por outro, proceder de modo a que elas continuem, pois continua a não fazer corresponder as palavras aos actos. Fala em priorida-

des como a Educação, mas não quer pagar adequadamente aos professores; promete rever carreiras no Ministério Público, mas passam-se os meses e os magistrados vêem-se obrigados a recorrer à greve.

O mesmo se passa, afinal, com os trabalhadores da Função Pública na generalidade.

Quarta-feira da semana passada, segundo a CGTP, estavam em luta 400 mil trabalhadores de variadíssimos sectores da Administração Pública. A Central considera justa a acção reivindicativa e apoia o recurso à greve, «porque os trabalhadores, já sobejamente lesados nos seus salários em 88, não querem que se repita a mesma situação em 89».

A acção de luta dos TFP's e dos seus sindicatos reunidos numa Frente Comum é justa — sublinha a Inter — «porque é escandalosa a ac-

tual distribuição do rendimento nacional».

Além das moléstias já conhecidas, como a precariedade do emprego, afectando designadamente os enfermeiros, os próprios professores — todos os trabalhadores por conta de outrem, «embora sendo 62 por cento da população activa, recebem somente 42 por cento do rendimento nacional», enquanto que «o patronato, representando apenas 3 por cento» dessa mesma população auferem «cerca de 40 por cento».

Ainda como indicador do que verdadeiramente se passa em termos de salários, ordenados e outras remunerações, a CGTP refere que «para se ter hoje um salário mínimo nacional igual em termos reais ao de 1974 (3300 escudos) seria necessário um valor de 40 527 escudos, quando o montante é hoje de apenas 27 200 escudos».

Ao voltar a referir-se à clara injustiça do Governo no que respeita à distribuição do rendimento, a CGTP acusa de «irrealistas e inaceitáveis» as propostas governamentais, incluindo naturalmente as implícitas no Orçamento do Estado para 1989.

Daí o apoio solidário e incondicional da CGTP à «justa luta dos trabalhadores da Função Pública, dos professores, das autarquias locais

da rede fluvial da CP, dos magistrados judiciais» e dos trabalhadores dos tribunais dependentes do Ministério da Justiça.

O Governo teve tempo para mudar de opinião

Aparentemente o Governo e muito em especial o Ministério da Educação querem negociar. Pela sua parte, os sindicatos não querem outra coisa. Mas, por exemplo, a greve dos professores poderia ter sido evitada, se o ministro Roberto Carneiro e os seus assessores não negassem em privado aquilo que pretendem fazer ouvir junto da opinião pública. Ainda em 22 de Novembro, numa reunião da FENPROF com o secretário de Estado adjunto do ministro da Educação, ao contrário da revalorização da função docente, que o Governo diz pretender para melho-

rar o Ensino, era apresentado aos sindicalistas um documento oficial «em que as carreiras docentes estão incluídas». Incluídas estão, mas para serem negociadas apenas no segundo semestre de 1989.

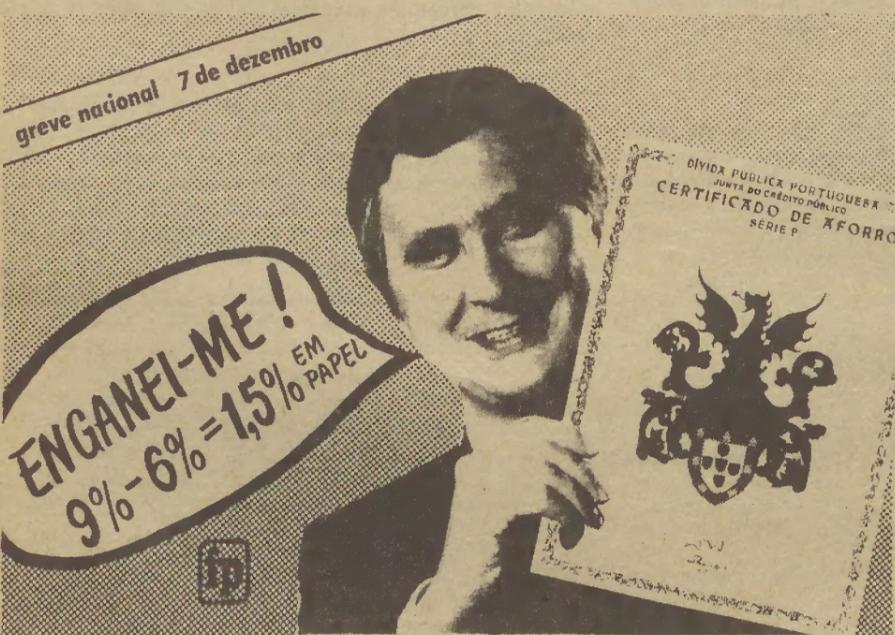
Os professores e os outros trabalhadores da Função Pública já esperaram demasiado.

No próprio dia da greve (7, quarta-feira) o secretariado nacional da FENPROF afirmava muito claramente que esse propósito de adiamento comprovava o seguinte:

«O Governo pensa não incluir no Orçamento de Estado para 1989 as verbas necessárias a qualquer revalorização da carreira docente. Vem comprovar que o Ministério da Educação continua a violar todos os prazos acordados para a aprovação do estatuto da carreira docente dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar. Vem demonstrar que o ME e o Governo pensam man-

ter em discurso demagógico e inconsequente, em que o Primeiro-Ministro e o ministro da Educação reconhecem publicamente a degradação em que se encontra a profissão docente, declaram prioritária a reforma educativa e entretanto nada fazem de concreto, adiando intoleravelmente medidas essenciais, como sejam a aprovação do estatuto da carreira docente dos professores do ensino básico e secundário e da educação pré-escolar e a respectiva valorização material».

É fundamentalmente disso que se trata, não só no que respeita aos professores, mas a todos os quadros do Estado e restante pessoal que, além dos baixos salários vêem cada vez mais de perto o espectro da precariedade do emprego e da perda constante do poder de compra a afectar as suas vidas e as já precárias condições de trabalho. Seria impossível não protestar, seria inadmissível não lutar.



Os motivos da luta foram amplamente divulgados pelos sindicatos



SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL



À População



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO
DO PARTIDO
COMUNISTA PORTUGUÊS



Trabalhadores

Sumário sindical

STFPSA — O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, que dá natural relevo à greve do dia 7 no seu boletim «tfp» deste mês, inclui no mesmo número uma entrevista de três páginas com o prof. dr. Sousa Franco,

FESTRU — A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos assinou em 3 do corrente um acordo inter federal com a FETCOMAR-Federação estatal de transportes, comunicaciones y mar, organização sindical espanhola integrada nas CCOO (Comisiones Obreras), central sindical com sede em Madrid. O acordo, que é de «assistência mútua aos trabalhadores do sector em Portugal e na Espanha» foi amplamente divulgado pela Comissão Executiva da FESTRU. Recorde-se que têm sido frequentes este ano os contactos entre organizações sindicais dos dois países. Como se sabe, ambos são membros da CEE.

Sobre as ruínas

Teve honras de primeira página na imprensa.

Houve mesmo quem dissesse que o seu objectivo era trazer uma nova vida a uma zona que numa manhã de Agosto acordou ferida de morte.

O Chiado.

E o seu túnel...

Quase quatro meses depois da tragédia que enlutou o nosso sentir de Lisboa, a imprensa anunciou que o Chiado iria ressuscitar de novo.

Faz-se um passadiço. Uma obra orçada em qualquer coisa como cinquenta mil contos.

Chamaram-lhe túnel e disseram que permitiria ressuscitar uma zona que ainda há um ano era um formigueiro de atarefados embrulhos desfilando sobre uma luminária feérica.

Mas continuam as ruínas. Essencialmente as ruínas. Que não foi assim que se recuperou o Chiado. A grande maioria evita a zona, que o tempo não é o de lembrar desgraças. Alguns, ou aproveitam o passadiço para os levar aos escritórios, ou pura e simplesmente passeiam a sua morbidez.

Quase quatro meses depois do incêndio, aos lisboetas, mais do que a esperança de ver recuperada a sua memória, é-lhes permitido assistir ao espectáculo da sua cidade esventrada.

Aos comerciantes das lojas que sobreviveram ao incêndio, não são as iluminações natalícias o que lhes irá trazer proveito nesta época do ano.

Aos cerca de mil trabalhadores das empresas que arderam, resta-lhes a esperança de não verem arder o magro subsídio que desde então recebem do governo. Subsídio que lhes será agora retirado.

Quanto aos outros... A todos os outros resta a magra consolação de poderem ver com os seus próprios olhos aquilo que a informação lhes deu a ver no dia 25 de Agosto.

Agora de uma forma bem pior. Que depois do fogo, o que mais dói é o rescaldo.

O rescaldo e a desolação de sentir que ele não acaba nas últimas tábuas a deixar de fumar.

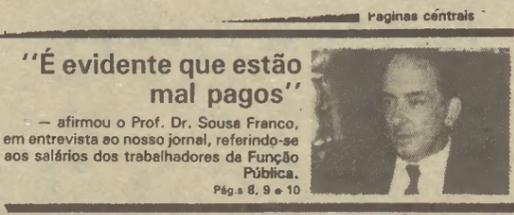
Construíram um passadiço e chamando-lhe túnel impuseram a verdade de que seria o primeiro passo para a recuperação do Chiado.

Mas as ruas do Carmo e Garret, mais a Rua Nova do Almada longe de recuperar estão cada vez mais moribundas.

Não só os prédios esventrados, com as janelas emparedadas a não deixar passar as mazelas interiores. Mas também os comerciantes a verem os clientes a passarem-se para o compre-a-metro dos centros comerciais.

E essencialmente, aqueles que trabalhavam na zona sinistrada a terem como única alternativa à prenda para a criança o levarem os filhos a passear pelo passadiço, contando-lhes histórias — tão recentes — daqueles dias em que as luzes feéricas e os embrulhos apressados que fluíam anunciavam o Natal.

Anunciaram a recuperação e construíram um túnel.



que foi nomeado pelo Governo para presidir à comissão encarregada de estudar o «Sistema Retributivo da Função Pública». Aquela personalidade admite sem dificuldade (pelo contrário) que os tfps «estão mal pagos» e, entre muitas outras afirmações dignas de registo e atenção, sublinha, segundo o boletim do Sindicato, que «as carreiras actuais têm uma larguíssima base de arbítrio no seu estabelecimento». A entrevista do «tfp», que terminará no próximo número, cita ainda o prof. Sousa Franco para afirmar que «necessariamente haverá que mexer no sistema de carreiras». Além dos importantes cargos públicos que exerceu desde 1974-75, Sousa Franco, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é presidente do Tribunal de Contas desde 1986.

FNSFP — A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, ao referir-se, no seu boletim («O Trabalhador da Função Pública») distribuído recentemente com a data de Novembro, ao grave problema do emprego precário, dá algum relevo ao caso LNETI, publicando uma caixa que a seguir se reproduz:

O futuro do L.N.E.T.I.

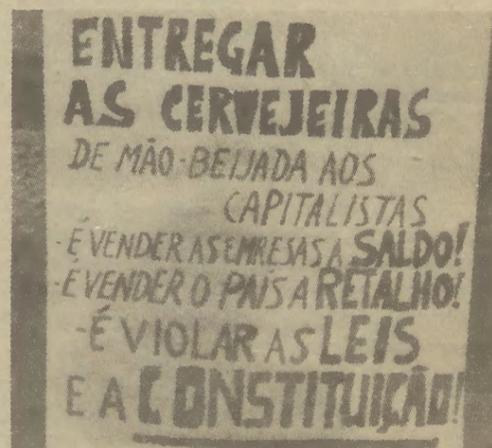
As grandes opções do Plano dizem: «as Instituições científicas e tecnológicas serão objecto de uma contenção relativa aos fundos públicos disponibilizados, promovendo-se a prestação de serviços e de investigação sob contrato».

Esta lógica está já a ter consequências no L.N.E.T.I.. Assim a dotação orçamental atribuída àquele organismo (1222 mil contos) é insuficiente para o pagamento das remunerações certas e permanentes dos seus trabalhadores (2 221 400 contos). A solução proposta é a transformação daquele Laboratório em Instituto Público.

A Federação tornou já pública a sua discordância e preocupação sobre os efeitos de tais medidas, pois considera que poderão vir a pôr em causa a estabilidade de emprego dos trabalhadores (marginlizados do processo), que não pode estar condicionada a uma política de contenção de despesas públicas que não tem em conta as suas consequências.

CGTP-IN — A Central anuncia que visitou o nosso país a seu convite uma delegação da Confederação dos Sindicatos Nacionais (CSN) do Quebec, Canadá. A visita, que terminou em 29 do mês passado, era composta por Gerard Larose, presidente daquela central sindical canadiana, e por Peter Bakvis, secretário internacional. Entre outras conclusões referidas pelo departamento de informação da CGTP, as duas centrais concordaram na intensificação do «seu trabalho comum» tendo em vista a «comunidade portuguesa emigrada no Canadá».

SJ — O Sindicato dos Jornalistas, com sede em Lisboa, convocou para o passado dia 5 uma reunião de «extrema importância» sobre a revisão do CCT (contrato colectivo de trabalho). Dos dois pontos da agenda da reunião (de delegados sindicais) refira-se a «eventual ruptura das negociações (de revisão do contrato) e posição a adoptar pela classe».



SPRC — O Executivo Distrital de Viseu do Sindicato dos Professores da Região Centro, que aderiu às greves distritais convocadas pela Fenprof, anunciou a realização naquela cidade no passado dia 9 de um Fórum de Professores em que seriam tratados «dois importantes temas para a classe docente: princípios gerais sobre salários e gestão de pessoal na Função Pública — apresentação da proposta do Governo e sua discussão; e discussão do anteprojecto do Ministério da Educação sobre formação contínua de professores».

SEP — O Sindicato dos Enfermeiros de Portugal efectuou entre 29 de Outubro e 10 do corrente uma série de encontros regionais de enfermagem para elaborar um anteprojecto a entregar ao Governo sobre o estatuto profissional do enfermeiro.

CESL — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, ao referir-se ao I Encontro dos Trabalhadores Têxteis do Comércio Retalhista (19.11, Lisboa) inclui nessa área profissional, para efeitos da aplicação do CCTV (contrato de trabalho) em vigor, as «pequenas oficinas de acabamentos e transformações; alfaiatarias que confeccionam vestuário e o transformam; e os estabelecimentos de maiores dimensões, produtores de confecções têxteis em série destinadas ao comércio da própria empresa». Entre várias reclamações, o Encontro exigiu, segundo o CESL, «a revisão das categorias profissionais consideradas no actual CCTV».

USP — A União dos Sindicatos de Portalegre, reunida em plenário em 3 do corrente, além de ter analisado a situação social no distrito, sobre a qual emitiu um extenso comunicado, decidiu promover ainda este ano «iniciativas integradas na defesa dos direitos dos trabalhadores, que a Constituição consagra», e marcou para o último fim-de-semana do próximo mês de Março o seu primeiro Congresso.

Informática Encontro no sábado

No próximo sábado, 17, promovido pela Fepces, efectua-se um Encontro Nacional de Trabalhadores de Escritório Utilizadores de Informática. A iniciativa, que decorrerá no auditório do CESL, na Rua Almirante Barroso, à Estefânia, em Lisboa, tratará dos «problemas socioprofissionais, reivindicações e acção a desenvolver pelos trabalhadores».

Segundo a Fepces — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, entre as muitas questões a abordar pelo Encontro contam-se funções, categorias, carreiras, profissionais e formação profissional; vínculo laboral, salários; duração e con-

dições de trabalho; integração na CEE; sindicalização e participação na actividade sindical.

O Secretariado da Fepces, ao anunciar a realização deste Encontro, enuncia uma numerosa série de interrogações sobre os aspectos profissionais e sindicais que mais preocupam os cada vez mais numerosos trabalhadores ligados às profissões mais correntes das novas tecnologias da informação.

As respostas a essas interrogações deverão ser dadas no Encontro, que criará, diz ainda a Fepces, «condições para aprofundar o estudo dos problemas que surgirão a curto prazo» e que certamente conduzirão a reivindicações.

Trabalhadores

Negócios da Química

Em jogo meio bilião de contos

Enquanto que a Federação dos Sindicatos da Química (FSTIQF) era recebida na Assembleia da República pela Comissão de Revisão Constitucional, eventualmente nomeada para esse efeito, as Comissões de Trabalhadores e outras estruturas representativas do pessoal das empresas mais interessadas na manutenção do sector dentro da formação constitucional SEE (Sector Empresarial do Estado) protestavam, em termos gerais, contra a maneira como estão a ser geridas as empresas públicas da indústria química: Petrogal, Quimigal, Companhia Nacional de Petroquímica (CNP), Petroquímica e Gás de Portugal (PGP) e Portucel. Em 1987 essas empresas efectuaram um volume global de negócios de 511,5 milhões de contos.

Conforme se sabe, a orientação geral do Governo para essas e outras grandes empresas é a desnacionalização. Os representantes dos trabalhadores protestam contra as medidas nesse sentido e, segundo a FSTIQF, «é falso que a integração de Portugal na CEE imponha o processo de privatização».

A Federação sindical refere-se exactamente àquelas unidades industriais onde, excluindo a Quimigal e a CNP, as receitas entregues ao Estado em 1987 atingiram os 8,4 milhões de contos.

21 141 trabalhadores

Quarta-feira da semana passada, a Federação da Química, que abrange também os trabalhadores da indústria farmacêutica, afirmava que o total dos efectivos em pessoal empregue pelas empresas referidas no início desta peça atinge os 21 141 — número este que representa 30 por cento de todos os trabalhadores do sector.

Além disso, relativamente ao total da indústria química, as mesmas empresas (Petrogal, Quimigal, CNP, PGP e Portucel) representam também 30 por cento do volume total dos negócios.

Ao apresentar à Comissão de Revisão na AR os seus pontos de vista sobre a próxima revisão constitucional, a direcção federativa dos químicos, além de acrescentar elementos e números muito precisos sobre a situação daquelas grandes empresas, recordou mais uma vez que o argumento da CEE é falacioso para as desnacionalizações em Portugal e argu-

mentou, por exemplo, com os casos da França e da Itália. Neste último país, a maior empresa química (EN) é «propriedade total do Estado. Na França, a ELF (Química e Petróleo) pertence inteiramente ao Estado e a CFP-TOTAL (petróleo) é maioritariamente estatal.

Lembrou ainda a Federação — FSTIQF — que a EN italiana representa 60 por cento de toda a indústria química do país.

Num serviço de Imprensa de 7 do corrente, a mesma Federação faz saber que «pela envergadura (daquelas) empresas públicas (portuguesas), o seu eventual processo de privatização levaria à sua passagem directa às sociedades transnacionais e, tratando-se de sectores básicos, comprometeria o desenvolvimento económico independente do nosso país».

A Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica fez sentir, nesse quadro, à Comissão Eventual de Revisão Constitucional «os perigos que a economia do País, a

independência nacional, os trabalhadores e a restante população correm, se a revisão constitucional se processar na linha do acordo firmado entre o PS e o PSD no referente ao fim do princípio da irreversibilidade das nacionalizações».

Reestruturação no sector adubeiro

Entretanto, a revista dos trabalhadores da Quimigal, no número distribuído este mês considera que a reestruturação do sector adubeiro está a ser promovida com muito atraso. No entanto, aquela revista, propriedade da Comissão de Trabalhadores da Quimigal, empresa pública como se sabe, sublinha o «optimismo» com o qual a grande unidade nacional da indústria prepara 1992, designadamente através de um conjunto de acções com vista a «defender o seu mercado interno» até finais de 1991.

A revista «Contacto», ao referir-se exclusivamente ao «negócio de adubos», não deixa de sublinhar as «incertezas» que se registam e vão continuar na agricultura portuguesa devido à adesão à CEE. No entanto, acrescenta aquele órgão da CT/Quimigal «está em curso a montagem da primeira das quatro centrais de ensacamento e embalamento automático de adubos, uma em cada unidade fabril».

Acrescenta a «Contacto» que «da rede de entrepostos a criar, dois estão em pleno funcionamento na Régua e em Estremoz, outros dois irão entrar em funcionamento, a curto prazo, em Alferrarede e Soure e outros cinco entrepostos encontram-se em fase de estudo e projecto».

No entanto e ainda segundo a mesma revista, «é curioso verificar que a Quimigal, a

partir de 1992, no mercado adubeiro, vai ficar sujeita a medidas tomadas em centros de decisão desta indústria que não estão sediados na Comunidade».

Ao referir-se à «estrutura do mercado mundial de adubos», a revista da CT da Quimigal sublinha que «os dois maiores grupos adubeiros da Europa ocidental, a Norsk Hydro (norueguesa) e a Kemira OY (finlandesa), nos últimos anos, têm vindo a adquirir várias empresas adubeiras de países da CEE».

Destaca também a revista «Contacto» que, ainda nesse aspecto é de ter em conta «a evolução das duas maiores empresas adubeiras espanholas — CROS e ERT — que, após a adesão à CEE, passaram a ser controladas pela KIO (Kuwait Investment Office) com sede em Londres».



NECOGIAÇÕES BLOQUEADAS

contacto
QUIMIGAL



dos trabalhadores para os trabalhadores



Sindicalizem-se os bombeiros

Nuno Abecassis, presidente da Câmara de Lisboa, como se sabe, quer proibir a sindicalização dos bombeiros. Com razão, a CGTP «considera absurda» tal decisão exarada em despacho pelo célebre edil.

O facto de não haver qualquer justificação legal ou de outra ordem para a decisão parece não perturbar o famoso presidente camarário, que se escuda na Lei de Defesa Nacional.

O eng. Nuno Abecassis pretende nem mais nem menos do que militarizar os bombeiros. Os bravos sapadores podem perfeitamente, se for o caso, prestar serviços de carácter militar. Não são no entanto e até ver vocacionados para a guerra, mas para a paz.

De resto, assim são conhecidos, como soldados da paz. Terá esta designação popular confundido Abecassis? Estará ele a despachar sobre sapadores militares, metendo-se é evidente onde não é chamado?

A CGTP vinca bem o facto de não existir qualquer justificação para os sapadores bombeiros deixarem por mãos alheias a defesa dos seus interesses profissionais e sociais.

Aliás, «tanto quanto se sabe — aduz a CGTP — a Câmara Municipal de Lisboa é a única Câmara do País que pôs limitações à sindicalização daqueles trabalhadores». E não se trata de qualquer mera formalidade de secretaria.

O facto é que, ao invocar a Lei de Defesa Nacional para emitir um despacho, Nuno Abecassis e os seus Serviços Jurídicos estão a violar a Constituição da República.

Como a CGTP recorda e muito bem, «Independente do direito de sindicalização das Forças de Segurança Pública», os sapadores bombeiros não pertencem a esse corpo militarizado.

E o nó da questão é que, não só essas forças vêem os seus direitos atingidos como trabalhadores, quando querem legalizar os seus sindicatos, como também agora vem o presidente da CML dar a sua prestimosa ajuda à desorganização dos trabalhadores, pois quanto mais desorganizados mais vulneráveis nos seus direitos mais elementares. Assim os quer o eng. Nuno Abecassis.

Decisão contrária adopta a CGTP-IN que, numa tomada de posição pública quinta-feira passada, «não só apoia o desejo de sindicalização dos sapadores bombeiros, como desenvolverá esforços nesse sentido».

A Lei de Defesa Nacional e o Decreto-Lei 29/82 não se aplicam aos sapadores bombeiros no que respeita à sua sindicalização.

A CGTP conclui e muito bem que as reivindicações desses trabalhadores passam pela sua «dignificação profissional, condições de trabalho e melhores equipamentos».

A CML e sobretudo o seu presidente não darão isso de mão beijada aos bombeiros, pois, como acrescenta a Central, as suas reivindicações «são esquecidas», afectando desse modo e «gravemente o serviço humanitário prestado por aqueles trabalhadores».



Aspecto do Complexo Adubeiro da Quimigal (foto da revista «Contacto» da CT da Quimigal)

Nelas (Viseu): Companhia dos Fornos Eléctricos encerrada há dois anos

Um concelho a braços com terríveis custos sociais

Promessas não têm faltado. Mas o tempo vai passando e a realidade — marcada por graves consequências sociais e económicas — continua a afectar uma localidade do interior do País, todo um concelho e mesmo um distrito, para já não falar da economia nacional. Há dois anos que se mantém encerrada em Canas de Senhorim, no concelho de Nelas, distrito de Viseu, a Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE), unidade industrial que possivelmente voltará às colunas da Imprensa na sequência da nova assembleia de credores prevista para o próximo dia 26.

Manifestando-se atenta «à evolução da situação na CPFE e às suas dramáticas consequências para toda esta região», a Comissão Distrital de Viseu do PCP promoveu há dias a visita de uma delegação do Partido a Canas de Senhorim, constituída pelos camaradas Carlos Fraião, membro suplente da Comissão Política do Comité Central e Jerónimo Sousa, deputado comunista na Assembleia da República e membro do Comité Central do PCP.

Estabelecer contactos com diversas entidades e organizações representativas dos interesses dos trabalhadores da CPFE, dos trabalhadores e da população da localidade e do concelho e conhecer mais de perto a situação e as reclamações existentes eram

os objectivos essenciais da deslocação daqueles membros do Partido que, além de contactos diversos (nomeadamente com comerciantes e com representantes do movimento de restauração do concelho), participaram em Viseu num encontro com os órgãos de Comunicação Social (incluindo as rádios locais) e numa sessão pública na antiga sede da Junta de Freguesia, junto ao mercado, em Canas.

Consequências dramáticas

O comportamento cúmplice e demagógico do Governo PSD, a firme posição do PCP e dos deputados comunistas nesta situação que manifestaram o compromisso de tirar

do arquivo da AR o grave problema da CPFE, os pesados custos sociais para Canas e para o concelho de Nelas do encerramento da empresa nestes dois anos e a falta de iniciativa do município a propósito da necessária industrialização do concelho (onde é que está o parque industrial infra-estruturado?) foram alguns dos diversos temas abordados por Carlos Fraião e Jerónimo de Sousa nesta visita ao concelho de Nelas, onde hoje são visíveis no plano sociológico e da saúde as dramáticas consequências do encerramento da empresa. Trabalhadores e membros das suas famílias em tratamento psiquiátrico, quebras na actividade comercial, serviços médicos retirados, trabalhadores especializados a receberem convites para exercerem a sua actividade fora da região e do País, diminuição da vida social e da actividade no concelho contam-se entre os problemas causados pelo encerramento da empresa.

Governo sem mérito

Entretanto, no papel e por conseguinte numa fase muito



atrasada foi constituída uma nova empresa — a FORBEL, alternativa criada por um conjunto de credores e autarquias. A este propósito, a Comissão Distrital de Viseu do PCP referia num comunicado divulgado no passado dia 7:

«Com a constituição da FORBEL e ulteriores possibilidades de acordos com empresas estrangeiras surgiu a esperança de se salvar um número significativo de postos de trabalho e de se salvaguardarem um mínimo de interesses da região.

«Mas todos sabemos que tal esperança, se se concretizar, será produto das diligências e esforços dos trabalhadores da CPFE e não por

qualquer mérito do Governo ou dos deputados do PSD, que faltaram a todas as promessas feitas e tudo têm feito para impedir uma solução conveniente para os trabalhadores e para Canas de Senhorim.

«Por outro lado, apesar das agudas e dramáticas consequências económicas, sociais, culturais, morais e doutra ordem que se estão a fazer sentir localmente, resultantes do encerramento da CPFE, nem o mais pequeno passo foi dado pelo Governo/Cavaco Silva para concretizar o demagógicamente anunciado "plano de emergência" para Canas de Senhorim.»

Amanhã

Intelectuais de Lisboa convivem no Vitória

Os militantes dos sectores intelectuais da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP reúnem-se amanhã ao fim da tarde em convívio no Centro Vitória, na Av. da Liberdade.

Suscitado pela realização do XII Congresso do Partido, o convívio — com início marcado para as 19 horas — será ponto de partida para a continuação posterior de um debate que começou antes do Congresso, onde surgi-

ram pistas de trabalho e que continuará para esse efeito e para a aplicação das conclusões do Congresso, como salienta uma nota divulgada pelo gabinete de Imprensa da DORL do PCP, que acrescenta:

Estando garantido um serviço de bebidas e música ambiente, os militantes são solicitados a trazer o seu próprio farnel para uma refeição volante.



Os camaradas Carlos Fraião (suplente da Comissão Política) e Jerónimo de Sousa, deputado, membro do CC, deslocaram-se no último sábado ao concelho de Nelas e particularmente à freguesia de Canas de Senhorim onde se inteiraram dos graves problemas causados pelo encerramento (já lá vão 2 anos) da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE). Contactos com os órgãos de Comunicação Social (Viseu), a Comissão de Trabalhadores da empresa e a Junta de Freguesia de Canas e ainda uma sessão pública fizeram parte do vasto programa da deslocação, que incluiu também contactos com representantes do comércio e do movimento de restauração do concelho de Canas de Senhorim



Camaradas Falecidos

Joaquim Simões Pocinho

Realizou-se em Novembro passado o funeral do camarada Joaquim Simões Pocinho, membro da Comissão Concelhia do PCP de Condaxa-a-Nova (distrito de Coimbra), de 52 anos. Democrata muito respeitado e prestigiado em todo o concelho, o camarada Pocinho foi candidato nas listas da CDU à Câmara Municipal.

Álvaro Manuel Roxo

Após várias semanas em

coma, na secção de neuro-cirurgia do Hospital de Santa Maria, faleceu na manhã de segunda-feira o nosso camarada Álvaro Manuel Roxo, presidente da Junta de Freguesia de São João da Talha, concelho de Loures. Nascido em Alenquer em 1939, Álvaro Roxo, operário da Robiallac, autarca experiente, sofreu em 9 de Novembro passado um violento acidente de viação do qual nunca viria a recuperar.

José Duarte Cruz

Com 81 anos, faleceu o mi-

litante comunista José Duarte Cruz, organizado na célula do Bairro 4 da freguesia do Bairro, concelho de Setúbal. Estava no Partido há longos anos.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, e às organizações a que pertenciam, o colectivo do Avante! manifesta o seu profundo pesar.



CDU prepara eleições de 1989

A Coordenadora Nacional da CDU reuniu na passada segunda-feira para analisar a preparação das eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu, que se vão realizar em 1989. Para 19 de Março confirma-se a realização de um Encontro Nacional da CDU; em finais de Janeiro vai efectuar-se uma jornada nacional de esclarecimento.

Publicamos aqui o comunicado que foi tornado público no final da reunião.

A Comissão Coordenadora Nacional da Coligação Democrática Unitária (CDU), reunida em 12 de Dezembro de 1988, analisou alguns aspectos da preparação das eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu.

A Comissão Coordenadora considera grave que, no momento em que o PSD tenta consolidar-se no poder e intensifica a sua política ao serviço do grande capital e, ao mesmo tempo, desenvolve uma rede de clientelas, pressões sobre as forças democráticas e uma crescente manipulação da opinião pública, o PS ceda à direita ou coincida com esta no processo de revisão constitucional e pareça recusar coligações para as eleições autárquicas com as forças da CDU, ao mesmo tempo que as admite com as forças de direita, contra a gestão honesta, competente, democrática e participada da CDU.

A Comissão Coordenadora da CDU insiste na necessidade de exame conjunto das possibilidades de intervenção unitária das forças democráticas nas eleições autárquicas, especialmente na cidade de Lisboa e em dezenas de municípios e freguesias em que a direita, apesar de minoritária, detém a presidência de

frentar os importantes problemas que se lhe vão colocar.

O trabalho já realizado pelos deputados eleitos pela CDU, as propostas que apresentaram no Parlamento Europeu, e os objectivos claros por que lutam são a melhor garantia de que o crescimento dos eleitos da CDU no Parlamento Europeu é do interesse de Portugal, dos trabalhadores, dos jovens, dos pequenos e médios agricultores e empresários, dos emigrantes, de todos os que podem ver os seus interesses afectados pelo processo de integração capitalista na Europa Ocidental e esperam apoios e protecção.

A Comissão Coordenadora debateu ainda aspectos da

actividade da CDU em 1989, tendo deliberado confirmar o Encontro Nacional das Comissões Coordenadoras e Activistas da CDU sobre as Eleições para o Parlamento Europeu e para os Órgãos das Autarquias a efectuar em 19 de Março e promover uma jornada nacional de esclarecimento em finais de Janeiro. A Comissão Coordenadora tomou conhecimento e deliberou apoiar outras iniciativas, como o Encontro para debater os problemas e as soluções para a Área Metropolitana de Lisboa, a efectuar em Fevereiro, e numerosos encontros e reuniões da CDU à escala de distritos, concelhos e freguesias.

Lisboa, 12 de Dezembro de 1988

A Comissão Coordenadora Nacional da Coligação Democrática Unitária (CDU)



ARGANIL

Autarca do PSD condenado em tribunal por agressão a activista do PCP

Os democratas de Arganil, sejam quais forem as suas ideologias, podem sentir-se mais seguros e confiantes quanto ao futuro do concelho. A democracia começou a chegar a Arganil.

São palavras de confiança e também de regozijo pela vitória da democracia e da justiça sobre a intolerância e o caciquismo. São palavras justas e oportunas da Comissão Concelhia do PCP, divulgadas recentemente a propósito da condenação em tribunal dum vereador local afecto ao PSD por agressão e injúrias a um membro da Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

São palavras simples, que aquele organismo do PCP utiliza para descrever assim o que se passou naquela zona do distrito de Coimbra:

O Tribunal da Comarca de Arganil condenou o sr. Luís Gomes (vereador substituído do Presidente da Câmara de Arganil) a 30 dias de prisão por injúrias, a 30 dias de prisão por agressão e a multa de 10 dias a 200 escudos cada, por, em audiência realizada no Tribunal com senten-

ça lida no passado dia 11 de Novembro, ter sido provado que o referido vereador (eleito pelo PSD) injuriou e agrediu a pontapé, provocando-lhe 22 dias de baixa, um membro da Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

O caso ocorreu na noite de 19 para 20 de Março de 1987, quando activistas do PCP procediam à colagem de cartazes relacionados com o 66.º aniversário do Partido Comunista Português.

As penas foram reduzidas, por cúmulo, a 40 dias de prisão, que poderá ser substituída por multa, e a 10 dias de multa a 200 escudos diários.

O réu, sr. Luís Gomes, foi ainda condenado a pagar uma indemnização ao militante do PCP como reparação dos danos morais e patrimoniais provocados.

Com esta decisão, o Tribu-

nal de Arganil veio confirmar que, embora contra a vontade de indivíduos que ainda não aprenderam a viver em democracia e a respeitar os outros, em Arganil é possível exercer livremente um direito conquistado em Abril de 74, a liberdade de expressão e de pensamento político.

As leis são para cumprir em todo o País e Arganil não anda debaixo de «pretensas leis» feitas por alguns indivíduos, a quem a democracia é algo que incomoda; e quando as leis são violadas os tribunais existem para punir os infractores.

A Comissão Concelhia de Arganil do PCP espera que a condenação, em tribunal, dos actos praticados pelo sr. Luís Gomes sirva de lição a todos os que pensam que o «eu quero, posso e mando» ainda reina em Arganil, que aprendam que Arganil já não é um «feudo».

A condenação em tribunal do sr. Luís Gomes pelos actos que praticou é uma vitória da democracia e da justiça.

Juventude

JCP toma posição

Acesso ao ensino superior é «desumano e injusto»

«É desumano e injusto pretender com desigualdade de oportunidades obter iguais conhecimentos» — afirma o secretariado da Direcção Nacional da JCP numa nota em que comenta o novo regime de acesso ao ensino superior. Aquele organismo dirigente da Juventude Comunista Portuguesa pronuncia-se ainda sobre a proposta de Orçamento de Estado e a regulamentação da lei sobre o Dia do Estudante.

A prova geral de acesso ao ensino superior, uma inovação do novo regime de acesso com que o Ministério pretende avaliar a chamada cultura geral dos alunos, tem a sua realização prometida para o primeiro trimestre de 1989.

Mas «quase tudo está ainda por saber», constata os jovens comunistas: «quando, onde e como serão realizadas estas provas são dúvidas que permanecem nos segredos da 5 de Outubro e que geram a confusão entre os estudantes do ensino secundário».

O pouco que já se conhece permite à JCP afirmar que o novo regime de acesso ao ensino superior «de novo apenas tem a palavra» e «é, no fundamental, mais negativo que o anterior». Para os jovens comunistas este regime agrava, em vez de nivelar, diferenças sociais, culturais e económicas.

A proposta de Orçamento apresentada pelo Governo na Assembleia da República «não contempla as questões essenciais para a juventude» — afirma a JCP na nota do

secretariado da DN. Não são aumentadas as verbas para a educação, apoio ao associativismo juvenil, resposta às dificuldades de emprego, habitação e saúde.

Quanto ao Dia do Estudante (24 de Março), ele é assinalado «há muitos anos» nas escolas portuguesas e o seu reconhecimento numa lei da AR teve em vista garantir o apoio do Estado às suas comemorações com respeito pela autonomia do movimento estudantil.

Só que, comenta a JCP, «a regulamentação — tardia — desta lei pelo Governo não dispõe no mesmo sentido» e «é particularmente clara a intenção do Governo de se imiscuir, de controlar e se possível dirigir» as comemorações, «em detrimento das associações e de outras estruturas estudantis». Os jovens comunistas manifestam «especial preocupação» por se atribuir ao Governo poder discricionário quanto aos apoios a conceder e por se conferir a uma comissão organizadora, onde os estudantes são minoritários, o essencial das competências

para as comemorações.

O secretariado da DN da JCP apela aos estudantes e às suas estruturas representativas para que, «no quadro da lei sobre o Dia do Estudante, solicitem os apoios necessários à dignidade e amplitude das comemorações do Dia do Estudante e exijam correcção e transparência na sua conclusão».

Paz na Terra
mísseis em Portugal

Com a entrada de Portugal na UEO (União Europeia Ocidental) o Governo PSD/Cavaco Silva permitiu que possam circular e estacionar armas nucleares em território português — e o ministro Eurico de Melo admitiu-o expressamente perante os jornalistas no passado dia 6.

Pronunciando-se sobre o facto, o Núcleo da Paz da JCP considera-o «extremamente gravoso» e recorda que é acompanhado por outras medidas recentes, como as relativas ao alargamento do campo de tiro de Alcochete.

«Numa altura em que os esforços no sentido do desarmamento e do desanuviamento têm avanços significativos, saudados pela comunidade internacional, — comenta aquele organismo dos jovens comunistas — o Governo português dá passos reais no caminho contrário».



Futuros assistentes sociais exigem a licenciatura prometida

Os estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa trouxeram anteontem para a rua o seu protesto por ainda não haver resposta do Governo à exigência de que o curso de assistente social tenha o grau de licenciatura. Também no Porto se verificou uma acção do género.

Em Lisboa os estudantes juntaram-se terça-feira de manhã no Instituto, situado no Largo do Mitelo, e daí seguiram em manifestação para o Ministério da Educação.

Além dos cartazes reivindicando o diálogo com Roberto Carneiro e o reconhecimento do curso superior de assistente social com licenciatura, os estudantes levaram ao ministro uma carta aberta.

messa de que isso iria facilitar o reconhecimento pelo ME do grau de licenciatura. Foram também remodelados os currículos escolares e o curso alargado para 5 anos.

Mas o Ministério da 5 de Outubro ficou-se por aí. Face à indefinição, a Associação de Estudantes procurou esclarecer o caso e tem enviado nesse sentido cartas ao ME. «Só recebemos de volta os avisos de recepção».

Também não tiveram qualquer resposta a um pedido de audiência enviado em Janeiro.

Agora, aproxima-se o fim do primeiro 4.º ano... e os seus cerca de cem alunos não sabem se vão ser ou não licenciados, embora fiquem com um curso superior. Tal como todos os restantes 350 alunos do ISSS/L.

Entretanto, houve uma mudança que eles sentiram nestes três anos passados sobre o dia das promessas: os subsídios diminuíram (de 1987 para 1988 passaram de 15 mil para 8 mil contos) e as propinas têm aumentado à volta de dois contos por ano.

Nacional

Reforma agrária reúne em Évora

«É previsível que, face às ameaças que pairam sobre a reforma agrária e ao que se conhece da regulamentação da lei, os trabalhadores da RA do distrito de Évora venham a adoptar medidas de luta em defesa das respectivas UCPs/cooperativas» — afirma-se na nota que anun-

cia a realização, amanhã, da Assembleia Geral do Secretariado distrital das UCPs/cooperativas agrícolas.

A Assembleia reúne a partir das 10 horas, na Sociedade Joaquim António Aguiar, em Évora.

No centro das atenções vão estar — segundo o gabi-

nete de imprensa do Secretariado — a lei n.º 109/88, apelidada de lei do latifúndio, e a situação e perspectivas da reforma agrária. Serão ainda discutidos e votados o plano de actividades e o orçamento do Secretariado das UCPs/cooperativas de Évora para 1989.

URAP aprovou propostas para trasladação dos restos mortais de Humberto Delgado

A Assembleia-Geral da URAP aprovou por unanimidade uma moção apresentada por Alcina Bastos onde se propõe a data de 13 de Fevereiro para a trasladação dos restos mortais do general Humberto Delgado e a constituição de uma Comissão Nacional «para dar a máxima amplitude e solenidade ao acto histórico».

A moção começa por manifestar a congratulação da União dos Resistentes Anti-

fascistas Portugueses com a decisão «histórica», aprovada no dia 19 de Julho de 1988 por todos os deputados presentes no plenário da Assembleia da República, de fazer a trasladação dos restos mortais do «general sem medo» para o Panteão Nacional (Jerónimos).

Tal decisão — afirma-se no documento aprovado no dia 29 de Outubro — «corresponde à acção nesse sentido desde sempre desenvolvida pela URAP e reforçada

este ano de 1988 pelas comemorações por ela promovidas do 30.º aniversário da campanha eleitoral».

A URAP reitera «todo o seu apoio» à Comissão de Homenagem a Humberto Delgado, que trabalha desde 1975 para que a figura do general seja enaltecida.

A 13 de Fevereiro passam 24 anos sobre a data provável em que Humberto Delgado foi assassinado pela PIDE, com a conivência de Salazar e do regime fascista.

Carta aberta ao ministro

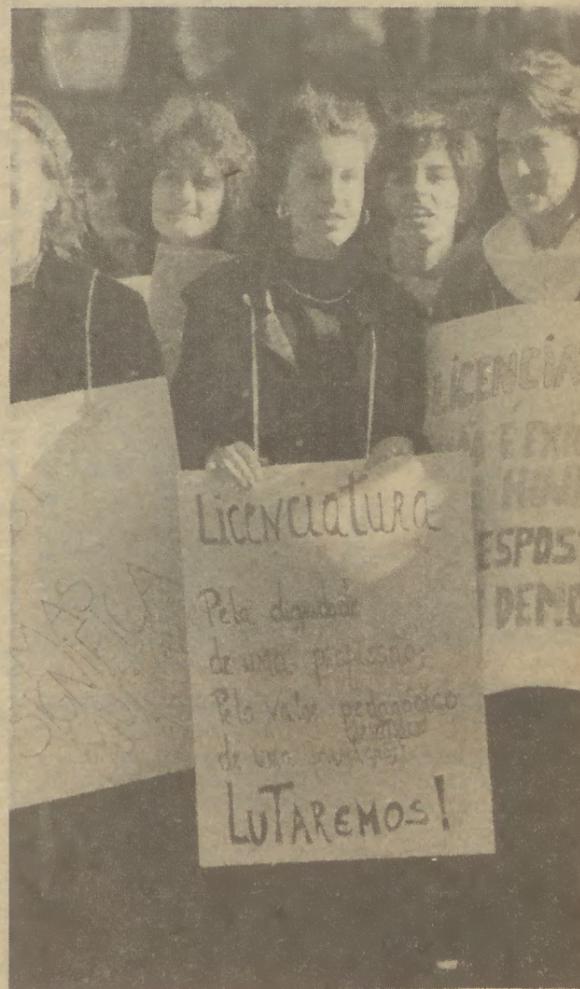
«As associações de estudantes dos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e do Porto vêm por este meio — diz-se na carta a que o «Avante!» teve acesso — agradecer a V. Ex.º o facto de ainda não ter respondido ao nosso pedido de audiência. Ficamos muito contentes ao sentirmo-nos diferenciados das outras associações de estudantes, às quais as audiências já foram concedidas. Afinal, não é qualquer associação de estudantes que espera desde Janeiro até...»

«Estamos esperançosos (como é da nossa estirpe!!!) que V. Ex.º recupere do longo esforço que tem despido a analisar o nosso processo, razão pela qual, pensamos nós, se motiva esta demora que tanto nos comove.»

A terminar a carta aberta a Roberto Carneiro, as AEs do ISSS/L e ISSS/P subscrevem-se «na certeza de que nos iremos encontrar em breve...».

Promessa de há 3 anos

Há três anos — recordaram ao nosso jornal a Regina e o Carlos, da direcção da AE do Instituto de Lisboa — passaram o ISSS/L para o ensino particular com a pro-



Anteontem de manhã os estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa estiveram concentrados junto do Ministério da Educação. Ao fim da tarde levaram o seu protesto para o Rossio — e aí juntaram-se-lhes, solidários, assistentes sociais que têm um curso superior e trabalham, mas também não são licenciados. No Porto houve uma movimentação com os mesmos objectivos. O que vão fazer no futuro «depende da forma como o Ministério responder» — disseram ao «Avante!» responsáveis da Associação de Estudantes do ISSS/L.

Internacional

Ordem de Marx



À semelhança do que sucedera com a Ordem de Lénine, a Ordem de Karl Marx — a mais alta condecoração da RDA — foi entregue ao camarada Álvaro Cunhal durante uma cerimónia na Embaixada da República Democrática Alemã, em Lisboa. O reeleito secretário-geral do PCP recebeu aquela condecoração das mãos do camarada Kurt Seibt, chefe da delegação do PSUA que esteve no XII Congresso no Porto. Além do embaixador da RDA em Portugal, Jullian Hollander, participaram na cerimónia de 5 do corrente ao fim da tarde altos funcionários da Embaixada e os camaradas Domingos Abrantes e Luís Sá, da Comissão Política, e Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central do PCP.

Ao mesmo tempo solene e fraternal, o acto coberto por jornalistas da RDA e por alguns portugueses, foi acompanhado de discursos do camarada Seibt e do camarada Álvaro Cunhal. Foi salientado o facto de o decreto que atribui a ordem de Marx a Álvaro Cunhal ter sido assinado por Erick Honneker, o mais elevado dirigente da RDA. O mesmo sucedera, aliás, com a atribuição da Ordem de Lénine, tendo ambos os actos um significado especial para os comunistas portugueses.

Saudação do PCP ao XV Congresso do PC Colombiano

O Partido Comunista Colombiano realiza, de 12 a 15 de Dezembro, o seu XV Congresso. A propósito deste acontecimento, o CC do PCP enviou ao CC do Partido Comunista Colombiano a saudação que a seguir reproduzimos:

Em nome dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português, sauda fraternal e calorosamente os delegados ao 15.º Congresso do Partido Comunista Colombiano, e por seu intermédio, todos os comunistas e o povo trabalhador colombiano.

Acompanhamos com profundo interesse a luta corajosa e abnegada do PCC em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, pelo progresso económico e social do seu país, contra a repressão e o terrorismo fascista, contra a política de submissão ao imperialismo, pelo pleno exercício das liberdades democráticas e pela paz.

O PCP reafirma a sua inteira solidariedade com a luta

heróica do PCC, condenando com veemência as vagas de violência fascista que atingem as forças progressistas mais consequentes, designadamente os comunistas e os activistas da União Patriótica, a cujos dirigentes barbaramente assassinados prestamos a nossa profunda homenagem. Estamos confiantes que, apesar de todos os esforços e sacrifícios exigidos pela vossa dura luta, ela será finalmente coroada de sucesso. O PCC, partido da vanguarda da classe operária e das massas trabalhadoras colombianas conta com o maior apreço e solidariedade dos comunistas portugueses.

O vosso Congresso realiza-se num momento da vida internacional caracterizado pelo alívio da tensão e pela possibilidade real de uma viragem no sentido da coexistência pacífica e do desarmamento nuclear. Para consolidar esta tendência, o PCP defende a mais ampla cooperação entre todas as forças do progresso social e da paz, e, em primeiro lugar, o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional.

lecimento da unidade do movimento comunista internacional.

O PCP está neste momento empenhado na preparação do seu XII Congresso e todo o trabalho desenvolvido até agora em todas as suas organizações, designadamente a discussão das Teses, dos projectos do novo Programa e das alterações aos Estatutos, deixa prever que o Congresso constituirá um grande acontecimento não só na vida do Partido mas também na vida presente e futura da classe operária e do povo português.

Nos últimos 12 anos, o PCP tem lutado contra a ofensiva contra-revolucionária de sucessivos governos, em defesa dos interesses dos trabalhadores, dos direitos e conquistas alcançadas pelo povo português com a Revolução de Abril. No momento presente, através da conjugação da luta de massas com a acção institucional, o PCP orienta fundamentalmente a sua acção em defesa do regi-

me democrático português consagrado na Constituição, gravemente ameaçado pelo recente acordo do Partido Socialista com o PSD — partido da direita no Governo — e aponta como objectivo de luta para o limiar do século XXI uma democracia avançada como parte integrante da luta pelo socialismo.

Com os nossos melhores votos de que o 15.º Congresso do vosso Partido seja coroado dos maiores êxitos, queremos mais uma vez manifestar a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCC, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse da causa comum da paz e do socialismo.

**Viva o 15.º Congresso do PCC!
Viva a amizade entre o povo português e o povo colombiano!
Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Colombiano!**

Protocolo de paz assinado em Brazzaville

Após intensa movimentação diplomática e muita especulação informativa, foi assinado em Brazzaville o protocolo de acordo entre Angola, Cuba e África do Sul para a paz no Sudoeste Africano, que abre caminho para a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

O acordo, que inclui ainda a garantia de não agressão a Angola por parte da África do Sul e a retirada das tropas cubanas de território angolano num período de 27 meses, será assinado no dia 22 em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, altura em que deverá ser anunciada a data para o início da implementação da resolução conducente à independência da Namíbia.

Recorda-se que o processo sofreu inesperadamente um atraso no passado dia 3 de Dezembro, quando a delegação sul-africana presente em Brazzaville abandonou as conversações, sem que nada o fizesse prever, por alegadas divergências quanto à forma de controlo da retirada das forças cubanas de Angola. Tal atitude provocou o mais vivo repúdio a nível internacional, deixando bem claro o isolamento de Pretória e forçando as autoridades sul-africanas a voltar às negociações.

Como afirmou na ocasião um comunicado do Ministério das Relações Exteriores angolano, a inesperada atitude dos representantes da África do Sul, para além de violar os acordos feitos em Nova Iorque, veio pôr em causa a pretensa boa-fé das autoridades sul-africanas e confirmar as preocupações oportunamente expressas pelas autoridades angolanas, segundo as quais é muito difícil obter garantias seguras de que a África do Sul respeite os compromissos que ela própria assume.

Sublinhando que é de facto muito difícil encontrar-se uma solução global numa região tão complexa como a África Austral, onde todos os problemas se interligam de maneira profunda e onde estão em jogo múltiplos e variados interesses, o citado documento garante que qualquer proposta da África do Sul que não tenha em conta o que já está acordado pelas instâncias máximas dos três Estados envolvidos no processo negocial, sob a mediação dos EUA, é inaceitável e tem de ser categoricamente rejeitado.

Tudo parece indicar que foi justamente isso que aconteceu. Segundo os dados disponíveis até ao momento, a questão da retirada das tropas cubanas de Angola ficará sob a alçada das Nações Unidas, como angolanos e cubanos defendiam. Os mecanismos de controlo poderão ainda ser exercidos, em caso de divergências, por uma comissão composta por representantes

de Angola, Cuba, África do Sul, EUA e União Soviética e, na necessidade de recurso, por representantes dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Trata-se, no essencial, dos princípios tidos como fundamentais para a assinatura de um acordo global negociados e aprovados em Nova Iorque, no passado mês de Julho.

Aquelas partes tomaram medidas concretas em relação ao acordado, tendo estabelecido com representantes do Secretário-geral da ONU as bases fundamentais para o acordo de verificação. Essas bases, segundo informou oportunamente o governo angolano, consistem no controlo da retirada dos efectivos nos portos e aeroportos de embarque e a verificação no sentido sul-norte, do cumprimento dos prazos fixados para a movimentação das forças cubanas do Sul de Angola para o paralelo 13 por etapas.

Paquistão elegeu Presidente

O Presidente interino do Paquistão, Ghulam Ishaq Khan, foi eleito segunda-feira para aquele cargo por maioria parlamentar, sucedendo assim a Zia Ul-Haq, falecido em Agosto último num desastre de avião.

A eleição de Ishaq Khan para um mandato de cinco anos tornou-se possível com o apoio do Partido Popular Paquistão, da primeira-ministra Benazir Bhutto e do principal partido da oposição, a Aliança Islâmica, que lhe deram 233 votos contra 39 do seu mais próximo adversário, Nasrullah Khan.

O apoio de Benazir Bhutto, investida no cargo de primeiro-ministro desde o passado dia 1, é considerado como a expressão da vontade do novo governo paquistão em manter boas relações com as forças militares do país, favoráveis à manutenção no cargo presidencial de Ishaq Khan.

Afeganistão protesta contra violações paquistanesas

O Ministério dos Negócios Estrangeiros afegão protestou entretanto junto da missão de controlo da ONU em Cabul, contra as violações do Paquistão aos acordos de Genebra. Tratou-se da 138.ª nota de protesto do governo afegão desde a assinatura dos referidos acordos.

Segundo as informações das autoridades afegãs, os extremistas apoiados pelo Paquistão continuam a efectuar ataques contra a população civil em várias zonas do país, provocando vários mortos e dezenas de feridos. De acordo com a agência «Bakhtar», combates registados na província de Paktia saldaram-se pela morte de 25 rebeldes, entre os quais um conselheiro militar árabe e um norte-americano.

Cooperação económica entre a Argentina e o Brasil

Os presidentes da Argentina e do Brasil, Raul Alfonsín e José Sarney, assinaram recentemente em Buenos Aires um tratado de integração e cooperação económica entre os dois países.

De acordo com os documentos assinados, dentro de dez anos será criado uma espécie de «mercado comum latino-americano», que terá como objectivo desenvolver a cooperação entre os dois países nas áreas financeira, comercial, siderúrgica, cultural e artística, bem como nos transportes e na indústria alimentar.

Na ocasião, os presidentes do Brasil e da Argentina assinaram ainda um documento sobre o desenvolvimento e a consolidação da cooperação na área nuclear, comprometendo-se ambos a utilizar a energia nuclear apenas para fins pacíficos.

Países da África Austral prejudicados por Pretória

Os países membros da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento dos Países da África Austral, «SADCC», acusam a política de desestabilização seguida pela África do Sul de provocar, entre 1980 e 1987, prejuízos na ordem dos 60 mil milhões de dólares.

Segundo informou o presidente da Associação do Desenvolvimento Internacional, Richard Jolly, este prejuízo é quatro vezes superior ao da dívida externa dos nove países membros da «SADCC».

ONU condena política de «apartheid»

A Assembleia Geral da ONU aprovou há dias uma série de resoluções condenando a política de «apartheid» e voltou a apelar à aplicação de sanções universais e obrigatórias contra a África do Sul.

Sendo um crime contra toda a humanidade, refere um dos documentos, o «apartheid» ameaça a paz e a segurança internacionais. Não obstante, alguns países e respectivas organizações continuam a manter relações económicas com a África do Sul, sabendo-se mesmo que o Japão aumentou os seus contactos com Pretória, transformando-se no maior parceiro comercial do regime racista.

Preocupada com esta situação, a Assembleia Geral da ONU exortou à aplicação de sanções, salientando por outro lado a necessidade de não violar o embargo ao fornecimento de armas à África do Sul e de aplicar medidas idênticas à importação de petróleo e produtos petrolíferos por este país.

De salientar que os EUA, a Inglaterra e outros países ocidentais, incluindo Portugal, votaram contra algumas alíneas das diversas resoluções, por considerarem que as sanções económicas não ameaçam o regime racista de Pretória.

A Assembleia Geral da ONU decidiu ainda promover em 1989 uma sessão especial sobre o «apartheid» e as suas funestas consequências para a África Austral.

Internacional

Gorbatchov na ONU

«Com actos concretos e não só com palavras»

«Como será a Humanidade ao entrar no século XXI? Dentro de pouco tempo esta pergunta colocar-se-á perante as pessoas. Encaramos o futuro com optimismo e, ao mesmo tempo, com inquietação. O mundo de hoje difere radicalmente daquilo que foi no início ou mesmo em meados do nosso século e todos os seus componentes continuam a mudar». São palavras de Mikhail Gorbatchov, na intervenção do dirigente soviético na Assembleia Geral da ONU, nos primeiros dias deste mês de Dezembro. Do seu longo discurso, apenas ficou conhecida (ou pouco mais) uma decisão de desarmamento unilateral por parte da URSS. **Decisão de reduzir os efectivos das Forças Armadas em 500 mil**, diminuindo também substancialmente os armamentos convencionais. O que é uma forma de dizer, «com actos concretos e não só com palavras», que a União considera o desarmamento como a «questão fulcral». E se dispõe a continuar a avançar, decididamente e de forma dinâmica, num caminho que indubitavelmente se tem vindo a abrir em medida substancial graças aos seus esforços. Mas muito, muito mais, foi dito neste discurso na Assembleia das Nações Unidas.

Quer no que respeita ao avançar de múltiplas propostas concretas nos mais diversos domínios da vida e dos problemas de carácter internacional. Quer ainda no que se refere à filosofia subjacente à política externa soviética. Não é possível esgotar aqui, nestas poucas colunas, a multiplicidade de ideias e factos abordados. Tentamos entretanto dar uma ideia tão completa quanto possível das ideias e propostas concretas avançadas.

Cooperação

«O futuro progresso da humanidade só será possível na forma de busca de um consenso geral sobre as vias conducentes a uma nova ordem mundial.

«Aproximamo-nos já do limite para lá do qual a evolução caótica nos levará a um beco sem saída. A comunidade das nações tem de aprender a influenciar e orientar os processos globais para salvar a civilização, torná-la segura para todos e mais apropriada para uma vida normal.

«Está na ordem do dia a cooperação global ou, melhor dizendo, a criatividade e o desenvolvimento colectivo e comum.

«A fórmula de desenvolvimento "à custa dos outros" é já obsoleta. As realidades do mundo em que vivemos impossibilitam o progresso genuíno em detrimento dos direitos e liberdades do homem e dos povos, e muito menos à custa da Natureza.

«A necessidade de solucionar os problemas globais exige uma nova "intensidade" e "qualidade" da cooperação entre os Estados e movimentos sociopolíticos, independentemente de quaisquer diferenças ideológicas e outras.

«Claro que nunca deixarão de se operar transformações radicais e até revolucionárias no interior de determinados países e estruturas sociais. No entanto, na nossa época ocorrem mudanças também nesta área: é impossível alcançar quaisquer objectivos nacionais através de transformações internas, limitando-se a seguir «cursos paralelos»,

sem aproveitar as realizações do mundo exterior nem o potencial da cooperação».

Liberdade de opção

«Para nós é evidente a obrigatoriedade do princípio da liberdade de opção. O seu não reconhecimento pode ter consequências gravíssimas para a paz universal.

«Negar esse direito aos povos, quaisquer que sejam os pretextos para o justificar e as palavras para o disfarçar, é atentar contra o já precário equilíbrio que existe hoje. A liberdade de opção é um princípio universal que não deve ter excepções.

«Não foi só a boa vontade que nos levou à conclusão da universalidade e imutabili-

tentes as tentativas de olhar os outros com arrogância e ensinar-lhes a "sua" democracia, para já não dizer que os valores democráticos "exportados" muitas vezes se depreciaram depressa.

«Trata-se, portanto, de afirmar a unidade através da pluralidade».

ONU instrumento único

«É muito significativo que a recuperação do papel da ONU esteja vinculada à melhoria do clima internacional.

«A Organização das Nações Unidas reflecte os interesses de diferentes Estados. É a única organização capaz de conjugar os esforços bilaterais regionais e globais.

«Abrem-se-lhes novas possibilidades em todos os domínios que dizem, naturalmente, respeito à competência da ONU: político-militar, económico, científico-técnico, ecológico e humanitário».

Um por um, Gorbatchov aborda diferentes problemas da actualidade e avança propostas concretas, exequíveis no próprio quadro ou com a contribuição da ONU.

Com destaque para a «dívida externa». «O problema mais agudo na presente situação».

«Não se esqueça que os países em vias de desenvolvimento sofreram inúmeras perdas e passaram grandes sacrifícios na época colonial, pagando assim pela prosperidade de parte substancial da Comunidade Mundial. Está



guinte:

«— Restringir os pagamentos da dívida oficial conforme o índice de desenvolvimento económico de cada país concreto e adiar grande parte desses pagamentos a grande prazo;

«— Apoiar o apelo da Conferência da ONU para o comércio e o desenvolvimento sobre a redução da dívida aos bancos comerciais;

«— Garantir apoio governamental à regularização da dívida do "Terceiro Mundo" através de mecanismos de mercado, incluindo a criação de uma entidade especial internacional que compre as dívidas com desconto».

Outras importantes propostas são ainda avançadas.

Criar um centro de pronto socorro ecológico junto da ONU e «um laboratório internacional espacial, ou uma estação orbital pilotada com a função exclusiva de controlar o estado do ambiente natural».

A proibição jurídica de colocação de armas no espaço e a elaboração das disposições do regime de trabalho específico no espaço. Regime controlável por uma Organização Espacial Mundial.

A convocação regular, sob os auspícios da ONU, de uma assembleia de organizações sociais.

Afeganistão

«Para que os próprios afegãos possam encontrar sem mais delongas uma solução global para o problema da formação de um governo baseado numa ampla coligação (citando a fórmula da referida resolução-Genebra), convém tomar as seguintes medidas:

«— A partir de 1 de Janeiro de 1989 cessar por toda a parte o fogo, as operações ofensivas e os bombardeamentos, conservando para todo o período de negociações o "status quo" de forma a que os grupos afegãos beligerantes mantenham o seu controlo sobre todos os territórios que estão a controlar;

«— Suspender, a partir do mesmo dia, quaisquer fornecimentos de armas a todos os grupos beligerantes relacionados com o primeiro ponto;

«— Enviar a Cabul e outros centros estratégicos do país um contingente de for-

ças de manutenção da paz da ONU que ali permaneça durante o período de formação do governo numa base ampla, segundo está previsto na resolução correspondente da Assembleia Geral;

«— Pedimos também ao secretário-geral da ONU para desenvolver diligências a fim de convocar o mais depressa possível uma conferência internacional sobre a neutralidade e a desmilitarização do Afeganistão.»

Relações EUA-URSS e reconversão

Com a decisão unilateral de desarmamento por parte da União Soviética — mantendo «a capacidade defensiva do país a um nível suficiente para a defesa eficaz e para dissuadir quem quer que seja de atentar contra a segurança da URSS e dos seus aliados» — a União Soviética pretende também chamar a atenção da comunidade mundial «para um outro problema de grande actualidade: a passagem da economia de armamento para a economia de desarmamento».

Trata-se concretamente da reconversão das indústrias bélicas.

«A União Soviética está disposta pela sua parte a:

«— Elaborar, no âmbito da reforma económica, e apresentar o nosso plano de reconversão;

«— Até final de 1989 preparar, a título de experiência, planos de reconversão de duas a três empresas militares;

«— Divulgar a nossa experiência de emprego de especialistas da indústria bélica e de utilização dos respectivos equipamentos, instalações e prédios no sector civil».

Uma outra questão particularmente importante foi abordada: as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética.

«A futura administração dos EUA, com o presidente recém-eleito George Bush, ter-nos-á como parceiro disposto a continuar, sem longos intervalos ou recuos, o diálogo no espírito do realismo, abertura e boa vontade e a avançar para resultados concretos da ordem do dia que abrange os problemas-chave das relações soviético-americanas e da política internacional.

«Trata-se, em primeiro lugar, de avançarmos com perseverança para um acordo de redução dos armamentos estratégicos ofensivos para metade, sob a condição de salvaguarda do Tratado DAM;

«De elaborarmos uma convenção sobre a eliminação das armas químicas (cremos que existem premissas para o fazer no ano de 1989);

«De entabularmos conversações sobre a redução de efectivos militares e dos armamentos convencionais na Europa».

«4 de Dezembro. Da alvorada ao momento decisivo, fizemos disciplinadamente a vida de todos os dias: pequenos trabalhos individuais, leituras, conversas, enquanto os faxinas Chico Miguel e Guilherme varriam, limpavam, serviam com esmero o café... A previsão da hora bateu certa: nove horas e dez minutos! «Recreio» — a voz indiferente do guarda tem hoje para nós um significado de combate e esperança. Passada a revista diária, que forçou a deixar nas mãos do inimigo tanto objecto valioso ou querido para não levantar suspeitas, eis-nos no local de operações — um pátio rectangular de altas paredes e taludes, estreitando a sul pela boca negra de um túnel, em pleno coração da fortaleza, e com poderoso dispositivo de segurança: além da sentinela normal, duas metralhadoras ao alto dominam tudo, e uma terceira, a 6 metros de nós, defende a entrada do túnel.

A bola de borracha cuja missão é importante não fora esquecida: frente ao dispositivo ameaçador da GNR formou-se o pacífico dispositivo de jogo dos prisioneiros. A bola passa de mão em mão, com as regras e as exclamações do costume. Inesperadamente, um contratempo perigoso — uma carrinha da Pide com três agentes surge do túnel e pára, a receber um preso das casamatas para qualquer brutal interrogatório. Os nossos corações apertam-se... o recreio é apenas de meia-hora, qualquer demora dos pides será fatal... Mas estes apressam-se, partem, e o jogo recomeça. Zumbem enfim, do fundo do túnel, a marcha atrás do que há-de ser o carro da liberdade ou de coisa bem diferente — o grande blindado negro de Salazar, passado agora aos serviços da polícia.

(...) Um grito — «Golo!», uma mão na porta do carro — e num abrir e fechar de olhos abrem-se as outras portas e sete homens mergulham no veículo. O golpe é tão rápido que os guardas continuam imóveis, a olhar, quando o pesado transporte é posto em movimento. Instintivamente, a sentinela do túnel abre passagem. A descida é rápida, mas os tiros são mais rápidos ainda, duas balas silvam e o alarme está dado! Depressa, mais depressa! Se o primeiro portão de ferro é encerrado seremos apanhados na ratoeira. Mas não, está aberto ainda. Ultrapassada vertiginosamente a casa da guarda, eis-nos na parada principal da prisão. Uma curva apertada, com um portão mais — o grande portão verde de saída, com grandes ferrolhos e batedentes de cimento. Rigorosamente fechado, mas isto não é surpresa — há que confiar na potência do motor e no patriotismo que se debruça ao volante, António Tereso. «Força, dá-lhe bem ao centro!». Um estrondo de madeira, cimento e ferros partidos, e a massa verde salta, é rasgada, e permite uma primeira visão do exterior. Ainda uma curva apertada, e agora toda a estrada ao longo do talude por onde as sentinelas correm já. Um tiro, um segundo, vários outros — o carro é várias vezes atingido, mas ninguém está ferido e os pneus continuam a rolar... (...)

(«A fuga de Caxias no carro blindado de Salazar» — «Avante!», VI Série, n.º 311, Dezembro 1961)

Ao CC do PCUS

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética o telegrama que transcrevemos.

Queridos camaradas:
Perante a tragédia que causou milhares de vítimas e grandes perdas materiais na Arménia expressamos às famílias enlutadas, às populações atingidas e a todo o povo soviético os sentimentos do mais profundo pesar e fraternal solidariedade dos comunistas portugueses.

dade desse princípio, mas também a análise imparcial dos processos objectivos da nossa época.

«É indício cada vez mais relevante dos últimos tempos a crescente diversidade de formas de desenvolvimento social dos países capitalistas e socialistas.

«Outro testemunho disso é a diversidade de estruturas político-sociais nascidas dos movimentos de libertação nacional nos últimos decénios.

«Este facto objectivo implica o respeito pelos pontos de vista e posições dos outros, a tolerância, a disposição de não encarar necessariamente as diferenças como coisas más ou hostis, a capacidade de aprender a conviver sem deixar de sermos diferentes e de discordarmos uns dos outros.

«A afirmação da diversidade do mundo torna inconsis-

na altura de compensar essas privações, que são o trágico contributo histórico no mundo em desenvolvimento para o progresso material do mundo.

«Estamos também convictos de que a abordagem internacionalizada do problema conduz à sua solução.

«Convém reconhecer, avaliando a situação realisticamente, que a dívida acumulada não pode ser reembolsada e é impagável nas condições inicialmente estipuladas.

«A União Soviética está pronta a impor uma longa moratória, até 100 anos, aos pagamentos da dívida dos países que têm mais baixo nível de desenvolvimento e até cancelar completamente a dívida em certos casos.

«Quanto aos demais países em vias de desenvolvimento, propomos o se-

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Sobre as alterações às Teses

Camaradas

Na sequência do debate travado no Partido em torno das «Teses», chegaram à Comissão de Redacção cerca de 1700 propostas de emenda, a maioria das quais foi, no todo ou em parte, contemplada. Parte significativa destas propostas visava quer uma maior precisão, rigor ou clarificação de diversas formulações; quer o aditamento de ideias com vista a um maior desenvolvimento e aprofundamento de vários temas; quer o reforço de conclusões através da inclusão de exemplos concretos; quer, ainda, uma redacção mais cuidada.

Pode dizer-se que a esmagadora maioria das propostas recebidas se inscrevia no espírito geral do documento em debate, revelando um claro apoio, na generalidade, ao seu conteúdo. Algumas houve, no entanto, que implícita ou explicitamente, manifestavam o desacordo com a essência do documento.

Vários camaradas, individual ou colectivamente, fizeram chegar à Comissão de Redacção opiniões ou apreciações gerais da maior importância para a actividade e trabalho futuros do Partido. Tais contribuições, não tendo sido contempladas pelo facto de não virem traduzidas em propostas (e porque, por parte da Comissão, não houve o tempo necessário para lhes dar esse carácter), constituem, no entanto, matéria da maior relevância a exigir consideração e resposta futuras.

Chegou igualmente à Comissão de Redacção um conjunto de propostas de iniciativas várias tais como a realização de Conferências, encontros de Quadros, reuniões nacionais, etc., com o objectivo de debater ou aprofundar temas diversos. Estas propostas não foram contempladas por nos parecer não ser adequado que um documento desta natureza assumia tais compromissos. Considera a Comissão de Redacção que tais propostas devem ser consideradas no contexto da actividade global do Partido e, nesse sentido, vai fazê-las chegar à direcção do Partido eleito no XII Congresso.

As questões ligadas à situação internacional e à sua evolução desde o X Congresso suscitaram um número considerável de propostas. Havendo um acordo generalizado com a caracterização contida no documento, surgiram, entretanto, propostas várias e por vezes de sentidos diferentes, designadamente no que respeita às causas que se consi-



José Casanova

membro da Comissão Política do CC

dera estarem na origem das modificações positivas operadas na situação internacional. Nuns casos propunha-se uma acentuação maior da luta dos povos; noutros considerava-se a necessidade de dar maior relevância ao papel desempenhado pela inovadora política de paz da URSS. Procurou-se ter em conta os dois tipos de preocupações, não aceitando, entretanto, duas outras propostas: uma que tendia a apagar ou diminuir o papel da luta de classes e da luta dos povos no desenvolvimento mundial; outra que responsabilizava a União Soviética pela situação anterior.

Foram tidas em conta críticas a formulações consideradas demasiado definitivas ou triunfalistas na avaliação do fracasso da política do imperialismo, deixando-se, no entanto, claro o facto insofismável de que o imperialismo sofreu, neste período, severas derrotas.

Contemplaram-se preocupações surgidas no sentido de dar mais relevo e mais espaço à realidade dos países capitalistas quer quanto ao papel e à luta da classe operária e das massas, quer do ponto de vista da caracterização do sistema.

Como se afirma nas Teses «a consolidação temporária das posições da burguesia nos países capitalistas desenvolvidos não põe em causa a tese marxista fundamental de que o capitalismo está historicamente condenado, de que o mundo caminha para o socialismo».

Não podem confundir-se as cri-

ses cíclicas e estruturais do capitalismo com a sua crise geral. A evolução económica do capitalismo continua a processar-se de forma contraditória alternando fases de expansão com crises agudas; continua a superar contradições e a acumular graves problemas; continua a acrescentar a riqueza num pólo e a pobreza no outro. Simultaneamente, também de forma contraditória, se tem agravado a crise geral do capitalismo, o qual tem vindo a perder peso na arena internacional. (Naturalmente, isto não significa que se pense que o capitalismo caia como um fruto maduro: tal tese primária é, evidentemente, alheia ao nosso pensamento e só uma caricatura grosseira das posições do PCP poderia sustentá-la).

Quando à «Perestroika» e à sua avaliação, surgiram opiniões alertando para a necessidade de uma postura prudente face a este importante processo revolucionário ou pondo o acento e insistindo na necessidade de o Partido dar maior destaque à crítica dos erros do passado. Foram contempladas várias propostas visando a eliminação de quaisquer dúvidas sobre a forma como o Partido encara os trágicos erros passados mas não se aceitaram, por se considerarem incorrectas, outras, tendentes a apagar as grandes realizações do socialismo, e outras, ainda, a infundir ideias de atribuir ao Partido posições de reserva ou de hostilidade em relação à «Perestroi-

ka», o que não corresponde à realidade dos factos.

Outro bloco de propostas reportava-se à situação económica nacional e à forma como ela era abordada nas Teses. São de referir observações várias considerando que a evolução de 1983 a 1988, embora correctamente caracterizada, amalgamava números e não distinguiu com suficiente nitidez os dois períodos distintos existentes, isto é: o período que vai de 1983 até meados de 1985, e o que se prolonga desde esta data até 1988. A Comissão de Redacção acolheu esta preocupação, como pode constatar-se pela nova redacção do ponto 2.4.10.

Do conjunto de propostas de alteração à análise da evolução da situação política nos últimos 5 anos, importa sublinhar, entre as não contempladas, uma, que visava acrescentar aos três períodos distintos um outro, marcado pelas eleições presidenciais e pela vitória de Mário Soares; uma segunda, aliás na linha da primeira, que desvalorizava a derrota de Freitas do Amaral, e concluía que, com a eleição de Mário Soares, a direita conseguira alcançar o seu objectivo; uma terceira, defendendo que se atenuasse a autocrítica em relação à postura assumida pelo Partido quando considerou como questão excluída a hipótese do voto em Mário Soares; outra, considerando que, pelo contrário, deveria dar-se mais força à nossa autocrítica a esse mesmo respeito.

Quando às eleições de 19 de Julho, contestam alguns camaradas que, a questão das férias e da emigração sazonal sejam consideradas como razões de quebra da votação da CDU. Tal opinião não foi aceite: como se sabe, a causa mais importante avançada nas Teses para explicar «essa quebra é a da «falta de confiança» existente «na perspectiva da formação de um governo democrático, designadamente com o PCP», considerando-se, num segundo plano, outras causas, designadamente, «o desânimo e o desalento que se apossou de certos sectores mais atingidos pelo processo contra-revolucionário» e, ainda, «as férias» e «a emigração sazonal de milhares de trabalhadores».

Também, no que respeita à avaliação sobre a redução da base de apoio do Governo surgiram reticências por parte de alguns camaradas. É opinião da Comissão que as lutas travadas no decorrer de 1988 — entre as quais ocupa lugar de destaque a greve geral de 28 de Março

— pela sua amplitude, pela enorme adesão que tiveram, pela participação nelas de muitos dos que votaram no PSD em 19 de Julho, confirmaram não só que, tal como o Partido havia concluído, o apoio social à política do Governo de Cavaco Silva era extraordinariamente mais reduzido do que o apoio alcançado pelo PSD em 19 de Julho, como também confirmam que, à medida que a política de direita for sendo concretizada, reduzir-se-á a base social e política de apoio ao Governo e reduzir-se-á, previsivelmente, a sua própria base de apoio eleitoral. Sublinha-se, naturalmente, que para que isso aconteça é necessário continuar e intensificar a luta e os esforços de entendimento dos democratas.

A luta do povo em defesa de Abril suscitou um vasto conjunto de propostas, muitas das quais foram aceites.

No que toca à luta eleitoral vale a pena sublinhar a apreciação segundo a qual os resultados das eleições autárquicas de 1985 e das suplementares de 1988, confirmam a existência de fortes condições de recuperação da influência eleitoral da CDU no plano das eleições legislativas.

Quando às questões relacionadas com a CEE introduziram-se, na primeira parte do texto, algumas apreciações constantes do Programa do Partido e enriqueceram-se os «25 pontos do PCP para enfrentar 1992», nomeadamente em relação à aplicação dos fundos (defendendo a extensão da sua aplicação a áreas como a saúde e a habitação), à cooperação no desenvolvimento das regiões transfronteiriças e ao desenvolvimento regional.

Houve uma proposta no sentido de eliminar toda a primeira parte do texto sobre a CEE, substituindo-o pela transcrição total do que a tal respeito está contido no Programa. A proposta considerava que o texto das Teses era mais fechado e, por isso, dificultaria o desenvolvimento da luta. A Comissão examinou criticamente o que estava contido nas Teses em cotejo com o texto do Programa. Procurou introduzir todas as emendas no sentido do rigor e da explicitação do conteúdo do Programa, mas não acolheu a referida proposta. Considera a Comissão que a aceitação de tal proposta conduziria ao empobrecimento do pensamento do Partido acerca da CEE. De facto, nas Teses, procede-se a uma caracterização mais vasta da CEE, impossível de considerar, por razões óbvias, no texto do Programa.

Aceitou-se, dando-lhe a ênfase adequada, uma outra proposta que referia a necessidade de uma forte representação do PCP no Parlamento Europeu como factor importante para a defesa dos interesses nacionais.

A temática da batalha ideológica suscitou vivo interesse dos militantes do Partido, interesse traduzido em múltiplas propostas visando melhorar e completar as caracterizações constantes das Teses e acolhidas na sua maioria. As várias propostas sobre a necessidade de se adiantarem as linhas de acção do Partido neste domínio (aliás desenvolvidamente abordadas no ponto sobre o Partido), foram contempladas com a enunciação dos quatro grandes objectivos dos comunistas na luta das ideias e com a referência às medidas indispensáveis para os alcançar.

No capítulo dedicado aos objectivos e tarefas imediatas foram contempladas propostas várias, designadamente: uma que considerava a necessidade de, face à gravidade da situação criada pela política do Governo PSD e tendo em conta a importância da acção concreta com vista à inversão da relação de forças a favor da democracia, a exigência da resistência popular dever complementar-se com uma ampla acção de esclarecimento e sério e persistente empenho na unidade dos democratas e na convergência das forças

A luta pela paz e a solidariedade internacionalista

Moção aprovada no XII Congresso

O XII Congresso do PCP, reunido no Porto de 1 a 4 de Dezembro de 1988, tendo examinado a evolução mundial e considerando:

a) que na actualidade a situação internacional se caracteriza pelo alívio da tensão e por negociações de mais alta importância, designadamente entre os EUA e a URSS sobre o desarmamento — já traduzidas no histórico acordo sobre a eliminação do solo europeu dos mísseis nucleares de médio e curto alcance, soviéticos e americanos — e, envolvendo directamente os Estados interessados, sobre a solução política dos conflitos regionais, na base do direito dos povos à autodeterminação;

b) que estas novas e positivas tendências e perspectivas — apontando para a possibilidade de uma efectiva viragem na situação internacional no sentido da segurança, coexistência e cooperação e de um mundo livre de armas nucleares no limiar do Século XXI — se devem à política de Paz dos países socialistas, e em primeiro lugar às audaciosas iniciativas da União Soviética inseparáveis do processo revolucionário da perestroika, assim como à luta heróica dos povos dos países progressistas e do movimento de libertação nacional e à acção do mais amplo movimento mundial da opinião pública pela Paz;

c) que, entretanto, se torna imperativo continuar, alargar e aprofundar a luta dos povos pela Paz, pois se mantém a natureza agressiva, exploradora e opressora do imperialismo, e a Administração dos EUA arrasta, atrasa, e procu-

ra impedir novos acordos de desarmamento, em particular sobre a redução em 50% das armas nucleares estratégicas, a prevenção do projecto aventureiro e extremamente perigoso de «guerra das estrelas» e a liquidação das armas químicas e bacteriológicas, ao mesmo tempo que na Europa se protelam as negociações sobre desarmamento convencional e, pelo contrário, se reforça o «pilar europeu» da NATO, com um novo e perigoso papel para Portugal, agravado com a entrada na União Europeia Ocidental que pode levar à instalação de armas nucleares em território português;

REAFIRMA — o XII Congresso — o empenhamento solidário e internacionalista do PCP, lado a lado com os povos dos países socialistas e o movimento comunista e operário e internacional, com os países progressistas e movimentos de libertação nacional, com as forças democráticas e Movimento Mundial da Paz, pela efectiva cessação da corrida aos armamentos e de agressões e ingerências imperialistas e, nesta base, a resolução dos conflitos regionais, com a garantia do pleno exercício do direito dos povos à autodeterminação nacional e social, por um mundo de desanuviamento, desarmamento, democracia, progresso social e Paz;

APELA à classe operária, aos trabalhadores e aos portugueses em geral para que tomem posição, e desenvolvam e intensifiquem a sua intervenção e acção pela Paz, em defesa do interesse e soberania nacional, por uma política externa independente e um Portugal democrático, livre de armas nucleares, solidário e cooperante numa Europa e num Mundo de segurança e de Paz. ■

Relatório da Comissão de Redacção do Programa

democráticas. Foram igualmente contempladas propostas de inserir nas direcções fundamentais das lutas de massas a acção dos intelectuais e quadros técnicos e a luta em defesa da conservação do meio ambiente e do património.

Das muitas propostas referentes ao ponto sobre os grandes movimentos sociais e as organizações de massas, várias, traduzindo a enorme riqueza de diversas organizações, não puderam ser aceites por exclusivas questões de espaço. Entretanto, na abordagem das alterações e mutações na sociedade portuguesa, foram introduzidas emendas significativas. Todavia, não foi possível — por insuficiência de dados resultantes de carências do aparelho estatístico nacional — dar resposta positiva aos camaradas que propunham maior desenvolvimento e aprofundamento destas questões.

Também no Capítulo dedicado ao Partido foi acolhida a maior parte das propostas feitas. Destas salientam-se as que visam o reforço do trabalho de direcção aos vários níveis, a supressão de deficiências na política de quadros, o reforço da organização e o desenvolvimento do trabalho de informação e propaganda. As não contempladas incidiam essencialmente nos pontos referentes às alterações aos Estatutos.

Camaradas
A «Proposta de Resolução Política do XII Congresso do PCP», que se encontra distribuída a todos os delegados, corresponde ao texto das Teses após as alterações introduzidas em consequência do debate travado no Partido. Quanto às propostas recebidas no decorrer do Congresso, os camaradas delegados têm em seu poder dois textos: um, contendo as alterações introduzidas; outro, respeitante à «Introdução à proposta de Resolução Política». Estes dois textos dão expressão final à proposta de Resolução Política que submetemos à aprovação do Congresso.

Este amplo debate, envolvendo milhares de camaradas, reflecte de forma evidente a amplitude da intervenção dos militantes na definição da orientação do Partido e constitui a melhor resposta àqueles que de olhos e ouvidos fechados à realidade, persistem na difusão de uma visão deturpada, falsa e caluniosa do PCP, do seu método e estilo de trabalho, do seu funcionamento amplamente democrático.

Esta «Proposta», depois de discutida e aprovada pelos delegados ao XII Congresso, constituirá um importantíssimo instrumento de trabalho para todo o Partido, decisivo para o seu reforço e para o desenvolvimento da actividade e da luta. ■



Ângelo Veloso

membro da Comissão Política do CC

Camaradas
Cabe-me apresentar-vos o Relatório da Comissão de Redacção do Programa. Chegaram à Comissão mais de 1500 propostas de alteração. É difícil dar-vos este número com inteiro rigor.

Também não é fácil dizer-vos quantas propostas foram exactamente aceites e inseridas no texto. Calculamo-las em número que ultrapassará as 800.

Todas as propostas tiveram uma ponderação cuidadosa, objectiva e rigorosa. Em vários casos, deram origem a emendas noutros pontos do texto, onde entendemos que melhor caberiam. Noutros, obrigaram a ver onde contemplar e integrar contributos resultantes da reflexão feita.

É impossível — de todo impossível — dar-vos aqui conta da natureza de cada uma e de todas as propostas. Muitas delas tocaram aspectos de redacção ou de ordenação do texto. Outras visavam precisar medidas de política sectorial, ou de conceitos. Já no decurso deste Congresso chegaram à Comissão umas 5 dezenas de propostas, algumas das quais simplesmente repetiam propostas anteriores, outras que ainda procurámos introduzir.

O texto da proposta de Programa apresentado pelo Comité Central no início do Congresso e as restantes emendas ulteriormente introduzidas — e que já foram distribuídas — dão-vos seguramente uma imagem, ainda que incompleta, do trabalho realizado.

Julgamos importante sublinhar que, **mesmo quando não foram aceites**, todas as propostas contribuíram para a qualidade do texto final do Programa que o Congresso vai votar.

Camaradas
No conjunto de propostas de alteração que nos chegou consideramos

que nenhuma delas constituía uma proposta global de fundo, que significasse discordância global do projecto de Programa. Não chegou às nossas mãos nenhuma proposta ou qualquer documento que exprimisse, por parte de qualquer camarada, a rejeição do projecto de sociedade que propomos ao nosso povo e pela qual lutaremos, inserida na perspectiva confiante da construção do socialismo e do comunismo em Portugal.

Com isto não pretendemos diminuir de modo algum nem a riqueza das contribuições nem a natureza das discordâncias expressas em numerosas propostas.

O grosso das propostas — aceites ou recusadas — incidiram sobre a caracterização da revolução como inacabada; sobre a questão das alianças sociais e políticas; sobre o chamado problema das vias; sobre a distinção entre democracia avançada e socialismo; sobre a caracterização do socialismo e sobre as características do nosso Partido.

Algumas camaradas discordam de se caracterizar a revolução de Abril como inacabada, temendo que daí se pudesse concluir ou que a revolução estava ainda «em curso» ou que se desvalorizava o valor das conquistas revolucionárias alcançadas. Uma proposta defendia mesmo que devíamos declarar acabada a revolução de Abril e reconstituído por inteiro o capitalismo monopolista de Estado.

As emendas introduzidas procuram clarificar que para nós, comunistas, a revolução de Abril produziu na vida nacional profundas transformações que continuam presentes na vida nacional e que constituem valores essenciais que se projectam para o futuro democrático de Portugal e que inspiram hoje a nossa luta. O processo contra-revolucionário liquidou ou procura subverter traços fundamentais das conquistas alcançadas no plano económico, social, cultural e político; o processo contra-revolucionário impediu de facto o aprofundamento das potencialidades abertas pela revolução de Abril. Por isso mesmo a luta que temos travado nos últimos anos tem como uma das direcções fundamentais a resistência em torno da defesa das conquistas e valores alcançados, conquistas que inspiram a nossa luta de hoje e que são valores e potencialidades essenciais na democracia avançada que propomos ao nosso povo. É nesse sentido preciso mas extraordinariamente rico que a revolução de Abril é uma revolução inacabada.

Camaradas
Procurarei abordar brevemente a questão das alianças sociais e políticas.

Importa informar-vos que foram recusadas propostas tendentes a apagar o carácter social e de classe das alianças do proletariado e do seu partido, e a sacrificar e subordinar a política do Partido às alianças partidárias consideradas possíveis.

Concretamente, camaradas, tais propostas conduziram a sacrificar a política do Partido e os interesses

sociais e políticos próprios da classe operária, dos trabalhadores, do campesinato, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios empresários, das mulheres, dos jovens, a sacrificá-los, repito, a alianças com o Partido Socialista, a colocar-nos a reboque do Partido Socialista e — é preciso dizê-lo! — a reboque das próprias alianças sistémicas do PS com a direita.

Camaradas há que argumentam que sem isso, sem ceder ao PS, isto é, sem o PCP ir atrás do PS, não são possíveis alianças partidárias entre o PCP e o PS, o que favorece o avanço da direita e do PSD. Nós rejeitamos uma tal argumentação. Para nós a direita tem avançado aliada ao PS, primeiro confundida e atrás do PS, depois, apoiada pelo PS, e agora com os seus acordos nas autarquias, nas desnacionalizações, na destruição da Reforma Agrária, na revisão da Constituição.

Há longos anos que os comunistas tudo fazem para a unidade com os socialistas, propondo a unidade, apelando à unidade, lutando pela unidade. Fizemo-lo sempre e continuaremos a fazê-lo. Mas tal não pode significar nem apoiar a política de direita do PS nem ir a reboque das alianças do PS com a direita. A classe operária e os trabalhadores têm interesses e objectivos próprios e independentes que inspiram e orientam a nossa luta. O PCP não irá nunca a reboque de uma política contrária aos interesses do povo e do País. Por tudo isto mantivemos na nossa proposta de Programa uma rigorosa definição das alianças sociais do proletariado sublinhando que é nessa base que, embora com toda a maleabilidade temos que lutar — e lutar duro — para tornar uma realidade as alianças partidárias entre os partidos e correntes democráticas portuguesas, incluindo naturalmente entre os socialistas e os comunistas.

A chamada questão das vias está intimamente ligada à das alianças. Algumas propostas pretendiam que o nosso Programa declarasse que o Partido privilegiava a luta eleitoral e a via eleitoral como formas fundamentais de intervenção do Partido na vida nacional. Os argumentos e as considerações foram variados, mas tais propostas não foram aceites. No projecto de Resolução Política e de Programa está claramente sublinhada a importância enorme que assume a luta eleitoral e até reconhecemos explicitamente a existência de numerosos erros e deficiências nessa área da nossa actividade. Também está inteiramente clara no nosso Programa a posição do Partido em relação ao valor intrínseco da democracia política e às eleições autenticamente democráticas como fundamento directo do poder político e da legitimidade da constituição dos órgãos de poder na democracia avançada que propomos ao nosso povo.

Sobre tudo isto, nada justifica as confusões que se querem manter. Não são os comunistas que procuram subverter o regime democrático, manipulam sistematicamente a comunicação social; desfiguram o sistema proporcional, usam e abusam, para fins eleitorais, do aparelho de Estado e dos cofres públicos, reprimem, discriminam, coagem e intimidam os trabalhadores e as populações para comprar ou forçar votos.

Para nós comunistas a luta de classes e a luta de massas são os motores da História, são as grandes alavancas de transformação do mundo. A luta eleitoral insere-se na luta de classes, integra-se e articula-se com a luta de massas.

As grandes batalhas sociais de massas são um factor determinante, sólido e profundo, na transformação da consciência social e na alteração das opções eleitorais do nosso povo.

Camaradas
Na caracterização da democracia avançada não foi possível aceitar todas as propostas apresentadas. Pro-

curou-se, no entanto, integrar todos os contributos sectoriais o que significa terem-se rejeitado as propostas no sentido de reduzir muito ou mesmo eliminar as políticas sectoriais. O argumento fundamental era o de que a pormenorização da política conjunturizava o Programa do Partido, aproximava-o de um programa eleitoral com excessiva carga de medidas imediatas.

Estes argumentos não foram aceites. O nosso Programa será o um projecto de sociedade para o futuro, mas será também um instrumento que inspira e orienta a nossa luta de hoje, a nível nacional e a nível sectorial, imprimindo-lhe objectivos a atingir. A luta quotidiana e permanente dos trabalhadores e do povo português em defesa dos seus interesses e por uma política que corresponda aos interesses do País, faz parte e insere-se na luta e na perspectiva da democracia avançada no limiar do século XXI.

Surgiram também numerosas propostas em relação à caracterização da sociedade socialista por que lutamos. Tiveram acolhimento importantes contribuições designadamente em relação ao sistema político e ao sistema económico. Embora estivesse implícito no projecto inicial, considerou-se vantajoso explicitar a garantia da liberdade de imprensa e de formação de partidos políticos, como se considerou importante sublinhar que a sociedade socialista que o PCP propõe ao povo português incorpora e desenvolve os elementos fundamentais (económicos, sociais, políticos e culturais) da democracia avançada.

Foram contudo rejeitadas propostas que, no nosso entender, transpunham mecanicamente para o nosso Programa experiências conjunturais e específicas, deste ou daquele país socialista, ou soluções que não são universais e que até, nalguns casos, são experiências em curso, em fase de reflexão e de comprovação histórica.

Também não foram aceites as pouquíssimas propostas que procuravam, com grande dose de especulação futurológica, amarrar o Partido à definição de vias e métodos de transição da democracia avançada para a sociedade socialista, privilegiando a intervenção eleitoral e a via que consideramos eleitoralista.

Camaradas
No IV Capítulo — relativo ao nosso Partido — tivemos também que rejeitar algumas propostas. Não me alongarei porque — como é fácil de calcular — foram propostas idênticas às apresentadas em relação ao projecto de alterações aos Estatutos — questão já abordada na intervenção do camarada Aboim Inglez. Em suma, propostas que ofendiam traços essenciais ou de classe ou ideológicos ou estatutários do nosso Partido.

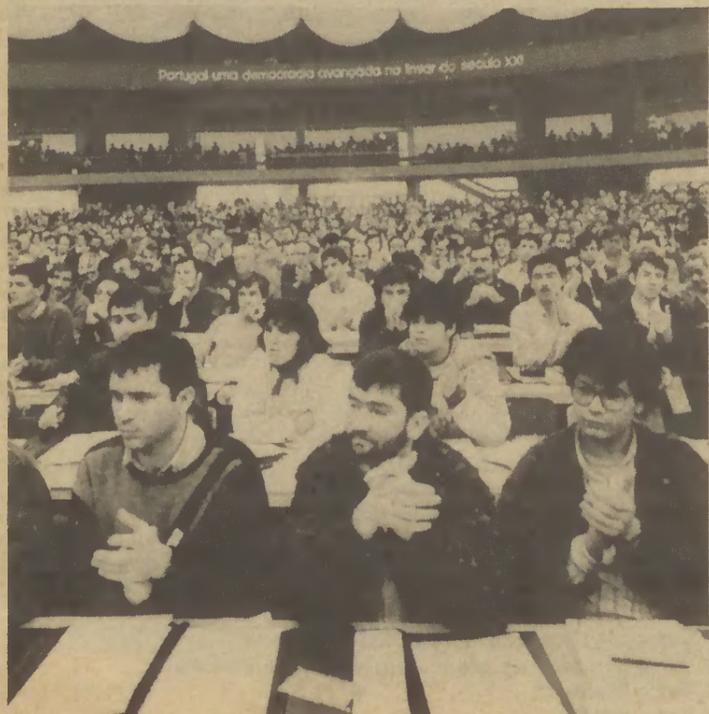
Camaradas
Procuramos dar-vos com o rigor possível no tempo disponível uma ideia exacta das propostas de emendas que chegaram à Comissão de Redacção, designadamente daquelas que acabaram por ser recusadas.

É evidente que muito e muito ficou por referir pois cingimo-nos apenas às questões que consideramos verdadeiramente significativas e de fundo político.

Não queremos, no entanto, terminar sem dizer ao Congresso que foi possível e que foi fácil e natural — ainda que muito trabalhoso no pouco tempo disponível — inserir os contributos individuais e sectoriais no trabalho colectivo deste grande e multifacetado colectivo que é o nosso Partido.

É inteiramente rigoroso afirmar-vos, camaradas, que o Programa que ides votar é agora produto colectivo do trabalho colectivo de todo o nosso Partido.

Viva o Novo Programa do Partido!
Viva o XII Congresso!
Viva o PCP! ■



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Militante 

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Extractos de documentos
e intervenções
do XII Congresso



Após o Congresso

**Ao trabalho
com
determinação
e confiança**

Dezembro 1988 • N.º 163 • Preço 50300

À
VENDA

SUMÁRIO

- Após o Congresso
Ao trabalho, com determinação e confiança
- Da Resolução Política do XII Congresso
— 9. O Partido
- O PCP, força essencial da democracia
(da intervenção inicial do camarada Álvaro Cunhal)
- Problemas de Organização
Intervenção do camarada
Fernando Blanqui Teixeira
- Sobre a proposta de alterações aos Estatutos
Intervenção do camarada Carlos Aboim Inglez
- A criação do Estado da Palestina
- Jornadas de reflexão e debate promovidas
pela CD de Évora do PCP
- Encontro Nacional sobre a caça
- **O que é**
O Movimento Zonas Livres de Armas Nucleares
- Promover a divulgação de «O Militante»
- Índice classificado dos artigos publicados
em «O Militante» em 1988

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

Escrever a história do PCP

Moção aprovada no XII Congresso

1. Considerando que é fundamental que os portugueses, designadamente os jovens conheçam a verdadeira luta do PCP contra o fascismo, pela liberdade, a democracia e o socialismo;

2. Considerando que a ausência de uma história do Partido tem facilitado que detractores da nossa luta e dos nossos ideais se aproveitem dessa situação para a deturpar;

3. Considerando que um melhor conhecimento da história do Partido contribuirá para a formação dos militantes e para o esclarecimento do nosso povo sobre a luta dos comunistas e do seu Partido;

4. Considerando a necessidade de um estudo mais aprofundado das ricas experiências do Partido ao longo de toda a sua história;

5. Considerando que em 1991 terá lugar o 70.º aniversário do Partido;

O XII Congresso recomenda ao futuro Comité Central:

a) que se proceda à recolha do património e de testemunhos sobre a história do Partido antes que irremediavelmente se percam;

b) que a imprensa e a propaganda partidária dediquem maior atenção à divulgação de aspectos da história do Partido;

c) que em 1991, ano da comemoração do 70.º aniversário do Partido, se realize uma iniciativa do género da que assinalou as comemorações do 60.º aniversário;

d) que sejam adoptadas medidas tendentes à elaboração da história do Partido. ■

Sublinhado o valor e significado da «perestroika»

Moção aprovada no XII Congresso

Certos de interpretar os sentimentos da classe operária, dos trabalhadores, de todos os homens e mulheres progressistas e amantes da paz de Portugal, o XII Congresso do PCP saúda calorosa e fraternalmente o PCUS, os comunistas e o povo soviético e exprime-lhes o sincero e profundo apreço dos comunistas portugueses pelo processo de reestruturação revolucionária em curso na URSS à qual deseja os maiores sucessos.

Os comunistas portugueses, que sempre sentiram como suas as realizações e êxitos do PCUS e do povo soviético na edificação da sociedade socialista, sublinham o extraordinário valor e significado revolucionário da «perestroika» não apenas para o povo soviético, mas para o movimento comunista e operário internacional, para a causa libertadora dos trabalhadores e dos povos, para a causa do socialismo e da paz.

Sempre ao lado dos comunistas soviéticos no seu trabalho pacífico e criador, os comunistas portugueses são inteiramente solidários com a acção do PCUS na concretização das tarefas do seu XXVII Congresso e da sua XIX Conferência orientadas para a aceleração do desenvolvimento socioeconómico, o aprofundamento da democracia, o reforço e aperfeiçoamento do poder dos trabalhadores, a defesa da paz e a liquidação da ameaça nuclear.

A coragem autocrítica e a tenacidade com que os comunistas soviéticos se empenham na superação de atrasos, erros e fenómenos negativos herdados do passado e a criatividade, audácia e confiança nas massas e nas potencialidades do socialismo que a «perestroika» significa, projectam com renovado vigor por todo o mundo os ideais libertadores da classe operária, constitui um precioso estímulo à luta dos comunistas em defesa das conquistas de Abril e por uma democracia avançada no limiar do século XXI, reforçam a sua confiança nos ideais do socialismo e do comunismo e na certeza do seu triunfo em Portugal.

Aprovando a posição definida em relação à «perestroika» nas Teses e no discurso do secretário-geral do Partido, o XII Congresso do PCP deseja aos comunistas e ao povo soviético os maiores sucessos nas tarefas revolucionárias em que se encontram empenhados.

O XII Congresso do PCP confirma aos comunistas soviéticos os fraternais sentimentos de amizade e solidariedade dos comunistas portugueses e a determinação do PCP em os reforçar cada vez mais no interesse dos povos português e soviético, da causa da paz, da amizade e cooperação entre todos os povos do mundo, da coesão do movimento comunista internacional, do socialismo e do comunismo.

Viva a Amizade entre o PCP e o PCUS!
Viva o Marxismo-Leninismo e o Internacionalismo Proletário!
Viva o Socialismo!
Viva a Paz! ■

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avançada
no limiar
do século
XXI

Sobre a proposta de alterações aos Estatutos

Queridos camaradas delegados
O debate no Partido sobre as alterações aos Estatutos assumiu grande relevo na actividade preparatória do XII Congresso do PCP. O conjunto da discussão e propostas apresentadas tem enorme riqueza. Todas as opiniões tiveram atenta e igual consideração pelo seu mérito próprio; e mesmo aquelas que acabaram por vir a ser aceites, contribuíram para uma reflexão mais multilateral e a mais correcta definição das soluções. Nestes três meses, desde finais de Agosto, o debate foi vivo e nele participaram dezenas de milhar de camaradas. A par de uma muito generalizada aprovação do sentido do projecto, dessa discussão resultaram mais de 3537 propostas concretas. O Comité Central na sua reunião de 22 a 24 de Novembro discutiu e aprovou o novo texto do projecto que se encontra agora em nosso poder. Dasquelas 3537 propostas foram adoptadas pelo CC, total ou parcialmente, mais de 1283.

Podemos dizer, pois, que o projecto que está nas vossas mãos, sendo da responsabilidade do CC, é a justo título também obra de todo o nosso grande e experimentado colectivo partidário.

Camaradas

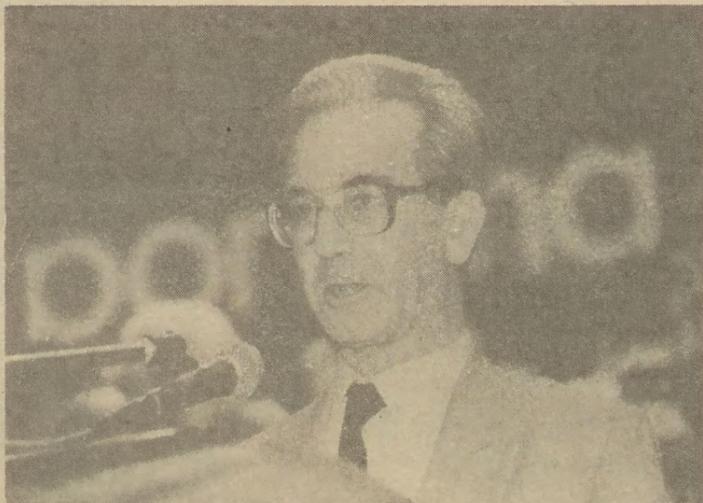
Ao decidir incluir na Ordem de Trabalhos do XII Congresso o ponto sobre os Estatutos do Partido, o CC considerou ser hoje necessário introduzir, não apenas algumas e pequenas modificações como em anteriores Congressos, mas numerosas alterações com os seguintes objectivos essenciais: adaptar os artigos programáticos ao novo Programa; dar consagração estatutária a diversificadas experiências positivas de organização e funcionamento; eliminar o que se tornou desadequado relativamente à acção actual e desenvolvimento futuro; enriquecer a definição dos princípios do centralismo democrático e sua concretização; redigir de forma mais correcta ou actualizada numerosas definições e formulações. Importa destacar, ao menos, três vertentes fundamentais do projecto.

Em primeiro lugar, grande número das alterações consagram, como princípios ou normas, realidades criadas pela actividade dos últimos 15 anos e que provaram ser, não só válidas expressões da vitalidade e expansão do Partido e da grande diversidade de frentes e condições em que hoje actua, mas também necessidades objectivas do trabalho partidário.

E do que se trata, citando apenas algumas, quanto às alterações sobre a filiação; sobre a eventual perda da qualidade de membro; sobre deveres e direitos; sobre as relações entre o indivíduo e o colectivo; sobre desenvolvimento de princípios essenciais do centralismo democrático; sobre os quadros e a política de quadros e sobre os funcionários do Partido; sobre vários aspectos relativos ao Congresso, ao Comité Central e seus organismos executivos; a modificação do título do Capítulo V; as normas sobre as Assembleias e sobre as Regiões Autónomas; a inclusão da «frente de trabalho» como uma das estruturas orgânicas; a referência explícita às células de uma mesma grande empresa ou organizações de um mesmo sector, e a ampliação às DORs do poder de criar estruturas de coordenação; a referência a comissões de trabalho para tratar de aspectos da actividade ou estudar questões especializadas; nova redacção mais flexível sobre as células; a referência aos núcleos no estrangeiro; novas redacções sobre o trabalho dos membros do Partido nas organizações de massas e movimentos; os novos Capítulos sobre os eleitos do Partido para cargos públicos, sobre o Partido e a juventude, sobre a imprensa do Partido.

Em segundo lugar, numerosas redacções, artigos e normas, visam aprofundar a vida democrática interna, estimular a maior participação dos militantes, reforçar os direitos dos membros do Partido. É esta uma das vertentes mais relevantes das alterações. Importa por isso referir o fundamental.

Introduz-se maior rigor no tratamento dos casos de perda da qualidade de militante; ampliam-se ou introduzem-se novas normas sobre os direitos; sobre os princípios do centralismo democrático, além do direito de destituição, que é um derivado necessário do princípio electivo, introduz-se o importante princípio sobre «a livre expressão das opiniões e o seu debate, procurando assegurar a inserção dos contributos individuais no trabalho, decisão e acção colectiva», e ainda se dá nova redacção a outros princípios; dá-se nova redacção e requisitos para eventuais cooptações ou designações, prevendo a auscultação prévia e a informação das organizações, e exigindo eleições logo que possível; explicita-se a capacidade de decisão de qualquer organização na esfera da sua acção, e adita-se uma nova importante norma sobre o imperativo da descentralização; ex-



Aboim Inglês

membro do CC

plícita-se mais o direito de discutir, discordar, criticar e propor e referir-se o respeito pelas naturais diferenças de opinião; define-se com rigor o que se entende por actividade fraccionária, já antes não admitida, e por isso mesmo se esclarece objectivamente uma expressão que estava indefinida e se dificulta a sua aplicação arbitrária; sobre o trabalho colectivo, reforça-se esta regra fundamental, combatendo manifestações como o autoritarismo, o dirigismo e outras; estimula-se e defende-se da prática da crítica e da autocrítica; nas novas redacções referentes ao Congresso, explicitam-se normas democráticas antes não expressas; nos artigos referentes ao Comité Central e aos seus organismos executivos, define-se melhor as responsabilidades e o funcionamento do CC e dos seus organismos executivos, estes todos eleitos pelo CC, a quem devem prestar contas e por quem são destituíveis; reforça-se o papel das assembleias; outras alterações a seguir vão também num sentido de aprofundar a democracia e a intervenção dos militantes; valorizam-se as organizações de base e reforçam-se as competências das células; acentua-se o carácter democrático do trabalho dos comunistas nas organizações de massas e movimentos; sobre a disciplina do Partido são poucas as alterações propostas, mas todas conducentes a uma maior inserção da disciplina «na prática da democracia interna, conforme com os princípios do centralismo democrático»; assim,

uma nova redacção eliminou o que poderia ser considerado uma exigência subjectiva; deu-se redacção mais cuidadosa e restritiva à possibilidade de suspensão cautelar; deu-se dignidade autónoma ao dever de ouvir as razões de qualquer militante antes da aplicação de qualquer sanção; quanto às sanções, clarificaram-se competências, introduziu-se a exigência de comunicação superior, e impuseram-se limites temporais a duas sanções.

Em terceiro lugar, com as alterações referidas contribuiu-se também já para o terceiro objectivo central: o reforço da identidade, unidade e coesão do nosso Partido, da sua força actuante, da sua capacidade e influência de massas e combatividade em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País. Tal objectivo é também defendido com a manutenção firme de disposições essenciais anteriores, em que avulta o centralismo democrático, e a introdução de algumas novas formulações, incluindo uma definição mais rigorosa e rica do marxismo-leninismo. Tal objectivo é também reflectido na definição de classe do Partido, que permanece «o Partido político do proletariado português, vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores», mas permanece também profundamente ligado às massas, patriótico e internacionalista, defensor de uma ampla unidade das forças democráticas e populares e obreiro de uma vasta aliança social.

Camaradas

Muitas propostas não puderam ser aceites por razões diversas.

Um primeiro grupo, o mais numeroso, não foi aceite, não porque se discordasse do seu sentido, mas porque conduziria a um pormenorizar excessivo, ao empolar de certos aspectos em detrimento de outros, ou eram desloçadas num documento desta natureza. Os Estatutos do Partido têm de ser um documento político equilibrado e simples, conciso e preciso. Algumas propostas não foram aceites por tratarem de questões ainda não suficientemente amadurecidas na prática. Outro conjunto de propostas não foi aceite, não só por estas razões, mas também por questões de princípio. Damos só como exemplo o novo artigo sobre os funcionários do Partido. Houve bastantes sugestões para nele incluir normas laborais. Ora os funcionários devem nos Estatutos ser abordados exclusivamente de um ponto de vista político. Porém, algumas propostas, felizmente poucas, tratavam os funcionários do Partido como se eles fossem meros «empregados» dos dirigentes, organismos e organizações. Recusamos tal concepção, profundamente alheia ao nosso Partido, onde os funcionários são, nos vários escalões, quadros revolucionários.

Camaradas

Não podemos deixar de referir um outro conjunto de propostas, globalmente diminuto, mas politicamente significativo. Trata-se de teses recusadas por implicarem uma concepção de Partido e da sua vida interna que subverteria a sua identidade e natureza de classe, quebraria a sua unidade e coesão, socavaria as raízes da sua força, nomeadamente a profunda democracia interna aliada a uma única orientação geral e uma única direcção central. Aceitar tais teses daria lugar à luta de fracções e tendências, «líderes» e plataformas políticas em conflito e competição, ao desagregar da vida colectiva, tendo como consequência inevitável o rompimento ou esbatimento da sua ligação combativa à classe operária e às amplas massas populares. De partido de massas activo, que por isso mesmo exige numerosos quadros dirigentes capazes de se colocarem à cabeça da luta de massas, o Partido tornar-se-ia uma organização fluida e sobretudo eleitoralista, simultaneamente elitista e basista, incapaz de assumir, neste mundo contraditório e em mutação, a direcção do combate pela democracia avançada no limiar do século XXI e pelo socialismo.

Muitos camaradas que defendem algumas daquelas teses fizeram-no convictos da sua justeza. Têm pleno direito de o fazer dentro do Partido. Mas parece-nos que devem meditar sobre se as tais teses resultam de necessidades reais e da experiência do nosso Partido, o que a maioria dos seus camaradas desmente, ou se não são a cópia esquemática de soluções alheias. E reflectir por que razão a imprensa e os políticos burgueses defendem tais teses e lhes dão apoio sem uma enorme campanha de condicionamento da livre reflexão e decisão dos comunistas portugueses. Há nisto, camaradas, matéria bastante para reflectir e mudar, consciente e responsabilmente, anteriores opiniões.

Camaradas delegados

O projecto de alterações aos Estatutos está nas vossas mãos. Estamos plenamente confiantes em que, também nesta matéria, estaremos à altura das responsabilidades que nos cabem como militantes do nosso glorioso PCP — partido indispensável aos trabalhadores portugueses, ao povo e ao País, porque é ele o partido da verdade, da esperança e do futuro. ■



XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Delegações saúdam o Congresso

Loula Logara

Membro da Comissão Política
do CC do PCG

Caros Camaradas,
Em nome do Comité Central do Partido Comunista Grego sinto-me especialmente honrado por transmitir ao vosso XII Congresso, a todos os militantes e apoiantes do Partido Comunista Português, à classe operária e povo de Portugal, as nossas mais calorosas e fraternas saudações.

Caros Camaradas,
Estamos a seguir com vivo interesse a luta do vosso Partido contra a ofensiva da reacção, pela defesa das conquistas de Abril, por um Portugal democrático e independente aberto ao progresso ao serviço do seu povo, objectivos que uma vez alcançados constituirão um factor de paz e amizade na região e em todo o mundo.

Admiramos particularmente o papel que o vosso Partido tem vindo a desempenhar na luta pela causa comum aos povos do mundo — salvaguarda da Paz — e a vossa constante solidariedade para com os povos que estão a lutar contra o imperialismo, a reacção e o neocolonialismo.

Caros Camaradas,
As novas perspectivas do mundo actual em relação ao desanuviamento de tensões e uma abertura conducente ao desarmamento são as resultantes de persistente política de paz da União Soviética, dos outros países socialistas e da incessante luta dos movimentos pacifistas mundiais.

O Partido Comunista Grego considera, hoje, que a mais ampla reunião conjunta e organização de todas as forças — interessadas na salvaguarda da Paz, na construção de um sistema colectivo de segurança, na transformação da Europa num continente de compreensão e cooperação recíprocas, uma espécie de «Lar Comunitário» de todos os seus povos — é hoje mais necessária e realista do que nunca. Nesse contexto, estamos a empreender uma luta para transformar os Balcãs numa zona livre de armas nucleares e o Mediterrâneo num mar de paz e cooperação.

A luta do nosso povo pela retirada das bases e armas nucleares estrangeiras do território do nosso país constitui o seu contributo concreto ao combate pela paz, desanuviamento e desarmamento na nossa região e no mundo.

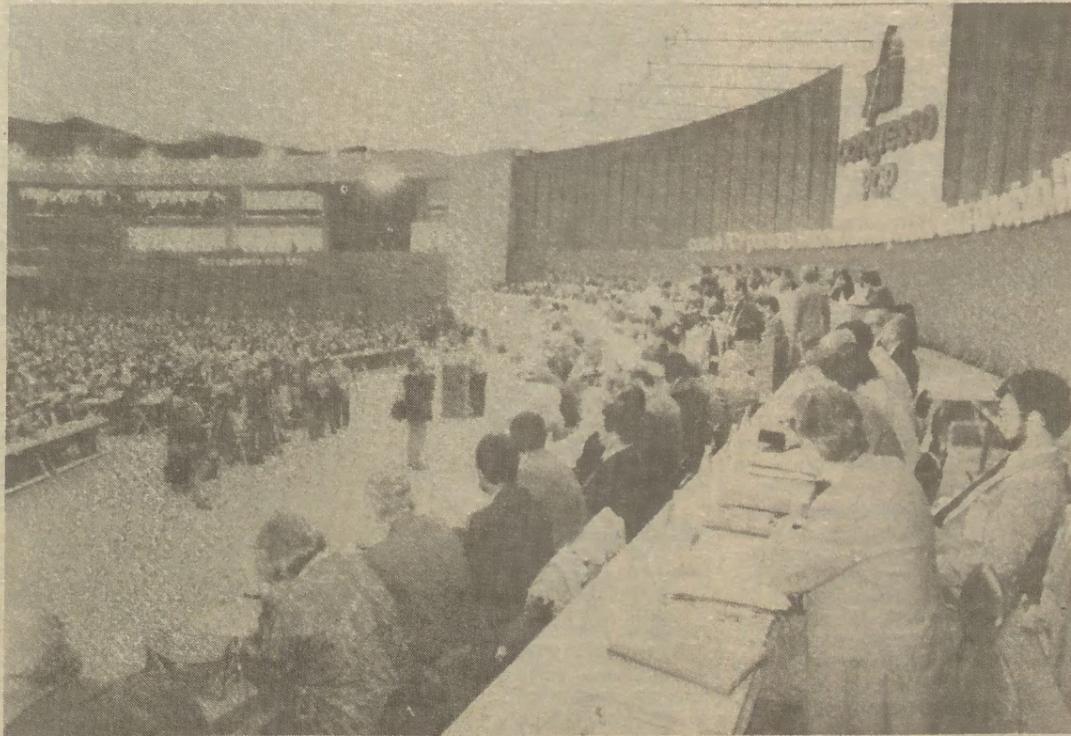
Ao mesmo tempo estamos solidários com os povos da África do Sul, Palestina, Nicarágua e Chile e com os povos de todo o mundo em luta contra o imperialismo, pela independência, democracia, progresso social e por uma nova ordem económica internacional.

Caros Camaradas,
O nosso país enfrenta actualmente uma crise política que evoluiu perigosamente para um grande impasse. Foram contraídos novos encargos nas costas da classe operária enquanto os seus direitos básicos correm perigo e o maior problema do desenvolvimento económico, depende e subordinado, está a agudizar-se cada vez mais.

Para ultrapassar esta situação o nosso partido considera necessária a realização imediata de eleições gerais por um sistema proporcional.

O Partido Comunista Grego considera que para à Grécia ser capaz de prosseguir a marcha do desenvolvimento no interesse do seu povo, explorando as grandes possibilidades que o avanço científico e tecnológico criam, terá e poderá seguir por uma via diferente, uma via de mudança em direcção ao socialismo com um governo de esquerda e das forças progressistas. O Partido Comunista Grego trabalha intensamente, com todas as suas forças, para atingir aquele objectivo.

O desenvolvimento da área da



Europa Ocidental torna imperiosa a necessidade de reforçar a cooperação e organização comum entre os partidos comunistas e as forças progressistas e de esquerda de modo a repelir a ofensiva das forças neconservadoras, frustrar os planos de supervalorização da União da Europa Ocidental e da militarização da CEE assim como combater as consequências do «Mercado Único Europeu».

O nosso partido apoia todas as iniciativas e propostas cujo objectivo seja facilitar a compreensão e coordenação entre os partidos comunistas e a cooperação de todas as forças progressistas de esquerda.

Caros Camaradas,
Firmes e fortes laços de amizade e cooperação, baseada nos princípios do marxismo-leninismo e internacionalismo proletário, ligam os Partidos Comunistas de Portugal e da Grécia. Desejamos que esses laços se estreitem cada vez mais em benefício dos nossos dois partidos e causa comum.

Permitam-nos desejar-vos os melhores sucessos nos trabalhos do vosso Congresso e actividade futura.

Viva o XII Congresso do Partido Comunista Português!

Viva os laços de amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Grécia! ■

Mevald Joseph

Secretário do CC do PCCH

Prezados Camaradas Delegados,
Alegro-me sinceramente como representante dos comunistas checoslovacos por usar da palavra no vosso Congresso.

Permitam-me agradecer à direcção do Partido Comunista Português pelo convite à participação neste importante Congresso e transmitir a todos os delegados e militantes do vosso Partido os cumprimentos de camaradagem da parte do camarada Milos Jakes, secretário-geral do CC do PCCH.

A nossa delegação ouviu atentamente o relatório apresentado pelo camarada Cunhal, secretário-geral do CC do PCP. Tivemos, igualmente, a possibilidade de conhecer o conteúdo dos documentos apresentados à discussão que decorreu antes do Congresso. Apreciamos profundamente a decisão revolucionária do vosso Partido e dos trabalhadores portugueses, que unem esforços contra a liquidação das conquistas revolucionárias de Abril. Apreciamos

sobretudo a vossa arte de desenvolver, de maneira criativa, a teoria do marxismo-leninismo nas condições da luta da classe operária portuguesa e dos seus aliados.

Camaradas,
O Partido Comunista da Checoslováquia de acordo com as conclusões do XVII Congresso e das sucessivas reuniões do Comité Central, mobiliza na época presente toda a força e criatividade dos trabalhadores checoslovacos para o aceleramento do desenvolvimento socioeconómico da Checoslováquia. O sentido da nossa política é o da satisfação sempre maior das necessidades universais do homem.

Por isso dedicamos tanta atenção à reestruturação dos mecanismos económicos, ao aprofundamento da democratização da vida de toda a sociedade e à maior integração da nossa economia na cooperação internacional, sobretudo com a URSS e outros países do CAME. Não queremos fechar-nos perante o mundo, aspiramos a uma cooperação mais justa, que se realize no âmbito do desenvolvimento da verdadeira civilização humana. Sabemos que nos espera um período difícil, mas, afinal de contas, a vida dos comunistas nunca foi fácil, nem será. Estamos decididos a dignamente cumprir a missão de vanguarda de um Partido revolucionário. Neste mês realizaremos uma sessão do Comité Central, que decidirá sobre a convocação do XVIII Congresso do Partido. Contamos com a possibilidade de realizá-lo em Maio de 1990. Será o Congresso de reestruturação da sociedade, prosseguindo o objectivo principal, a consolidação da posição do socialismo, quer no nosso país quer no mundo. Os nossos planos são grandes, mas reais. Para o seu cumprimento, necessitamos ter as condições fundamentais da vida — isso é a preservação da paz, eliminação da ameaça da catástrofe nuclear. Neste sentido apresentamos também as nossas iniciativas para o desanuviamento da tensão internacional, sobretudo na linha do contacto do Tratado de Varsóvia e NATO (OTAN) e participamos activamente na política externa, amante da paz, da União Soviética e dos países da comunidade socialista. Queremos ser o elo de confiança do movimento comunista e operário internacional.

Camaradas,
Entre os nossos partidos existem as relações, universalmente desenvolvidas, de respeito mútuo e de amizade, baseadas nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Em nome da direcção do nosso Partido gostaria de assegurar-lhes, que o Partido

Comunista da Checoslováquia continua a estar empenhado em alargar e aprofundar essas relações reciprocamente vantajosas.

Para terminar, permitam-me exprimir os votos de pleno sucesso para os trabalhos do XII Congresso do Partido Comunista Português, bem como muita força e entusiasmo revolucionário na vossa luta difícil!

Viva o marxismo-leninismo!
Viva o Partido Comunista Português! ■

Gyorgy Fejtő

Secretário do Comité
Central do POSH

Queridos Camaradas!
É com muito respeito e estima que saúdo, em nome do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro, o 12.º Congresso do Partido Comunista Português e vos apresento as saudações amistosas e os votos de êxitos dos comunistas húngaros.

O vosso Congresso está a ter lugar num momento em que assistimos, no quadro dos processos complexos da vida internacional, a um desenvolvimento de tendências favoráveis. O novo pensamento político, o reconhecimento da interdependência dos Estados e dos povos está a ganhar um terreno cada vez maior. Os interesses humanos universais — a paz e a segurança acima de tudo — estão a relegar para segundo plano o antagonismo ideológico e estão a incentivar o diálogo e a cooperação entre Estados membros de alianças político-militares e sistemas económicos diferentes.

É com simpatia crescente que partilhámos a ideia do «Lar Comum Europeu», a qual rejeita a divisão do nosso continente e luta na base do património de cultura e de civilização europeia comum, por uma cooperação de novo tipo, incluindo o desenvolvimento dinâmico de cooperação política e económica e das relações científico-técnicas.

Em nosso entender, os processos de reforma acelerada na União Soviética e noutros países socialistas, incluindo a nossa pátria constituem um factor determinante das mudanças favoráveis para as quais contribuem também o realismo e a boa vontade com vista ao compromisso e à cooperação crescente por parte dos responsáveis políticos dos países capitalistas desenvolvidos. Além disso as forças democráticas e progressistas do mundo e os movimentos nacionais de massas pela paz e

pelo desarmamento desempenham um papel insubstituível no desenvolvimento deste processo. Para isto contribuí activamente também o movimento comunista e operário da Europa Ocidental e o nosso partido-irmão, o Partido Comunista Português, herdeiro de grandiosas e combativas tradições.

Queridos Camaradas!
Os sucessos, o prestígio e a influência social do vosso Partido demonstram que contribuiu com êxito à materialização e à consolidação dos interesses da classe operária portuguesa e de todo o povo português e à elaboração construtiva de soluções para os problemas que o vosso país enfrenta. Estamos convencidos que os comunistas portugueses encontrarão respostas à altura dos desafios da época.

Queridos Camaradas!
Depois da conferência nacional do nosso Partido, que se realizou em Maio último, concluímos que só poderemos combater os fenómenos de crise, que se manifestam na sociedade e sobretudo na economia húngara, através de reformas políticas, institucionais e económicas firmes e coordenadas. Um dos objectivos fundamentais das nossas reformas políticas é o de criar um Estado de direito democrático e humanista que garanta condições favoráveis ao desenvolvimento da criatividade humana e ao fortalecimento do carácter democrático e humanista do nosso sistema. É com vista a este objectivo que demos início à total reconstrução do nosso sistema de direito público, visando leis que garantam o alargamento dos direitos cívicos. No campo económico, o nosso objectivo é o desenvolvimento de uma economia de mercado socialista baseada na maioria decisiva da propriedade comunitária e social e à criação de condições que garantam o funcionamento eficaz da propriedade estatal, cooperativa e privada, incluindo o capital estrangeiro, para, deste modo, conseguirmos colocar a economia mundial.

Agradecendo o convite para assistir ao vosso Congresso, desejo, em nome dos comunistas húngaros, a todos os membros do vosso Partido, um trabalho frutuoso e muitos êxitos na realização das resoluções que estão para ser tomadas. ■

Essop Pahad

Membro do CC do PC
da África do Sul

Queridos Camaradas
Fraternas e calorosas saudações do Partido Comunista da África do Sul. É com profunda emoção que eu também vos envio saudações dos nossos dirigentes e militantes presos, das organizações clandestinas do ANC e do Partido Comunista da África do Sul e das unidades de combate.

Camaradas
O PCP ocupa um lugar especial nos nossos corações. Nós fomos grandemente inspirados pela vossa heróica resistência contra o fascismo e o colonialismo português bem como pelas vossas lutas para defender, consolidar e expandir as conquistas da Revolução de Abril. Pelas vossas acções políticas de massas e posições ideológicas de princípio, vocês têm demonstrado que o PCP é indispensável à sociedade portuguesa. Como o PCP, o PCAS honra-se de ser um partido marxista-leninista já que é profundamente patriótico e internacionalista.

Camaradas, o regime racista da África do Sul está a braços com uma massiva derrota política e militar em Cuito Cuanavale.

O mito da superioridade militar do regime racista desmoronou-se na presença da ofensiva angolana e cubana.

O regime do *apartheid* da África



Delegações saúdam o Congresso

do Sul teve de recuar de Angola e entrar em negociações sobre a independência da Namíbia. Isto é uma grande vitória para as forças internacionalistas de Angola e Cuba, da SWAPO e para a comunidade internacional. Mas o regime de Botha procurará sabotar a implementação da resolução 435 já que não teve vontade de conceder a independência à Namíbia.

Esta pressão internacional sobre o regime de *apartheid* da África do Sul deve ser intensificada para assegurar o compromisso assumido em relação aos acordos assinados e a todas as disposições da resolução 435.

Camaradas, é nosso dever como comunistas e homens, fazer o máximo possível para alcançar a paz mundial e evitar uma catástrofe nuclear. É neste esforço humano que a política da União Soviética e do PCUS e de outros países socialistas se destaca como um sinal luminoso.

Qualquer pessoa nesta sala é a favor da solução pacífica dos conflitos regionais. No entanto isto só é possível se ambas as partes envolvidas no conflito estiverem sincera e honestamente à procura de negociações de paz.

O imperialismo dos Estados Unidos e dos seus aliados quer que as vítimas do imperialismo, racismo e agressão reaccionária recuem ou mesmo capitulem.

Os imperialistas e os racistas continuam a ser responsáveis pelos rios de sangue que correm nos territórios ocupados de Israel, Líbano, Salvador, Chile, Guatemala, Kampuchea e na África Austral e no meu próprio país. Se as forças de guerra e da reacção escolheram o caminho da guerra e da destruição, então eles têm de ser firmemente combatidos.

Na África do Sul o terror racista e a repressão de massas têm-se intensificado. Milhares de sul-africanos, incluindo muitas crianças, são presos e torturados; alguns têm sido mortos. Mas o nosso povo seguindo a orientação do ANC nunca se refugiará na submissão. Enquanto que a base social do regime do *apartheid* se torna cada vez mais estreita, o alargamento no estrangeiro de uma frente anti-*apartheid* torna-se uma realidade. O movimento democrático e o movimento sindical continuam a mobilizar milhares de oprimidos e explorados. Em 1988 nós tivemos 3 greves gerais vitoriosas. Esta é a prova viva que a classe operária negra está pronta e é capaz de dirigir a luta de libertação nacional e do socialismo.

As organizações clandestinas do ANC e do PCAS estão bem organizadas e mais divulgadas. Unidades de combate de Umkhonto We Siz têm levado a cabo numerosas acções armadas nos últimos 2 meses.

Para a nossa aliança revolucionária, conduzida pelo ANC, as acções armadas escaladas são prioritárias. No próximo ano a resistência a todos os níveis, económico, político, diplomático, cultural e militar será mais profunda e mais alargada.

Camaradas, Mandela ainda está preso. Não nos deixamos enganar pelo chamado pacote de reformas de Botha. Nós pedimos à comunidade internacional para elevaram ainda mais alto as suas vozes no pedido da libertação incondicional de Nelson Mandela e de todos os outros prisioneiros políticos e detidos.

Nós apelamos aos partidos irmãos, ao movimento de solidariedade internacional e a todas as forças anti-*apartheid* para aumentarem o isolamento internacional do regime de *apartheid* da África do Sul. O pedido de imposição de sanções ao Conselho de Segurança da ONU deverá tornar-se irresistível.

Camaradas, nós nunca capitularemos, nós nunca cederemos à supremacia do racismo e do terror. O nosso povo, conduzido pelo ANC, continuará a luta até que o diabólico sistema de *apartheid* seja destruído. Para ter sucesso, nós precisamos

do apoio e da solidariedade da comunidade internacional.

Queridos camaradas, mais tarde ou mais cedo, nós enviaremos para o lixo da História este crime contra a Humanidade.

Morte ao Racismo e ao Fascismo!
Viva o Internacionalismo Proletário!

Geza Hegnebe

Membro Suplente do CC do P.T. da Etiópia

Caro camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português

Membros da presidência do Congresso

Camaradas
Em nome do Comité Central dos Trabalhadores da Etiópia, de todo o povo trabalhador da Etiópia e em nome da delegação etíope, tenho a honra de exprimir os nossos sinceros agradecimentos por me terem dado a oportunidade de tomar parte nos trabalhos deste histórico Congresso.

Desejo também aproveitar esta oportunidade para alargar aos participantes no Congresso e a todos os comunistas portugueses as nossas calorosas e fraternais saudações.

Camaradas
O facto do XII Congresso do vosso Partido ter lugar numa altura em que novos e importantes acontecimentos se desenrolam na cena internacional — sublinha o seu significado histórico.

Como todos sabemos, os últimos 3 anos testemunharam acontecimentos tão importantes como um encorajador progresso no processo de desarmamento, o alívio da tensão internacional e da ameaça de guerra, a mudança do espírito de relações inter-Estados evoluiu de um equilíbrio de forças para um equilíbrio de interesses e uma competição pacífica.

É, por isso, nossa firme convicção que os trabalhos e as conclusões deste histórico Congresso permitirão ao vosso Partido dar o seu contributo à luta pela paz, segurança e cooperação internacionais.

Camaradas!
Como sabeis, a criação da República Democrática Popular da Etiópia é um grande marco na História do nosso povo.

Os principais objectivos da nova República são a instauração do socialismo, continuando assim a tarefa da Revolução Nacional Democrática, garantindo a igualdade de todas as nacionalidades e implementando as autonomias administrativas regionais.

Com base nestes objectivos, uma das tarefas actualmente em curso é a reestruturação da administração do país em 25 regiões administrativas e 5 regiões autónomas e a instalação progressiva de organismos governamentais e partidários nesta estrutura recém-criada.

Encontramo-nos actualmente no fim do 5.º ano da implementação do Plano Decenal de Desenvolvimento Económico e Social.

O 9.º Plenário do nosso Comité Central, que teve lugar de 7 a 12 de Novembro passado fez uma avaliação detalhada das realizações e problemas que surgiram durante os primeiros 5 anos e forneceu orientações que deverão ser aprovadas no 2.º Congresso do Partido.

Camaradas!
O caminho percorrido pela Revolução Etíope nos últimos 14 anos até atingir a situação actual não foi muito fácil. Tivemos que superar problemas complexos e atravessar dolorosos momentos à custa de pesados sacrifícios.

Um dos maiores obstáculos que tem atrasado o nosso desenvolvimento é a guerra destruidora movida pelos grupos separatistas e terroristas do Norte do país.

Enquanto o povo da Etiópia se empenha numa luta decisiva para consolidar as suas conquistas revolucionárias e para construir uma nova sociedade em que estejam garantidas a liberdade, a democracia e a prosperidade, grupos separatistas e terroristas apoiados por forças reaccionárias empenham-se por seu lado na destruição selvagem e na desestabilização com o fim de desmembrar o nosso país.

Desde os primeiros dias da Revolução foram dados vários passos pelo governo da Etiópia para acabar com essa carnificina e encontrar uma solução pacífica para o problema.

Para isso se proclamaram constantes ofertas de paz.

Na procura de uma solução duradoura, a Assembleia Nacional da Nova República decidiu conceder um direito especial de autonomia regional à Eritreia e a autonomia regional ao Tigrá.

Embora os separatistas, recusando as propostas de paz e a decisão atrás mencionada tivessem intensificado a sua guerra suicida de destruição, os nossos esforços em busca duma solução pacífica vão continuar.

A República Democrática Popular da Etiópia está profundamente empenhada na preservação da paz na sua região e em todo o Mundo.

Assim-damos a maior importância ao desenvolvimento das nossas relações com países de diferentes sistemas socioeconómicos em geral e, em particular, com os nossos vizinhos e com os países da região.

No prosseguimento desta política foram dados, no mês passado, passos concretos para normalizar as relações com a República da Somália e estão também a ser feitos esforços para melhorar as relações com a República do Sudão.

Camaradas!
Queremos reiterar a nossa firme solidariedade para com o Partido Comunista Português, na convicção de que as boas relações existentes entre os nossos dois partidos, serão fortalecidas nos próximos anos.

Concluindo: em nome do Comité Central dos Trabalhadores da Etiópia e em meu próprio nome quero exprimir os meus sinceros votos para o sucesso das deliberações deste grande e histórico Congresso.

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido dos Trabalhadores da Etiópia e o Partido Comunista Português!

Viva o internacionalismo proletário!

Muito obrigado. ■

Francisco Palero

Membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PCE

Camaradas,
Teve lugar em Lisboa, há alguns meses, um encontro entre Álvaro Cunhal e Júlio Anguita. Aí se decidiu intensificar as relações de cooperação entre os dois partidos.

Hoje, em nome do nosso Comité Central, quero reafirmar o compromisso do PCE em avançar nesse caminho.

O povo português e o povo espanhol têm muitos problemas comuns, e é nossa obrigação coordenar a acção em sua defesa.

Vivemos num espaço geográfico comum, e entramos ambos, simultaneamente, com muitos problemas semelhantes, no seio da CEE.

Não ignoramos o facto de termos sobre este ponto posições diferentes, mas queremos encarar o problema pelo lado da procura dos aspectos que possam impulsionar a acção comum.

O PCE, sem esquecer a defesa dos interesses do povo espanhol, considera existirem processos irreversíveis de internacionalização das

forças produtivas que obrigam a desenvolver a nossa acção política no quadro da CEE.

O processo está hegemonizado pela direita e pelas forças conservadoras.

Mas a esquerda, nós os comunistas, temos que avançar propostas políticas para dominar o processo.

Perante as doutrinas militaristas e perante a construção do pilar europeu da NATO, podemos propor teorias de paz, de segurança recíproca, de dissolução dos blocos militares.

Perante as práticas neocolonialistas, temos que propor uma Comunidade Europeia Solidária, que lute pelo reconhecimento do Estado Palestino, pelo apoio a cubanos e angolanos, bem como ao povo sul-africano, pela paz e liberdade na América Latina.

Em última análise, perante as teorias conservadoras devemos ideias de futuro e de progresso.

Na procura das quais devemos e podemos coordenar a acção dos comunistas e de todas as forças de esquerda da comunidade europeia.

Um exemplo apenas: o povo espanhol e a sua luta conseguiram que os americanos saíssem de Torrejón, mas se os aviões F-16 se instalarem no Sul de Itália, tal significa um perigo real para a paz na Europa. Perante o militarismo, as acções e as propostas nacionais são insuficientes. São imprescindíveis acções de âmbito comunitário e europeu.

Para terminar, permitam-me que me refira ao PCE para poder explicar um problema que é nosso, embora tenha sem dúvida interesse para todos os comunistas.

Há algum tempo o nosso partido avançou pela via da confrontação interna. Estava-se noutros tempos, e era outra a situação internacional.

Hoje trago-vos a notícia da nossa unidade. Melhor que as minhas palavras, gostaria que ouvissem os parágrafos principais de um texto dirigido a todos os partidos irmãos do mundo por Júlio Anguita, o nosso secretário-geral, e por Ignacio Gallego, presidente do Partido Comunista dos Povos de Espanha:

«Temos a enorme satisfação de vos comunicar que vamos levar por diante em Madrid, a 14 de Janeiro de 1989, o Congresso da Unidade entre o Partido Comunista de Espanha e o Partido Comunista dos Povos de Espanha, sendo este último dirigido pelo seu presidente, o camarada Ignacio Gallego, e contando com a maioria dos seus militantes, com destaque para todos os dirigentes operários das "Comisiones Obreras", bem como para os que exercem cargos públicos e que são dirigentes de organizações sociais.»

Este Congresso de Unidade é o culminar de um processo longo e paciente, que já vem desde Abril de 1986.

Nos últimos anos, nós comunistas espanhóis, atravessámos uma etapa difícil. A nossa divisão ensinou-nos a todos imenso. A partir dessa dura aprendizagem, e uma vez alcançados os acordos necessários nos planos teórico, político e organizativo, chegámos à conclusão de que está na hora, sem que se possa esperar mais tempo, de unir os comunistas no seio do Partido Comunista de Espanha, o partido de José Díaz e de Dolores Ibarruri.

Com um tal objectivo aprovámos um documento de unidade, que estará na base da realização deste Congresso extraordinário.

São estes os factos. E em consequência deles, a 15 de Janeiro próximo algo de importante terá mudado para o nosso partido e para todos os partidos irmãos.

Camaradas do PCP,
Podeis contar com a nossa solidariedade para com a vossa luta e no vosso trabalho. Reafirmamo-vos de novo a nossa disponibilidade para a reflexão e a acção comuns.

Os comunistas portugueses e espanhóis, embora tão perto uns dos outros, estiveram por vezes demasiado afastados.

Mas isso pertence à História passada, hoje podemos unir as mãos e, com os olhos postos no futuro fazer juntos o caminho que é comum na via da paz, da liberdade, da democracia e do socialismo. ■

Nicolae Constantín

Membro do Comité Político do CC do PC da Roménia

Estimados Camaradas,
Em nome do Partido Comunista Romeno, do seu secretário-geral o camarada Nicolae Ceausescu dirigimo-nos aos delegados ao 12.º Congresso do Partido Comunista Português, a todos os membros do Partido de uma calorosa saudação, junto com os melhores votos de êxitos nos trabalhos do Congresso.

O nosso país segue com simpatia e solidariedade a actividade desempenhada pelos comunistas portugueses para satisfazer os interesses fundamentais da classe operária, de todos os trabalhadores, para cumprir as suas aspirações de justiça, liberdade e democracia, de progresso social e paz.

O Congresso do vosso Partido oferece-nos a agradável ocasião de evocar com satisfação as boas relações de amizade, solidariedade e colaboração estabelecidas entre o Partido Comunista Romeno e o Partido Comunista Português. Temos a firme convicção de que estas relações de amizade e a colaboração entre os nossos partidos se desenvolverão também no futuro, no interesse dos povos romeno e português, da unidade das forças revolucionárias e democráticas de todo o mundo na luta pelo desarmamento e a paz, pelo triunfo dos ideais de justiça social e nacional, de independência e progresso de todas as nações.

Prezados camaradas,
Hoje em dia todo o nosso povo estreitamente unido em redor do Partido Comunista Romeno, do seu secretário-geral o camarada Nicolae Ceausescu, desempenha uma ampla actividade para a realização dos objectivos estabelecidos pelo 13.º Congresso e pela Conferência Nacional do Partido, respeitante ao desenvolvimento intensivo da economia nacional, à realização duma nova qualidade do trabalho e de vida, à passagem da Roménia a um novo estádio superior, de desenvolvimento de país socialista semidesenvolvido.

Nos anos da construção socialista — especialmente após o 9.º Congresso do Partido, que abriu a época de profundas renovações e transformações revolucionárias — a Roménia levou a cabo realizações notáveis no caminho da edificação do novo regime social.

Uma atenção especial foi concedida ao desenvolvimento e modernização das forças produtivas, ao aperfeiçoamento da organização de toda a actividade económica e social. Ao mesmo tempo, temos criado e desenvolvido um abrangente sistema de organismos da democracia operária revolucionária, que assegura a participação directa como princípio da construção do socialismo, com o povo e para o povo.

Colocando no centro de toda a actividade a realização dos objectivos do desenvolvimento económico e social, o Partido Comunista Romeno, a Roménia socialista participa ao mesmo tempo, activamente, nos esforços pela afirmação da política de paz, desarmamento e colaboração entre as nações, age pelo amplo desenvolvimento das relações com todos os Estados, sem diferença de regime social.

Tendo em vista, que embora se



XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Delegações saúdam o Congresso

tenham dado alguns passos em direcção à distensão e desarmamento, a situação internacional continua ainda a ser especialmente complexa e contraditória, consideramos que se impõe um novo pensamento e abordagem dos assuntos internacionais, que se parta da necessidade de se fazer tudo para eliminar o perigo de uma nova guerra mundial, para passar decisivamente ao desarmamento nuclear, à eliminação das armas químicas e das outras armas de destruição massiva, à interrupção da militarização dos cosmos, à redução substancial das armas convencionais, dos efectivos e despesas militares.

A Roménia age pelo êxito das conclusões da reunião de Viena.

Pronunciamo-nos firmemente pela regulamentação dos conflitos, de todos os problemas litigiosos somente pela via pacífica, através de negociações, pela solução global dos problemas do subdesenvolvimento e pela instauração de uma nova ordem económica mundial.

O Partido Comunista Romeno milita consequentemente pelo fortalecimento da colaboração e solidariedade com todos os partidos comunistas e operários, pelas relações com os partidos socialistas e sociais-democratas, com outros partidos e organizações democráticas, progressistas, anti-imperialistas na luta pela paz e progresso social, pela edificação de um mundo sem armas e guerras, dum mundo melhor e mais justo no nosso planeta.

Em conclusão, agradecemos o convite para participar no Congresso do vosso Partido, e desejamos pleno êxito para a realização das decisões que adoptarem para toda a actividade na concretização das aspirações de justiça, progresso e paz dos trabalhadores e do povo português amigo.

Viva a amizade e colaboração entre o Partido Comunista Romeno e o Partido Comunista Português, entre os povos romeno e português!

Que triunfe a paz no mundo inteiro. ■

Abílio Araújo

da Direcção Superior da FRETILIN

Camaradas delegados ao XII Congresso do Partido Comunista Português

Distintos convidados
Camaradas!

É com imensa alegria que vos saudamos, em nome do mil vezes heróico povo de Timor-Leste, o povo Maubere, e em nome da corajosa direcção política da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente - FRETILIN.

Trazemos através da nossa mensagem, a profunda amizade fraterna de todos os combatentes revolucionários e nacionalistas da FRETILIN de todos os escalões, para com todos os membros e militantes do Partido Comunista Português que, desde longa data vêm assumindo uma posição de apoio indefectível ao direito do povo Maubere à autodeterminação e independência.

Queremos, pois, com a nossa presença testemunhar a nossa solidariedade para com o Partido Comunista Português fazendo votos para que deste Congresso resultem orientações e guias de acção justas no sentido do reforço do Partido Comunista a nível organizativo e ideológico para que do mesmo modo, se reforce o seu papel de intervenção na etapa actual da vida portuguesa.

Camaradas

O povo de Timor-Leste assinala no próximo dia 7 de Dezembro o 13.º aniversário da invasão de Díli, capital de Timor-Leste, pelas forças armadas da República da Indonésia. Fracassado pela via do aliciamen-

to das populações com a utilização do partido integracionista e fantoche pró-indonésio APODETI, explorando as debilidades estruturais do tecido social Maubere, e fomentando o ódio e a guerra civil, em Agosto de 1975, o regime militar e fascista da Indonésia viu na invasão de Timor-Leste um meio mais eficaz de impedir a todo o custo o acesso do povo Maubere à liberdade e independência.

Há 13 anos, na sequência da madrugada libertadora de Abril, o povo de Timor-Leste experimentava os primeiros passos no exercício do seu direito à autodeterminação. Ao contrário dos povos irmãos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que hoje soberanamente assumem os destinos dos seus países independentes, o povo de Timor-Leste continua hoje o seu combate anticolonial e anti-imperialista, em todas as frentes e regozija-se pelo apoio crescente que tem vindo a receber dos governos, povos, partidos e organizações verdadeiramente amantes da paz e da liberdade, como resultado da sua tenaz persistência e exemplar resistência tanto no plano político-militar como no plano diplomático e internacional.

No plano da luta armada fizemos gorar toda a estratégia militar indonésia de destruir a direcção política da FRETILIN com vista à extinção da resistência político-militar do povo Maubere, assim como fizemos fracassar todas as medidas até hoje desenvolvidas pelo agressor indonésio, incluindo o esforço de timorização da guerra. Ao contrário vemos os combatentes nacionalistas de Timor-Leste reforçarem a sua consciência patriótica e corresponderem ao chamamento nacional, à unidade no combate e convergência nacionalista corporiza, hoje em dia, desferindo mais um duro golpe no esforço indonésio de dividir o povo Maubere.

Na arena internacional, as vitórias alcançadas nos últimos anos das quais se destacam a Declaração da CEE, de 2 de Maio em Dusseldorf, a resolução do Parlamento Europeu, de 16 de Setembro passado, a Declaração da CEE feita à Assembleia Geral da ONU, em Outubro passado constituem passos importantes na denúncia da ocupação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia, e são esforços positivos que visam a reposição da legalidade internacional em Timor-Leste.

Camaradas!

Há quem pretenda hoje levar-nos a aceitar determinadas soluções chamadas «realistas» para a questão de Timor-Leste. Contudo dizemos:

O facto de 200 mil timorenses terem morrido em defesa da sua pátria; o facto de a nossa resistência armada, sem apoios do exterior estar a entrar já no seu 13.º ano; estes dois factos, dada a sua extensão e gravidade, não podem reduzir-se à obtenção de um «estatuto de autonomia» e de «uma simples preservação de laços culturais», jamais trairemos o sangue derramado em holocausto à Pátria e estamos dispostos a prosseguir a nossa luta até à libertação da pátria Maubere.

Camaradas!

Saudamos, por isso, todas as forças e organizações que, em Portugal e no Mundo, têm contribuído para denunciar o genocídio físico e cultural do povo Maubere.

Saudamos em particular, neste momento, o Partido Comunista Português e toda a sua direcção política, na pessoa do camarada Álvaro Cunhal, que incansavelmente, não tem cessado de apoiar a justeza do combate do povo Maubere.

Camaradas!

Trazemos dos nossos combatentes de Timor-Leste a amizade secular que une os nossos povos, a solidariedade e o respeito mútuo que têm marcado as relações de amizade e cooperação entre o Partido Comunista Português e a FRETILIN.

Desejamo-vos muitos sucessos.
Viva o XII Congresso do PCP!
Viva a solidariedade entre o povo Maubere e o povo português!
A luta continua. ■

Renzo Trivelli

Vice-Presidente da Comissão Central de Controlo do PCI

Transmito ao vosso Congresso as saudações e votos de bom trabalho do Partido Comunista Italiano.

Seguimos e continuaremos a seguir com atenção a vossa análise da realidade e as vossas respostas para os problemas que a época moderna coloca às forças políticas. E esta atenção é hoje mais do que nunca premente, uma vez que decorre a preparação do nosso XVIII Congresso Nacional.

Os nossos Congressos têm lugar numa nova fase das relações internacionais, numa altura em que se nos deparam grandes problemas e possibilidades: gerir a revolução científico-técnica, preservar o meio ambiente, conquistar a plena afirmação da entidade das mulheres. Podemos hoje lutar por uma nova qualidade de vida. Para isso, é necessário compreender o avanço daquilo que é novo.

Após o acordo entre os Estados Unidos e a União Soviética para a eliminação dos euromísseis, abriu-se uma possibilidade real de se concretizarem ulteriores fases de desarmamento nuclear e convencional.

Mas este acordo tem também um valor mais geral. A política de Gorbachov e do grupo dirigente da URSS baseia-se na consciência da interdependência e interligação dos problemas e das relações entre os Estados. Essa política identifica na cooperação e na colaboração o novo conteúdo do desanuviamento, da coexistência, da paz, no limiar do segundo milénio. Como resultado da dinâmica dessa política abrem-se reais possibilidades de resolução das crises regionais. Com a retirada das tropas soviéticas, o problema afegão está em vias de resolução; o acordo entre a África do Sul, Angola, Cuba e os Estados Unidos poderá solucionar os graves problemas dessa zona, com o reconhecimento da independência da Namíbia. É possível, apoiando a iniciativa do grupo de Contadora, preservar a independência da Nicarágua e garantir paz, democracia e estabilidade na América Central. Tudo isto é decisivo para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos e a URSS, o Pacto Atlântico e o Pacto de Varsóvia, a Comunidade Europeia e o COMECON podem ultrapassar a era da confrontação por zonas de influência e cooperar no desenvolvimento do Terceiro Mundo.

O Parlamento Europeu propôs uma iniciativa conjunta da Comunidade e do COMECON neste sentido. O surgimento do Estado Palestino - que desejo saudar nesta tribuna - é um facto de grande importância para a paz no Médio Oriente. E o isolamento do governo americano que negou a Arafat o visto de entrada nos Estados Unidos indica quão grandes são as possibilidades de derrotar as tendências que visam levar-nos de volta à guerra fria. A Comunidade Europeia, que reconheceu a importância do surgimento do Estado Palestino, teve e pode ter um papel positivo. O acordo entre a Comunidade Europeia e o COMECON, a resolução do Parlamento Europeu a favor de novas e positivas relações com a URSS indicam que a comunidade tem uma função positiva na determinação de uma nova atmosfera internacional de colaboração.

Nós lutaremos para que a Comunidade Europeia reconheça o Esta-

do Palestino e se empenhe ainda mais pela convocação da Conferência Internacional de Paz sobre o Médio Oriente.

Queridos Camaradas,

A revolução científico-técnica, os grandes processos de reestruturação económica, as fortes tendências para a internacionalização dos sistemas industriais e financeiros colocam novas tarefas ao movimento operário e a todas as forças de esquerda. A resposta, para nós, consiste em não nos fecharmos num âmbito nacional. A resposta - e esta é a opinião do PCI - está na criação de um poder político democrático supranacional, de um governo democrático da comunidade, controlado pelo Parlamento Europeu, que conduza o processo de construção do novo Mercado Único, como meio para um desenvolvimento que resolva o problema do desemprego, do crescimento das zonas atrasadas da Europa preservando o meio ambiente - problema este que ultrapassa as fronteiras - e concretizando uma nova qualidade de vida.

É necessária uma grande aliança social entre o mundo do trabalho, as pequenas e médias forças produtivas, urbanas e rurais e as camadas intermédias. É necessário uma aliança, um entendimento, uma colaboração entre as forças da esquerda europeia: comunistas, socialistas, trabalhistas, social-democratas. Deverá recompor-se a unidade do movimento operário europeu, pois assim poder-se-á derrotar as forças de direita e conservadores que, como a senhora Thatcher, precisamente através da criação de obstáculos à unidade democrática da Europa, procurando impedir o entendimento e a colaboração da classe operária dos vários países europeus.

Assim se concretiza nos dias de hoje a vocação internacionalista da classe operária.

Um Partido tão rico de experiências, de tradições, tão radicado na classe operária e nos trabalhadores agrícolas, como é o PCP, poderá dar uma contribuição importante para a resolução dos problemas do nosso tempo.

Mais uma vez, grandes votos de êxito para o vosso Congresso. ■

Abdelajil Ghaylan

Secretário-geral adjunto do CC do PS Iemenita

Caros Camaradas:

Permitam-nos que, em nome do Comité Central do Partido Socialista Iemenita, vos dirija as mais calorosas saudações fraternas do nosso Partido e do nosso povo por ocasião do XII Congresso do vosso Partido.

Nós, no Partido Socialista Iemenita, temos seguido com grande interesse o desenrolar das actividades do vosso Partido. Apreciamos imenso o vosso empenho na luta durante os últimos 67 anos, ou seja desde a fundação do vosso Partido. O facto mais proeminente dessa luta foi o papel desempenhado pelo vosso Partido na vitória e conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974, um marco importante no curso da vossa luta e da classe operária e trabalhadores de Portugal pela prosperidade e progresso social.

O vosso Partido tem desempenhado um papel importante no incremento das actividades e influência das forças de paz portuguesas, o que vos converte em autênticos inimigos da guerra e em sinceros campeões da luta dos povos pela liberdade e independência. Isto grangeou ao vosso Partido, o respeito e apreço de todas as forças de libertação, progresso, democracia e socialismo no Mundo.

O vosso importante Congresso decorre num tempo de grande impacto da actualidade europeia e internacional. Creemos que, o vosso

Partido que sempre tem lutado pelo fortalecimento da segurança e cooperação europeia, prosseguirá a sua luta ideológica pelo desarmamento da Europa e do Mundo, pela segurança, estabilidade e paz das zonas do Mediterrâneo e Médio Oriente e, de um modo geral, do Mundo inteiro.

A esfera de acção das forças de paz mundiais tem-se ampliado notavelmente nos últimos tempos, porque a lógica de uma nova maneira de equacionar a resolução das disputas internacionais começou a ganhar uma discussão autêntica e realista. Nesta perspectiva, o problema do Médio Oriente, um dos focos de maior tensão internacional, é de veras preocupante. Israel cuja presença na região está baseada numa política opressiva, terrorista, genocida e expansionista, comete diariamente vários crimes contra o povo da Palestina, colocando continuamente as suas práticas acima de todas as convenções, leis e regulamentos internacionais. A sua selvática e bárbara repressão sobre a «Insurreição Palestina», que deflagrou há quase um ano, aumenta. Por isso, pensamos que uma conferência internacional ao mais alto nível será a moldura mais adequada e realista para uma resolução justa e compreensiva da crise no Médio Oriente. Tal conferência deverá assegurar os direitos nacionais inalienáveis dos palestinos à autodeterminação e à fundação do seu Estado nacional e independente.

Por outro lado, segundo a nossa opinião o problema do Líbano é de especial importância. Consideramos que para preservar a unidade, independência e soberania do Líbano é necessária a retirada de Israel do seu território.

Igualmente, a aceitação de um cessar-fogo pelo Iraque e Irão constitui um desenvolvimento positivo no sentido da regularização dos diferendos entre aqueles países. Pedir a retirada dos exércitos estrangeiros na região é outro empenhamento para a estabilização e paz da região, especialmente porque a sua presença é um dos factores de contínua escalada da guerra.

O nosso partido e o povo Iemenita celebraram recentemente o 25.º aniversário da Revolução, o 10.º aniversário da fundação do Partido Socialista Iemenita e o 21.º aniversário da independência nacional. Durante esse período a Revolução saiu vitoriosa das várias conspirações e confrontos que teve que enfrentar. Contra todos os ventos foi bem sucedida na realização de um número importante de objectivos e de melhores condições de vida para todos os trabalhadores Iemenitas.

A política interna e externa adoptada pelo nosso Partido está baseada em princípios bem conhecidos, fundamentais para a segurança e estabilidade da região.

Há um sincero desejo de criar horizontes de cooperação com países de diferentes sistemas sociais e com todas as forças de paz, liberdade e socialismo do Mundo, com base em interesses comuns, benefícios mútuos, respeito pela soberania e não ingerência nos assuntos internos.

Felicitemo-vos, uma vez mais, desejando-vos sucesso e reafirmando o nosso sincero propósito em desenvolver e consolidar estreitas relações entre os nossos dois Partidos de modo a servir a causa comum. ■

Miguel Saenz

Membro do CC do PC de El Salvador

Ao XII Congresso do Partido Comunista Português

Queridos Camaradas:
Recebam uma calorosa e revolucionária saudação do povo salvado-

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

Delegações saúdam o Congresso

renho, dos combatentes e quadros do FMLN e dos nossos aliados do FDR.

Desejamos que o vosso XII Congresso consiga todos os seus objectivos e tome as melhores e necessárias decisões para alcançar uma nova etapa na luta pelos interesses dos trabalhadores portugueses e dos amplos sectores da sociedade que amam a democracia, independência nacional, o internacionalismo, a paz e o socialismo.

Queremos aproveitar esta oportunidade para vos felicitar por todos os preparativos para este Congresso e também pela sua realização, visto que pensamos que constitui um transcendente acontecimento na vida política da sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo desejamos informar-vos que o povo salvadoreño e as suas organizações de vanguarda, o FMLN e o FDR, se encontram neste momento numa nova etapa da sua luta. É do conhecimento de todos o enorme esforço que a administração dos Estados Unidos tem feito durante todos estes anos para derrotar o movimento revolucionário e democrático de El Salvador. Mais de três mil milhões de dólares num período de 8 anos, de ajuda militar e económica para o regime democrata-cristão de Napoleão Duarte a fim de aniquilar o projecto popular.

Mas, o nosso movimento não pode ser derrotado, agora o nosso povo realiza novas acções políticas e militares em todo o país, levanta novas bandeiras de luta e novos sectores sociais se incorporam na acção para conquistar a paz, a justiça social e a soberania nacional para El Salvador.

A política da administração de Ronald Reagan, iniciada com a sua chegada ao poder em Janeiro de 1981, fracassou em El Salvador e em toda a região centro-americana.

Novas etapas se avistam e pensamos que para El Salvador, a forma de encontrar a paz é através de uma solução política negociada, com a participação de todos os sectores interessados numa solução entre salvadoreños. Efectuar eleições antes de chegar a um acordo global não resolverá a crise política actual. Contudo, respeitamos a decisão dos nossos aliados dos partidos do FDR de participar na próxima luta eleitoral em Março de 1989. Continuaremos o nosso combate. O nosso país aproxima-se de grande tumulto social e julgamos que será colocada na ordem do dia a solidariedade activa com a luta do povo heróico de El Salvador.

Camaradas
O vosso XII Congresso realiza-se num momento de grande importância política e transcendência nacional. Estamos certos que as vossas resoluções estarão à altura das exigências da época para cumprir as tarefas da luta pela paz, independência nacional e pelo socialismo.

Revolução ou morte!
Venceremos! ■

Milan Kucan

Membro da Presidência da Liga Comunista da Jugoslávia

Camaradas
É com uma especial satisfação que vos dirigimos, em nome do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, dos comunistas e dos povos trabalhadores da Jugoslávia, as nossas sinceras saudações e os melhores votos para que o XII Congresso do Partido Comunista Português consiga os mais frutuozos resultados.

A cooperação fraterna e tradicional amizade caracterizam os laços que existem entre a LCJ e o PCP.

Camaradas
O mundo contemporâneo contém em si grandes dificuldades e contradições. Numerosos países, fazem

face a profundas perturbações económicas e sociais que não advêm dos seus próprios erros, mas derivam das complexas condições internacionais. Partilhamos a inquietação das forças progressistas e pacíficas, enfrentando os perigos causados pela corrida aos armamentos, a divisão em blocos, por numerosos focos de conflitos e de crises, pelas diferenças insuportáveis ao nível do desenvolvimento e da crise do sistema das relações internacionais no plano comercial e financeiro, com o qual sofrem sobretudo os países em desenvolvimento. Tais condições que existem no mundo, obrigam todos os partidos e movimentos progressistas e todas as outras forças de emancipação nacional, a realizar activamente, e em pé de igualdade, uma franca e livre troca de pontos de vista sobre todos os problemas essenciais do mundo contemporâneo, contribuindo para a procura das respostas a todos os desafios com os quais o mundo de hoje é confrontado. É por isso que pensamos que o estabelecimento e o desenvolvimento de relações democráticas entre todos os movimentos progressistas e democráticos representam uma condição prévia do desenvolvimento fecundo do socialismo enquanto processo mundial.

Os princípios da independência nacional, da autonomia, da plena igualdade, de não ingerência, de respeito mútuo e as trocas livres de pontos de vista e experiências, sem impor modelos, atitudes e interesses estranhos, representam as bases únicas e necessárias para o desenvolvimento e aprofundamento dessas relações, partindo para o sucesso da luta por uma realização criadora e consequente da ideia de paz, de progresso e de socialismo. As mais recentes experiências dão-nos a esperança de estarmos a iniciar uma nova era de afirmação destes princípios de relações, sobre os quais a Liga dos Comunistas da Jugoslávia edificou e sempre desenvolveu a sua rica e importante actividade Internacional. Sublinhamos com particular satisfação que os laços desenvolvidos com êxito e desde há muitos anos entre a LCJ e o PCP foram baseados nestes mesmos princípios.

Camaradas
Os trabalhadores e a classe operária do nosso país com a LCJ na direcção trata há mais de 4 décadas a sua própria via de desenvolvimento socialista. Nessa via fizemos face a dificuldades das quais estamos muito conscientes, desenvolvendo esforços para as ultrapassar, a Jugoslávia, enquanto país socialista e não alinhado, continua fiel à grande obra e à herança de Tito, das quais as características principais são a continuação consequente da via de desenvolvimento da autogestão socialista, de igualdade em direito de todas as nossas nações e nacionalidades, e do reforço da posição de independência internacional no nosso país e da sua política não-alinhada.

Reiterando os votos para o êxito do vosso Congresso e da prossecução das tarefas que serão definidas, a LCJ deseja igualmente que o PCP se fortaleça e desenvolva no interesse da classe operária e de um melhor futuro para o seu país. ■

Yos Son

Membro do CC do PRP do Kampuchea

Caros Camaradas e Amigos,
Que me seja permitido, em primeiro lugar, em nome do CC do PRP, da classe trabalhadora e de todo o povo do Kampuchea, apresentar ao CC do PCP, à classe trabalhadora e a todo o povo português as minhas calorosas e frater-

nais saudações, por ocasião do 12.º Congresso do seu Partido Comunista.

Seguimos com grande atenção a comunicação política apresentada pelo secretário-geral Álvaro Cunhal e muito apreciamos o papel dirigente do seu Partido e os resultados obtidos nos anos transactos, assim como os esforços com que contribuem para a causa da paz na Europa e no Mundo.

Durante os 67 anos da sua existência, o PCP conduziu, em condições difíceis, acções de luta popular contra o fascismo e contribuiu para a vitória da Revolução de Abril de 1974.

Através destas etapas de luta revolucionárias, o PCP viu-se enriquecido por experiências preciosas que o tornaram numa importante força motriz e de vanguarda das classes trabalhadoras no seu país. As suas relações com países socialistas, os movimentos comunistas e operários, e a vontade de paz no mundo, não param de crescer, e isto constitui um factor importante no reforço da luta do PCP para atingir o seu nobre objectivo.

Durante estes anos o povo trabalhador com o seu eminente secretário-geral Álvaro Cunhal à frente da força de vanguarda, soube ultrapassar todos os obstáculos e dificuldades na salvaguarda dos direitos adquiridos com a Revolução de Abril, nas causas da paz, democracia e progresso social.

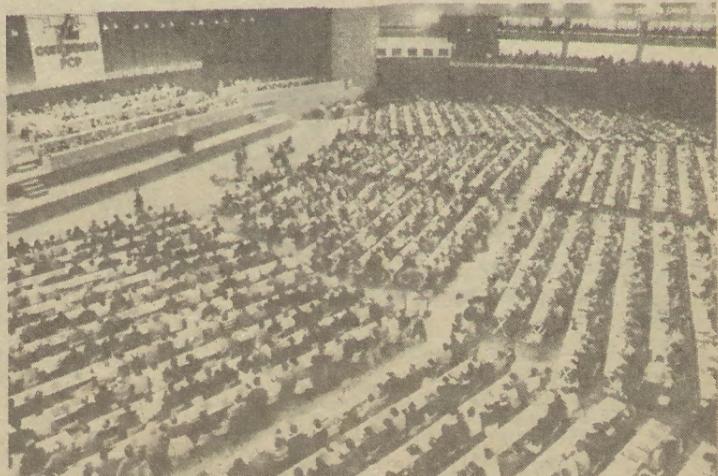
A despeito das pérfidas manobras dos imperialistas, a campanha anti-comunista não consegue desviar o PCP das suas grandes opções e do seu papel dirigente na luta popular pelos interesses do povo, e, em primeiro lugar, no processo de democratização.

Caros Camaradas,
Na hora actual, vivemos o começo duma nova etapa da situação internacional. A tendência para o diálogo e o desanuviamento desenvolve-se gradualmente. As negociações soviético-americanas trouxeram resultados muito significativos, favoráveis à paz e à segurança internacionais, e, em primeiro lugar, no domínio do desarmamento nuclear.

Paralelamente a este processo afirma-se a tendência para a condução dos litígios e conflitos regionais por meios políticos. Os encontros bilaterais e multilaterais das partes em conflito levaram a novas aproximações. No Kampuchea a política de reconciliação nacional avançada pelo RPK é apoiada por largas massas populares e tem conduzido a encontros sucessivos entre as facções khmeres da oposição. Os problemas da retirada das forças vietnamitas do Kampuchea e do impedimento do retorno dos khmeres vermelhos Pol Pot ao poder são o ponto-chave na solução do problema do Kampuchea o que, aliás, foi reconhecido publicamente no último encontro informal em Djakarta. Mas os imperialistas e as forças reaccionárias levantam sempre obstáculos à solução do problema do Kampuchea e exigem unicamente a retirada das tropas vietnamitas, sem mesmo renunciar à sua ajuda e assistência aos bandos criminosos de genocídio.

Se bem que não haja ainda solução política, os governos do RPK e da RSV acordaram efectuar 7 retiradas parciais das tropas vietnamitas do Kampuchea a partir de 1982; a sétima retirada conta 50 000 homens, incluindo o seu alto comando.

A RPK declarou que, até Dezembro de 1989 ou mais tarde, durante o primeiro semestre de 1990, serão retirados todos os restantes voluntários vietnamitas do Kampuchea, paralelamente à cessação de toda a ajuda ao bando genocida de Pol Pot e aos outros khmeres da oposição, e à utilização por estes últimos de santuários em território estrangeiro e de pessoas que se encontram em campos refugiados, por se oporem ao povo do Kampuchea.



Tendo vivido períodos de guerra sucessivos, o povo do Kampuchea não aspira senão viver em paz. É por esta razão que nós apoiamos energicamente as iniciativas de paz da URSS, dos países socialistas e dos movimentos comunistas e de trabalhadores que desejam a paz, nomeadamente o PCP, que exigem o não recurso à corrida aos armamentos, o desmantelamento das bases militares e o fazer da Europa uma zona desnuclearizada.

Desta tribuna agradecemos profundamente aos partidos irmãos dos países socialistas, aos movimentos comunistas e operários e nomeadamente ao PCP a sua ajuda e apoio tanto material como moral ao povo do Kampuchea no trabalho de defesa e reconstrução nacionais.

Que a luta do povo trabalhador português atinja o processo de democratização.

Que os trabalhos do presente Congresso sejam coroados de sucesso da nova orientação do Partido.

Que os laços de solidariedade militante entre os nossos dois Partidos e os nossos dois povos se reforcem e continuem a aumentar.

Viva o Partido Comunista Português.

Viva a Paz, a democracia e o progresso social. ■

Manuel Pereira da Silva

Membro da C.N. do PAICV

Camarada presidente do Congresso,

Camaradas delegados,
Ilustres convidados,
No momento em que tem lugar o XII Congresso do Partido Comunista Português, queiram aceitar, caros camaradas, as calorosas e fraternais saudações do Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

Sensibilizados, agradecemos o convite que nos foi dirigido para assistir aos vossos trabalhos. A nossa presença entre vós, para além de nos honrar, exprime as relações de solidariedade e de amizade que ligam os nossos dois partidos desde longa data da história de emancipação dos povos português e cabo-verdiano.

Já vão 13 anos que Cabo Verde conquistou a independência nacional, sob a direcção do PAICV, cuja legitimidade se enraiza na histórica luta de libertação nacional e se aprofunda na forma como tem conduzido os destinos da nação cabo-verdiana.

Importantes resultados foram já alcançados, nomeadamente a eliminação do espectro da fome, nos domínios da saúde e da educação, de infra-estruturas, de transportes e comunicações, da administração, da justiça, da reforma agrária, etc.

No plano político, passos significativos foram já dados no sentido da implantação progressiva de um poder local autêntico e as organizações de massas e outras organizações sociais mobilizam cada vez mais as populações para a sua organização e intervenção na solução dos seus problemas e para uma participação efectiva na vida política nacional, no quadro do sistema político.

Contudo, os desafios a vencer são cada vez mais complexos. E na

etapa que se avizinha estão em primeiro plano a dependência externa, os índices de desemprego e o reforço da participação popular.

A nossa acção desenvolve-se no quadro de um contexto internacional particularmente difícil, caracterizado por profundas mutações económicas, políticas e sociais. E o êxito da opção de independência depende em grande medida da forma como nos soubermos posicionar na cena internacional. Assim, pois, Cabo Verde põe em prática uma política de paz, unidade nacional, não-alinhamento estrito e solução negociada dos conflitos e se afirma como um parceiro útil na cena mundial com o qual se pode contar.

Teve lugar de 25 a 30 de Novembro findo o III Congresso do PAICV, num ambiente de entusiasmo e de grande debate nacional sobre as questões fundamentais da vida política, económica, social e cultural.

As resoluções adoptadas, ao mesmo tempo que reafirmam as opções político-ideológicas consagradas no programa do PAICV, apontam, prioritariamente, medidas tendentes a elevar a capacidade nacional de produção e das bases económicas do país para responder aos desafios do futuro de forma mais autónoma e dinâmica e por uma inserção cada vez mais vantajosa na divisão internacional do trabalho.

Concomitantemente e como condição «sine qua non» para a edificação de uma economia nacional independente, esteve no centro das preocupações do III Congresso do PAICV, a adopção de medidas com vista ao reforço e aprofundamento da democracia nos planos político e institucional, capazes de elevar o grau de organização da sociedade e consolidar as conquistas alcançadas, em particular o regime de democracia internacional revolucionária instituído.

Num mundo em transformação em que a interdependência é cada vez mais realidade, Cabo Verde acompanha com atenção os acontecimentos no plano internacional. Com Portugal, por razões históricas, desenvolvemos relações particulares de amizade e de cooperação. Contamos, como sempre, com as forças progressistas de Portugal na luta incessante por uma ordem económica internacional mais justa, no combate à fome, à miséria e à exploração, pela fraternidade entre os povos e nações.

O Partido Comunista Português ocupa um espaço importante, que aliás lhe é próprio, na cena política portuguesa, não podendo nós deixar de sublinhar aqui o quanto apreciamos o contributo de qualidade que sempre prestou à cooperação cada vez mais solidária entre Portugal e Cabo Verde.

O XII Congresso do Partido Comunista Português será, com certeza, mais um marco importante da vida política portuguesa e, da nossa parte, reiteramos a nossa convicção de que os resultados desses 4 dias de intenso trabalho serão reconfortantes e apontarão decisões de relevo para os ideais de progresso e bem-estar de todos os portugueses.

Para vós, camaradas, os nossos votos de bom trabalho e dos melhores sucessos.

Viva o XII Congresso do Partido Comunista Português! ■



XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

Delegações saúdam o Congresso

António Amado Vaz

Membro do Bureau Político do MLSTP

Permitam-me que, em nome do Comité Central do MLSTP e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e dos seus militantes e do povo santomense, felicite calorosamente os nossos camaradas do Partido Comunista Português pelo seu XII Congresso, augurando os melhores êxitos nas conclusões e decisões desta importante e histórica reunião.

Permitam-me ainda que cumpra a missão honrosa de transmitir aos Delegados a este Congresso e a todos os trabalhadores da República Portuguesa as mais cordiais saudações e os melhores votos de felicidades em nome do Presidente do MLSTP e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, o Camarada Presidente Dr. Manuel Pinto da Costa, bem como em meu nome próprio e da delegação que me acompanha.

O povo santomense sente este Congresso do Partido Comunista Português como festa conjunta de todos aqueles que têm lutado e continuarão a lutar pelo triunfo da paz e do progresso social, na base de uma real democracia, única via que entendemos possível para ultrapassar as contradições inerentes a toda e qualquer sociedade na sua evolução histórica.

Caros Delegados
Caros Convidados

A criação dos Estados das ex-colónias tornou-se um acontecimento de alcance histórico na vida da África, um marco significativo no desenvolvimento do processo revolucionário no mundo, porquanto se tornou em expressão clara das profundas transformações políticas e sociais traduzidas na grande vitória das ex-colónias e de Portugal contra o fascismo salazarista alcançados pela Revolução de Abril, cujo espírito deve merecer a maior atenção do povo português quanto à sua preservação.

Há já 13 anos que a República Democrática de S. Tomé e Príncipe enveredou pelo caminho do bem estar do seu povo pela via da luta contra o subdesenvolvimento, herança de uma assimetria cada vez mais marcante entre o norte industrializado e o sul subdesenvolvido.

Através da sua acção activa em prol da paz e da segurança internacionais, fez do não alinhamento activo o corolário da sua política externa e interna, baseada no aprofundamento da democracia e no envolvimento dos cidadãos na vida política, económica, social e cultural da nossa sociedade.

Na vertente socioeconómica o nosso Comité Central decidiu-se pelo afastamento progressivo do Estado da gestão das unidades produtivas com ressalva quanto às empresas estratégicas e, por outro lado, o estímulo do exercício das profissões liberais no quadro permissivo da evolução do processo.

No aspecto político impusemo-nos uma maior democratização da nossa sociedade, tomando medidas ao nível constitucional, estrutural e jurídico, onde se prevê introduzir a adopção do sufrágio universal em relação aos órgãos do poder do Estado e de um sistema de votação secreta e no seio do MLSTP onde já se esboçam sinais de várias opiniões que talvez espelhem os contornos do nosso momento socioeconómico, político e cultural.

Esta política que denominamos de envolvimento tem como objectivo elevar a participação de todos os nacionais de uma forma directa em todas as esferas da vida do país no quadro de um clima de unidade nacional, onde predomine a compreensão, a concórdia e a paz.

No quadro da política externa da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, também foram tomadas medidas decorrentes da vertente interna.

Assim, o MLSTP fiel aos princípios da luta pela emancipação do seu povo, desenvolve uma política de bom entendimento com todos os povos e países do mundo.

Caros Delegados
Caros Camaradas Convidados

Ouvimos com atenção o discurso do camarada Álvaro Cunhal que indica os êxitos nesta dura batalha da convivência democrática e que nos mostrou o papel mobilizador e orientador da vanguarda na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores deste país.

A criatividade no trabalho dos cidadãos do vosso país e a capacidade dos comunistas portugueses de organizar o trabalho deste Congresso não pode deixar de merecer o nosso vivo apreço.

Estimados camaradas — permitam-me que vos deseje de todo o coração e a todos os trabalhadores, novos e significativos êxitos na construção da paz, na consolidação integral da vossa política.

Que viva o prospere o Partido Comunista Português como factor importante da paz, da liberdade e do progresso para o povo português.

Viva a amizade inquebrantável entre o PCP e o MLSTP!
Unidos Venceremos!
A Luta Continua! ■

Teobaldo Gomes Barbosa

Membro do CC do PAIGC

Camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP

Camaradas da Presidência do Congresso

Camaradas congressistas

É com enorme satisfação que a partir desta tribuna e como representante do PAIGC — Partido de Cabral a este vosso já histórico XII Congresso, que tenho a subida honra de em nome do Camarada secretário-geral do PAIGC, João Bernardo Vieira, e dos militantes do nosso glorioso Partido, de endereçar aos comunistas portugueses aqui presentes as nossas calorosas saudações fraternais e revolucionárias, e formular votos sinceros de maiores êxitos no trabalho ora em curso e pela afirmação da Democracia e da consolidação das conquistas revolucionárias de Abril em Portugal.

Camaradas congressistas

Também é com satisfação que temos vindo a assistir a um maior reforço das relações de cooperação entre os nossos dois partidos o que bem se pode considerar como um reflexo positivo no processo da consolidação dos laços de amizade e solidariedade que sempre caracterizaram as nossas relações com a sua origem num passado comum recente de luta anticolonialista e antifascista, pautada na actualidade por uma identidade de posições face aos múltiplos problemas com que a humanidade tem vindo a confrontar-se, nomeadamente a luta comum pela preservação da paz, pela construção do progresso e pela estimulação da amizade indestrutível entre os povos.

Camaradas congressistas

Tal como no passado em que os militantes do PAIGC sempre seguiram de perto e tiveram em consideração a heróica, tenaz e persistente luta que os comunistas portugueses enquadrados pelo seu partido de

vanguarda, o PCP, tiveram a ousadia de levar a cabo contra a ditadura colonial-fascista e que de uma forma decisiva contribuiu para o derrube da ditadura fascista em Portugal, assim como pela derrocada do poderio colonial nos nossos países então colonizados, também hoje continuamos a seguir e de uma forma atenta a vossa actual luta pela consolidação da democracia como parte integrante das conquistas de Abril, substanciadas pelos valores permanentes que têm inspirado a vossa luta e a saber: a defesa dos direitos dos trabalhadores e de todo o povo português, os interesses nacionais de Portugal e a construção de uma sociedade avançada nesta vossa bela pátria.

Estamos convictos de que a vossa experiência adquirida, engrandecida e temperada durante os 48 anos de luta clandestina contra a ditadura fascista e durante a qual souberam dar provas ímpares de dedicação, combatividade e heroísmo, será essa mesma experiência no presente a mola catalisadora da grande força de resistência antifascista e da luta pelas liberdades, a democracia, a paz interna e a independência nacional deste povo irmão e amigo a quem nos sentimos vinculados através de laços históricos e culturais indestrutíveis que o longo passado de vivência comum soube forjar e engrandecer.

Ao terminar, gostaria de agradecer em nome do Comité Central do nosso Partido ao Comité Central do PCP pelo amável convite que nos foi endereçado e que possibilitou assim a nossa participação nos trabalhos do seu Congresso. Reiteramos os nossos votos de pleno sucesso aos trabalhos deste grande evento, na certeza porém de que, com base no excelente relatório de actividades do Comité Central que foi apresentado pelo seu secretário-geral, relatório esse impregnado de directrizes claras e bem precisas, caracterizado ainda por uma objectividade impar à luz dos problemas actuais que se colocam à vossa sociedade e ao vosso partido, permitirá aos congressistas a realização de um debate aberto, aprofundado e democrático em torno do seu conteúdo e com vista a um engrandecimento do PCP e pelo reforço do seu papel como força deveras importante no processo de transformações democráticas e progressistas da sociedade portuguesas.

Viva a amizade entre o PCP e o PAIGC!

Viva a amizade entre os Povos de Portugal e da Guiné-Bissau!

Viva o XII Congresso do PCP! ■

Oudom Khattiya

Membro Suplente da Comissão Política do P.P.R. do Laos

Camarada Álvaro Cunhal
Camaradas Delegados
Amigos

Permitam-me que, em nome do Comité Central do Partido Popular Revolucionário do Laos, saúde e felicite calorosamente o XII Congresso do Partido Comunista Português, saudando nele os comunistas e os trabalhadores portugueses. Nesta ocasião solene, queremos aqui agradecer o convite do Comité Central do Partido Comunista Português para participarmos neste Congresso.

Camaradas

O vosso Congresso tem lugar num momento em que a situação internacional evolui de maneira favorável para as forças da paz. A tendência para regularizar os diferentes problemas internacionais pelo diálogo encontra-se, assim, reforçada. Isto constitui um dos novos factores

favoráveis para que o Partido Comunista Português vá mais longe na sua luta pela paz, a democracia e o progresso social, alcançando novos sucessos, que serão um contributo importante na luta dos povos contra o imperialismo, a opressão, a corrida aos armamentos, a ameaça de guerras nucleares, na luta pela paz e pela segurança internacional.

A nossa delegação ouviu atentamente o relatório político apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, relatório em que foi francamente avaliada a aplicação das resoluções do X Congresso do Partido.

A nossa delegação felicita sinceramente os importantes resultados obtidos pelos comunistas portugueses durante este período. Estamos convencidos que o presente Congresso irá de novo adoptar uma linha política justa e realista para prosseguir, com sucesso, o desempenho de um papel de direcção na Revolução Portuguesa.

Caros Camaradas e Amigos

Actualmente o Partido, o governo e o povo do Laos empenham-se para cumprir as resoluções do 4.º Congresso do Partido Revolucionário do Laos, nomeadamente a 5.ª e 6.ª Resoluções do Comité Central, procurando, por um lado, transformar a estrutura económica tradicional do nosso país numa estrutura socialista de produção de mercado. E por outro lado, transformar os mecanismos de gestão económica, alargando as relações económicas com o estrangeiro, melhorando a organização da gestão e administração de modo a torná-la mais flexível e mais eficaz. Paralelamente os nossos esforços incidem na concretização dos objectivos do 2.º Plano Quinquenal.

Apesar das dificuldades, dos obstáculos que encontramos no caminho a percorrer, temos a firme convicção que, devido à justeza da linha política do nosso Partido, podemos, mesmo assim, realizar os fins a que nos propusemos para fazer avançar o nosso país.

Em matéria de política internacional, a República Democrática e Popular do Laos é fiel à sua posição, a saber: a paz, a independência e o socialismo. O nosso Partido tem contribuído activamente para a coesão da comunidade socialista, a causa da paz e do progresso social dos povos.

Desejamos que o XII Congresso do Partido Comunista Português alcance grandes sucessos.

Desejamos ainda que a solidariedade entre o Partido Popular e Revolucionário do Laos e o Partido Comunista Português, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, se continue a desenvolver, reforçando-se.

Viva o marxismo-leninismo!
Viva a paz mundial! ■

Agossa Bruno

Chefe da Divisão da Cooperação do CC do PRP Benin

Camarada Secretário-Geral do Partido Comunista Português
Camaradas Congressistas
Queridos Camaradas e Amigos

Tomando a palavra diante desta eminente instância do Partido Comunista Português, gostaria de, em primeiro lugar, e em nome do Comité Central do Partido da Revolução Popular do Benin, transmitir ao Comité Central do Partido Comunista Português e ao seu Secretário-Geral, o Camarada Álvaro Cunhal os nossos melhores agradecimentos, por ter dirigido ao nosso Partido de vanguarda, o partido da Revolução

Popular do Benin um convite para nele estar presente.

Aproveito igualmente a ocasião para dirigir as saudações militantes e amigáveis do Partido da Revolução Popular do Benin, a todos os Camaradas Delegados ao XII Congresso do Partido Comunista Português e através deles, a todos os comunistas portugueses, corajosos continuadores da longa tradição revolucionária, anti-imperialista e antifascista, de Portugal e da sua classe operária.

Permitam-me, enfim, queridos Camaradas, exprimir os mais calorosos agradecimentos pelo acolhimento fraterno e amigo, dispensado à Delegação do Partido da Revolução Popular do Benin.

Queridos Camaradas e Amigos

O XII Congresso do Partido Comunista Português realiza-se num momento em que as forças progressistas do mundo inteiro conseguiram grandes vitórias na luta pela salvaguarda da paz, a compreensão mútua no respeito estrito da filosofia de acção de cada partido. É neste contexto de incitamento ao desanuviamento real nas relações internacionais, que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas festejou os seus 71 anos e que a República Popular da China festejou os seus 39 anos. No nosso entender, é necessário situar o presente Congresso neste contexto geográfico, porque, justamente o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista Chinês, são os primeiros Partidos Comunistas da humanidade a derrubar as classes exploradoras para instaurar a democracia e o socialismo. Assim, felicitamo-nos pelo facto do Partido Comunista Português ter escolhido este preciso momento em que se desenvolve impetuosamente, no conjunto do campo socialista, o processo de aprofundamento e modernização do socialismo para renovar na classe trabalhadora portuguesa e em todos os povos amantes de liberdade, do progresso social e da democracia, a vossa determinação inabalável de preservar resolutamente a defesa dos interesses fundamentais do proletariado e das outras camadas laboriosas de Portugal, e em fim, para reafirmar o vosso empenhamento constante na luta pela paz, o progresso social e o reforço da solidariedade e da cooperação entre os povos.

Nestas condições o nosso partido de vanguarda, o Partido da Revolução Popular do Benin, considera a análise e as teses propostas ao vosso XII Congresso assim como os resultados e as decisões consequentes que dele dimanarão como uma base fundamental de acção concreta para o reforço contínuo e a organização do PCP no seio das largas camadas trabalhadoras de Portugal.

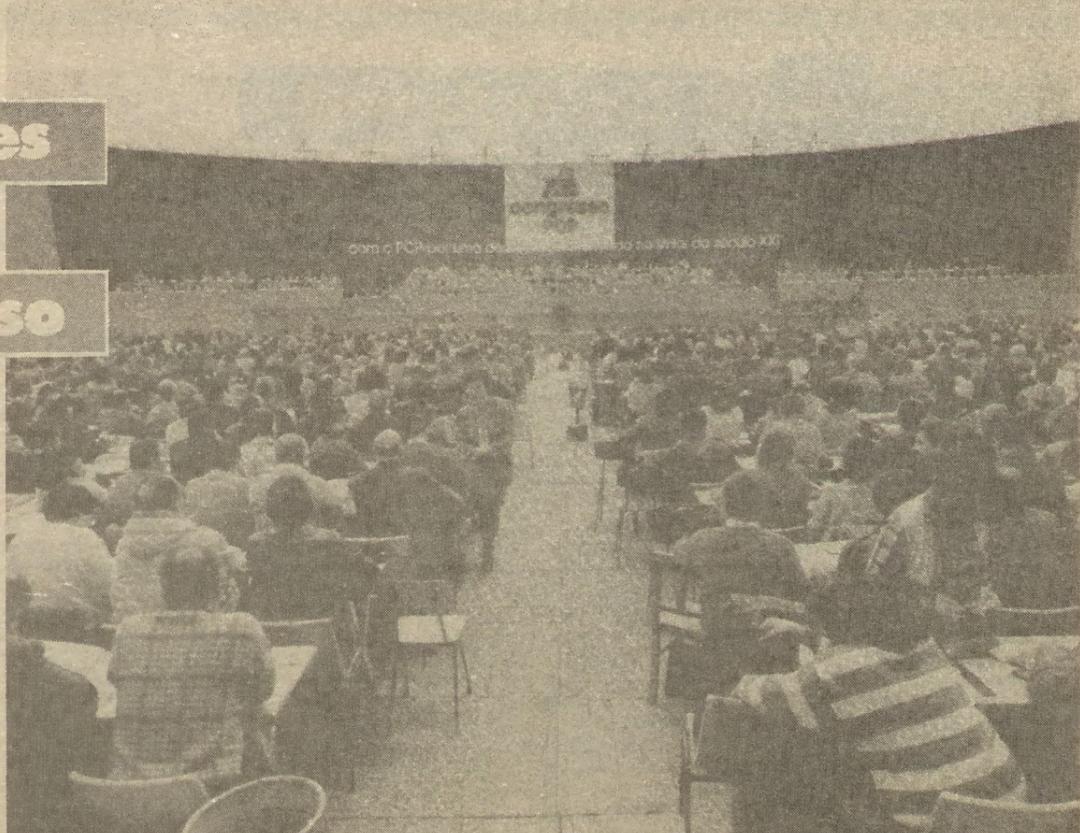
Camaradas Congressistas

Seguimos com vivo interesse a análise da situação internacional contida na volumosa informação do Camarada Secretário-Geral do PCP e apreciamos com orgulho o apoio sem equívoco do vosso Partido à luta heróica e secular que os países do terceiro mundo travam em condições particularmente difíceis contra o domínio imperialista, para a independência real e o advento de uma nova ordem económica-social e cultural mais igualitária e mais humana no planeta.

Permitam-me, queridos Camaradas, que vos lembre que a República Popular do Benin está situada na África Ocidental. Conta cerca de 5 milhões de habitantes e a sua capital política chama-se Porto Novo. O heróico povo do Benin e o seu partido de vanguarda, lutam incansavelmente para a criação de uma sociedade de justiça e de paz social, uma sociedade onde será agradável viver, uma sociedade socialista. É neste contexto, que o II Congresso

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

**Delegações
saúdam
o Congresso**



Nacional Ordinário do Partido da Revolução Popular do Benin propôs ao nosso heróico povo travar uma luta resoluta para cumprir as duas tarefas estratégicas seguintes:

1.º — A construção da nossa vanguarda política é um verdadeiro partido marxista-leninista forte e influente;

2.º — A construção de uma economia nacional e independente e próspera, na via do socialismo.

Estas duas grandes lutas revolucionárias desenvolvem-se num contexto caracterizado pela persistência da crise económica do capitalismo do qual, os efeitos nocivos sobre a economia do Benin, foram particularmente nefastos. A esta situação bastante difícil, juntaram-se as numerosas chuvas diluvianas que provocaram inundações na maior parte das nossas províncias, destruindo os esforços de produção e construção nacionais.

Mas o povo do Benin é inacessível ao desencorajamento e felicita-se por poder contar com o apoio dos comunistas portugueses, da classe trabalhadora portuguesa e do grande povo de Portugal.

Para terminar, queremos cumprir uma última missão, a de transmitir ao vosso grande partido, o PCP, em nome do presidente do Comité Central do Partido da Revolução do Benin, o Camarada Mathieu Kerekou, a expressão sincera, dos profundos sentimentos de amizade e activa solidariedade do povo do Benin ao grande povo português, a sua classe trabalhadora e todos os comunistas de Portugal.

Viva o Internacionalismo proletário!

Avante pela unidade de acção de todas as forças progressistas e revolucionárias!

Pleno sucesso aos trabalhos do XII Congresso do Partido Comunista Português!

Prontos para a revolução!
A luta continua! ■

Martha Buschman
Membro do CC do PCA

Caros Camaradas

Em nome da direcção do Partido Comunista Alemão, em nome de todos os Comunistas da República Federal Alemã, apresentamos as mais cordiais e fraternais saudações ao vosso XII Congresso.

O vosso Congresso realiza-se numa altura em que os partidos comunistas dos países imperialistas se encontram perante novos e grandes desafios. O poder e o regime nos nossos países encontram-se incapazes de resolver os graves problemas dos trabalhadores.

Internacionalmente coloca-se a questão, hoje tão acutilantemente como ontem, na continuação do processo do desarmamento nuclear através de medidas que tenham como objectivo diminuir e finalmente acabarem com as armas convencionais. O objectivo permanente: lutar por um planeta sem armas.

O nosso partido segue com grande interesse o processo de alterações revolucionárias na União Soviética, que têm como objectivo a construção de um socialismo moderno, que assenta a sua tarefa em importantes interrogações, que se pode tornar numa alternativa para os trabalhadores de domínio capitalista.

São igualmente gritantes e actuais os problemas dos países asiáticos, africanos e da América Latina. Fome, pobreza, subdesenvolvimento e crescente endividamento é a situação dominante. A estes povos ligamos a luta para os libertar dos seus problemas.

Caros Camaradas, este imenso conjunto de interrogações e problemas não são supérfluos para os par-

tidos comunistas revolucionários e do trabalho dos nossos países. Pelo contrário, os partidos comunistas e do trabalho, que têm como base ideológica o pensamento ideológico de Marx, Engels e Lênine, são insubstituíveis em condições de luta pela paz, e na construção do socialismo.

Temos seguido com a maior atenção a vossa luta determinada.

Apesar duma campanha suja da burguesia contra o Partido Comunista Português vocês partilham os grandes ideais da revolução de Abril, lutam pela Unidade de todos os democratas e forças progressistas, apresentam-nos no nosso programa os objectivos a alcançar no século XXI. Quase 200 000 membros falam de influências bem sucedidas do vosso partido, bem como dos vossos esforços, através de medidas determinadas e seguras no sentido de alcançar a democracia. A vossa luta pelos interesses das classes trabalhadoras do vosso país e de todos os portugueses esteve sempre afirmado pela solidariedade internacional.

Estamos orgulhosos, com o vosso Partido, com a unidade e firmeza dos comunistas portugueses. Na época terrível do fascismo e da ilegalidade do vosso partido tiveram a nossa solidariedade, tal como nós, ao longo dos anos, sempre contamos com a vossa solidariedade e apoio. A amizade entre os nossos partidos é um exemplo para a vivência do internacionalismo proletário. O vosso Congresso, disso estamos certos, encontrará e fomentará respostas para continuar a luta pelo socialismo no vosso país. Para isso é também necessária uma contribuição vinda do movimento operário internacional e comunista.

Desejamo-vos, caros camaradas, os maiores êxitos na vossa luta e êxito no vosso Congresso.

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Alemão! ■

Baljaazhav
Secretário do CC do PRP Mongol

Estimados Camaradas

Cumpro com prazer o encargo do Comité Central do nosso partido, em nome dos comunistas da Mongólia, de transmitir calorosas saudações, aos delegados do Congresso e a todos os comunistas portugueses.

A nossa delegação ouviu atentamente as intervenções políticas ao Congresso e as intervenções dos delegados, o que nos permite exprimir a segurança no êxito deste empreendimento.

Também estudámos os projectos dos importantes documentos do Partido, os quais evidenciam que o vosso Congresso constituirá uma importante etapa na determinação das tarefas estratégicas do PCP.

O objectivo final comum e os ideais do futuro, unem-nos a nós comunistas. A diferença apenas consiste em encontrarmo-nos em diversas condições, em diferentes circunstâncias. Vocês lutam pela liberdade, segurança social, o futuro socialista dos trabalhadores portugueses, e nós pela construção com êxito, do socialismo no nosso país.

Neste momento no nosso país todo o povo discute as propostas do Bureau do CC do PPRM, sobre «Novas tarefas de aperfeiçoamento do trabalho organizativo-partidário e ideológico do PPRM», sobre as quais, dentro de uns dias deliberará o plenário ordinário do CC.

Não só para os comunistas, como para os trabalhadores mongóis, é conhecido que esforços incansáveis do Partido Comunista e dos seus militantes estão orientados para a defesa e consolidação das conquistas democráticas da Revolução de Abril e os interesses das mais amplas camadas da população. Tam-

bém eles sabem bem a posição avançada do vosso partido na causa de assegurar a Paz e a Segurança Internacional.

É evidente que vocês e nós temos muitos problemas pendentes a resolver de acordo com a exigência do tempo. Entretanto há muito de comum na vida dos nossos partidos, que advogam o triunfo dos ideais da paz e do socialismo. Isso é o que estreitamente nos une. Nós apreciamos as relações fraternas entre o PPRM e o PCP, e continuamos a trabalhar para o seu desenvolvimento e aprofundamento.

Para os comunistas nem a grande distância geográfica, nem a ausência de contactos diários, representam barreiras na sua acção conjunta para o bem dos trabalhadores.

Queridos Camaradas

Julgamos ser interessante informar os nossos amigos portugueses do que fazem os comunistas da Mongólia.

Como sabem, há já 70 anos que na Mongólia se constrói uma nova vida, uma nova sociedade. O país conseguiu bastantes êxitos tanto na esfera económica, como na política e social.

Ao mesmo tempo, o nosso partido pensa que para os comunistas não há razão para se satisfazerem com o conseguido. O partido submete a uma análise crítica o caminho percorrido, o nível actual de desenvolvimento da nossa sociedade.

O nosso último congresso, o XIX, celebrou-se há dois anos. Este congresso aprovou a resolução de renovar e acelerar o desenvolvimento do socialismo. A sua carência consiste em aperfeiçoar a organização da própria sociedade, renovar os métodos de gestão e direcção política, activar o factor humano.

Esta tarefa é completamente realizável e necessária. Estamos certos de que a renovação e a «perestroika» conduzirão o nosso regime a novas alturas de desenvolvimento.

Para conseguir este objectivo, é necessária a Paz.

Nos últimos anos, graças aos esforços crescentes da União Soviética, outros países socialistas e de todas as forças amantes da paz, verificam-se mudanças positivas para o futuro da humanidade. Alertam-no a tendência para o apaziguamento da tensão internacional e o processo iniciado de desarmamento nuclear.

Para esta causa é vital a importância da contribuição de todos os povos, todas as forças políticas e todos aqueles que querem a paz. A partir disto, o PPRM e o nosso Estado do Povo aplicam os seus esforços para fortalecer a paz e a estabilidade no nosso planeta, e em particular, a região da Ásia e Pacífico.

Permitam-me desejar-vos e a todos os comunistas portugueses grandes êxitos nos seus debates para materializar os acordos do presente congresso e o programa do PCP.

Que triunfe a causa dos comunistas e trabalhadores de Portugal!

Que se fortaleça a cooperação fraterna entre os nossos dois Partidos! ■

Jean Pierre Nonault
Membro do CC do Partido
Congolês do Trabalho

Camarada Secretário-Geral
Camaradas congressistas
Queridos amigos

Em nome do Comité Central do Partido Congolês do Trabalho, do seu Presidente, camarada Denis Sassou-Nguesso e de todos os militantes do nosso glorioso Partido, a Delegação que tenho a honra de chefiar transmite as suas calorosas e militantes saudações aos delegados ao vosso Congresso e a todos os membros do Partido Comunista Português.

Ela gostaria de aproveitar a ocasião para exprimir os seus vivos agradecimentos pelo acolhimento militante e fraternal que lhe foi dispensado desde o momento da sua chegada ao vosso belo país.

A nossa presença entre vós é testemunho da profundidade dos laços históricos que unem o povo congolês e o povo português e da adesão dos nossos dois partidos às aspirações comuns pela paz, o socialismo, a democracia e o bem-estar dos povos.

Na República Popular do Congo seguimos com muita atenção e sentimentos de solidariedade fraternos a evolução da situação política no vosso país, especialmente a acção levada a cabo pelo Partido Comunista Português, na defesa dos interesses imediatos e fundamentais da classe operária e das massas trabalhadoras, da democracia, das conquistas da revolução de Abril e da soberania nacional.

A vossa luta pela justiça, pela liberdade e pela paz incentiva-nos a nós, povos do Terceiro Mundo em geral e da África em particular, o nosso esforço para enfrentar a crise que atinge duramente as nossas economias, e a expoliação imperialista através da dívida externa, cujas repercussões minam as conquistas sociais e democráticas duramente conquistadas.

É neste contexto que na República Popular do Congo, ao apoiarmos a realização de uma Conferência Internacional sobre a dívida africana, tomámos corajosas medidas para conter a crise.

A sessão ordinária do Comité Central do Partido Congolês do Trabalho que se realizou em Iville, para além de se ter debruçado sobre a preparação do IV Congresso Ordinário do Partido previsto para os dias 26 a 31 de Julho de 1989, examinou uma vez mais essa questão de uma actualidade candente e exortou o conjunto dos nossos militantes e das forças vivas do nosso país a empenharem-se na via da recuperação da nossa economia, para sairmos dessa dura prova livres e dignos.

Camarada Secretário-Geral
Camaradas Congressistas

O vosso Congresso realiza-se numa conjuntura onde o reforço da paz e da segurança internacionais, a prevenção do alargamento dos armamentos ao espaço e a prossegu-

ção do controlo do armamento se transformarem em prioritárias tarefas. Por isso saudamos as importantes iniciativas levadas a cabo pelas forças do progresso, nomeadamente a URSS, que permitiram que se chegasse ao diálogo Leste-Oeste e à assinatura, há um ano, do acordo sobre a destruição dos mísseis de curto e médio alcance na Europa. Acreditamos que a boa vontade manifestada desde então poderá contribuir para o desarmamento geral e para o reforço da paz no mundo.

Apesar desses sinais positivos nas relações internacionais persistem centros de tensão que dificulta a salvaguarda da paz. A África do Sul prossegue a sua ignóbil política de *apartheid*, de ocupação da Namíbia e de agressão aos países da Linha da Frente, nomeadamente Angola e Moçambique. O Partido Congolês do Trabalho condena energicamente esta vergonhosa política de desestabilização e apoia com firmeza a justa luta do povo Sul Africano e dos outros povos da África Austral contra o regime sanguinário de Pretória.

No Médio Oriente, os direitos do povo Palestino à autodeterminação, à independência e à criação de um Estado próprio continuam a ser desrespeitados por Israel e pelos seus aliados. O Partido Congolês do Trabalho apoia firmemente as justas reivindicações do povo irmão da Palestina, sob a direcção da OLP, assim como a digna e corajosa decisão do seu Conselho Nacional de proclamar um Estado Palestino.

Na América Latina apoiamos as iniciativas das forças de paz que tentam fazer fracassar a política desestabilizadora dos círculos imperialistas na região, nomeadamente na Nicarágua e em El Salvador.

A partir desta tribuna, queremos, uma vez mais, convidar as forças amantes da justiça e da paz a unir os seus esforços para pôr fim à política de ingerência do imperialismo e reiteramos a nossa firme vontade de continuar a trabalhar para o reforço das relações fraternais, francas e profundas existentes entre o Partido Congolês do Trabalho e o Partido Comunista Português.

Êxitos para o Congresso do Partido Comunista Português

Vivam os Camaradas Denis Sassou — Nguesso e Álvaro Cunhal
Viva a solidariedade internacional.
Viva a Paz. ■

Kang Sek Sung
Membro do CC do P.T. da Coreia

Caros Camaradas

Por incumbência do Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia, apresento calorosas saudações ao XII Congresso do Partido Comunista Português e transmito os cumprimentos fraternais dos nossos militantes e do Povo Coreano, dirigidos aos delegados e a todos os militan-

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Delegações saúdam o Congresso

tes do vosso Partido assim como à classe operária portuguesa.

Certos de que o presente Congresso do Partido Comunista Português constituirá um momento de suma importância na luta do vosso Partido para salvaguardar as conquistas da Revolução de Abril, defender os interesses dos trabalhadores e assegurar a democracia, desejamos sinceramente que o presente Congresso tenha os maiores êxitos.

Superando as severas dificuldades e vicissitudes sucessivas, o PCP, juntamente com todas as forças democráticas e patrióticas, tem travado, durante longo período, uma luta árdua contra o fascismo interno e externo, contra o capital monopolista e pela liberdade e democracia, contribuindo grandemente para a vitória final contra o fascismo e pela democracia.

O PCP, temperado e provado na longa luta árdua, cresceu e fortaleceu-se como vanguarda da revolução e, hoje, graças à justeza da sua causa, tornou-se numa força política que exerce realmente a sua influência na sociedade portuguesa.

O PCP, com a correcta direcção do estimado camarada Álvaro Cunhal, organiza e mobiliza a classe operária e as amplas forças patrióticas e democráticas na luta para fortalecer a coesão e unidade do Partido, defender as conquistas da Revolução de Abril e melhorar os direitos democráticos e as condições de vida das massas populares.

No plano externo, o PCP contribuiu para a causa comum da Europa e dos povos do mundo pela paz e segurança, mediante a luta consequente contra a instalação dos mísseis de médio alcance dos EUA, para congelar e proibir as armas nucleares e químicas, e para conter e reduzir os armamentos.

Considerando que as vossas actividades constituem a justa causa que reflecte os interesses do povo português em lutar contra o imperialismo e aspirar à paz e socialismo, o nosso Partido e o Povo Coreano manifestam-vos o seu total apoio e firme solidariedade.

Nós estamos certos de que, no futuro tal como no passado, o PCP, sendo uma força de coesão e unidade, conduzirá energeticamente a revolução portuguesa, materializando as resoluções do presente Congresso.

Camaradas

Orientando as massas populares durante cerca 40 anos sob a correcta direcção do grande líder, camarada Kim Il Sung e do querido dirigente camarada Kim Jong Il, o nosso Partido defendeu fidedignamente a segurança e soberania nacional perante as agressões imperialistas e transformou o nosso país num Estado Socialista independente, intensificando a construção do socialismo.

Hoje o nosso Partido conduz efectivamente a luta pela vitória final do socialismo e pela reunificação da pátria.

Neste momento, ao contrário do desenvolvimento positivo da situação internacional do desanuviamento, a situação da Península Coreana agrava-se ainda mais, atingindo o seu grau mais perigoso, devido à política de agressão dos EUA em relação à Coreia e à estratégia norte-americana face à Ásia e Oceania.

Partindo da sua responsabilidade assumida perante o destino do nosso povo e a causa da paz mundial, o nosso Partido e Governo tomaram inúmeras iniciativas razoáveis para aliviar a tensão e prevenir a guerra nuclear, assegurar a paz e realizar a reunificação, e têm feito todas as suas diligências para a sua materialização.

Ultimamente, nós apresentámos uma proposta global de paz, baseada em 4 princípios cujo conteúdo é a aspiração pela reunificação, retirada das tropas estrangeiras, desarmamento entre o Norte e Sul da Coreia e negociações das partes envolvidas nos assuntos coreanos.

Nesta oportunidade, manifesto o nosso profundo agradecimento ao PCP pelo constante apoio e solidariedade com a nossa causa da reunificação da Pátria.

O PTC e o PCP estabeleceram há muito tempo os laços de amizade sólida no mesmo caminho da luta pela realização dos objectivos e ideais comuns e têm-se apoiado e colaborado estreitamente entre si, mantendo a firme posição como irmãos de classe e a obrigação moral revolucionária dos comunistas.

Após o encontro em 1985 entre o camarada Kim Il Sung, grande líder do nosso povo e o estimado camarada Álvaro Cunhal, a amizade e solidariedade entre os nossos dois Partidos entraram numa nova fase e hoje alargam-se e desenvolvem-se ainda mais.

Tal como no passado, o nosso partido, sob a bandeira do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário e da luta anti-imperialista, continuará a lutar contra o imperialismo, pela paz, democracia e independência nacional e pela vitória da causa do socialismo, solidarizando-se com o PCP e demais Partidos comunistas e operários e unindo-se aos países socialistas.

Viva a amizade e solidariedade entre o PTC e PCP! ■

Hiroshi Tachiki

Membro do Presidium Permanente e responsável da Comissão Internacional do PCJ

Por ocasião do XII Congresso do PCP, dirigimos uma saudação cordial de solidariedade e de felicitação a todos vós aqui presentes e a todos os membros do vosso Partido.

Portugal está geograficamente muito distanciado do Japão, mas foi através de portugueses que, no século XVI, o Japão teve o seu primeiro contacto com a civilização ocidental. Apoiados nesta base histórica os dois povos, e em particular o PCJ e o PCP, lutam pela mudança democrática e pelo socialismo nos seus países e estabeleceram relações de solidariedade e de amizade, pela Paz e pelo progresso social.

Desejamo-vos sinceramente grande sucesso no Congresso, para que o PCP salvaguarde as conquistas democráticas alcançadas pela queda de uma ditadura de meio século; para que desenvolva as lutas visando o melhor das condições de vida e os direitos dos trabalhadores, fazendo progredir a democracia contra a ofensiva reaccionária; para que conduza a luta contra a guerra e as armas nucleares, contra a NATO e os blocos militares e por uma nova ordem económica internacional, mais justa e democrática.

Antes da guerra, o PCJ lutou inabalavelmente e na clandestinidade contra a tenebrosa dominação do sistema imperial; depois da guerra, luta contra a dominação do imperialismo americano e do capital monopolista japonês. Desta forma, o PCJ tornou-se num Partido que dispõe de meio milhão de aderentes, 3 milhões de assinantes do seu jornal, 44 parlamentares e mais de 3900 conselheiros municipais. Com vista à construção de um Japão independente, não alinhado, neutro e democrático, o PCJ opõe-se à aliança militar nipo-americana, que submeteu o Japão, país capitalista monopolista altamente desenvolvido, ao imperialismo americano nos planos político, económico e militar. Ao mesmo tempo, o PCJ conduz a luta pela defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores em oposição à política em favor do grande capital, de rearmamento, de corrupção e de expropriação, a fim de defender a democracia travando a tentativa de reaparelhamento e reforço do militarismo

que utiliza o mesmo. Imperador. O papel do nosso partido é cada vez mais importante, numa altura em que se assiste aos partidos da oposição anticomunistas, incluindo PSJ, completar a política do PLD.

Mesmo após a conclusão do tratado sobre os INF, as forças pró-nucleares intensificam a sua tentativa com a «dissuasão nuclear». E nós atribuímos importância ao facto de, no seio dos movimentos pela Paz no Mundo, se manifestar uma grande distorção, segundo a qual convém travar a luta dos povos pela Paz e pelo progresso social em benefício da «prioridade dos valores humanos universais».

Para realizar os nossos objectivos, evitar a guerra nuclear e eliminar as armas nucleares — objectivos vitais e urgentes para toda a humanidade — estamos convencidos que é decisivo desenvolver os movimentos dos povos. O PCJ não poupa esforços tanto para estabelecer um governo antinuclear do Japão, como para construir uma frente unida internacional que reúna vastas forças antinucleares e pela Paz no Mundo.

Esperando que a relação de amizade e de solidariedade entre o PCJ e o PCP se desenvolva ainda mais através da cooperação pelos objectivos comuns, na base dos princípios de independência, de igualdade e de não ingerência, dirigimo-vos uma saudação fraternal. ■

David Khenin

da Comissão Política e Secretário do CC do PC de Israel

Caros Camaradas

Em nome do Comité Central do Partido Comunista de Israel e dos seus militantes israelitas e árabes, tenho o grato prazer de saudar o vosso XII Congresso.

Os membros do nosso Partido estão a seguir, com profundo interesse a vossa luta. Eles sentem alto apreço pela vossa luta heróica travada sob o domínio duma ditadura, pelo vosso contributo histórico à Revolução de Abril e pela vossa resistência contra a liquidação das suas conquistas.

O Relatório do Comité Central, apresentado ao Congresso pelo camarada Álvaro Cunhal, suscitou-nos profundo interesse. O Relatório explica uma análise profunda sobre o desenvolvimento internacional, a situação interna de Portugal e as tarefas do Partido. Desejamos aos delegados do Congresso, deliberações frutuozas e a adopção de resoluções que fortaleçam cada vez mais, a luta do vosso Partido.

Caros Camaradas

Como sabem, o nosso Partido trabalha sob condicionamentos difíceis e complexos. A sociedade israelita é caracterizada por uma profunda polarização política.

Por um lado, as forças de direita, aliadas com os fanáticos religiosos e elementos fascistas, crescem, o que se reflectiu nos resultados das eleições para o Knesset (Parlamento Israelita), enquanto que, por outro lado, as forças da paz e as tentativas realistas tendentes a resolver o conflito do Médio Oriente vão ganhando força. Hoje em dia, não só a Frente Democrática para a Paz e Igualdade — cuja mola real é o nosso Partido Comunista — mas também outros círculos, incluindo dois partidos representados no Parlamento, estão a sublinhar a necessidade de se reconhecer o direito à autodeterminação do Povo Árabe da Palestina e o seu direito a constituírem-se num estado soberano e independente lado a lado com Israel.

O desanuviamento internacional, resultante das iniciativas de paz da

União Soviética — que vive um período de reformas revolucionárias — realça a necessidade e a possibilidade de solução para os conflitos regionais, incluindo o do Médio Oriente.

As resoluções do XIV Conselho Nacional da Organização de Libertação da Palestina, tendo como pano de fundo o primeiro aniversário da insurreição popular do Povo Palestino nos territórios ocupados — a INTIFADA — intensificam a luta que as forças de paz em Israel conduzem para pôr fim à ocupação dos territórios árabes usurpados desde a guerra de Junho de 1967 e aos do Líbano a fim de se alcançar a paz baseada no princípio de dois povos, dois estados — Israel e Palestina — e se abrir uma nova página nas relações entre os povos da região. Tudo isso aponta para a urgente necessidade de se realizar uma Conferência Internacional para a paz no Médio Oriente, com a participação de todas as partes envolvidas no conflito, incluindo Israel e a OLP, assim como os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os comunistas israelitas avaliam em 20% o aumento de votos ganhos pela Frente Democrática para a Paz e Igualdade nas últimas eleições, facto que consideram uma conquista importante. Os comunistas israelitas encontram-se na primeira fila da luta para a paz Israel-Palestina contra a cruel opressão aos territórios ocupados e pela solidariedade com a insurreição popular palestina naqueles territórios. A política israelita de ocupação e anexação motiva que 73% do Orçamento do Estado seja aplicado com despesas militares e no reembolso de dívidas e juros, o que provoca cortes drásticos no orçamento destinado a obras sociais, à saúde e educação, sectores onde grassa uma crise grave. Cerca de 650 mil habitantes israelitas vivem abaixo do nível de pobreza; o desemprego está a aumentar e cerca de 3 mil empresas estão em crise.

Os comunistas israelitas ocupam o primeiro lugar na luta pela defesa dos direitos da classe operária e das massas populares, contra a discriminação nacional, pela igualdade de direitos da população árabe de Israel, contra o racismo e o fascismo, e pelas liberdades democráticas.

O nosso Partido Comunista está a envidar esforços para formar uma vasta frente de cooperação entre partidos, organizações e personalidades públicas que possam opor-se à política do governo chefiado por Shamir, obstar à criação de um governo de unidade nacional entre o Likud e a coligação trabalhista e alterar a política oficial israelita numa política em prol da paz, democracia, igualdade e progresso social. Deste modo os comunistas israelitas estão a cumprir a sua tarefa patriótica e internacionalista!

Queridos Camaradas.

Desejamos todos os sucessos para o vosso XII Congresso!

Viva as relações fraternais e a solidariedade entre os nossos dois Partidos que são orientados pelos princípios do marxismo-leninismo e internacionalismo proletário!

Viva a luta pela paz, democracia, progresso e socialismo! ■

Denilo Aravena

Membro do CC do Partido Socialista do Chile

Queridos Companheiros do Partido Comunista Português.

Queridos Companheiros das diversas Delegações de Partidos de Trabalhadores e de Movimentos de Libertação presentes neste grande Congresso dos Comunistas Portugueses.

Em primeiro lugar, permitam-me que vos transmita as saudações do

nosso Comité Central e do Secretário-Geral do nosso Partido, camarada Clodomiro Aimeyda, saído ainda há pouco das prisões.

São saudações de fraterno reconhecimento por parte dos socialistas e da esquerda chilena. São também expressão da amizade de todo o nosso Chile para com os Povos e as Organizações que nos têm dado o seu apoio, a sua solidariedade e amizade combativa, quer durante a experiência do Governo de Unidade Popular, quer nos dias e anos tão duros de ditadura fascista.

Como sabeis, têm sido grandes os passos dados nos últimos tempos pelo nosso Povo e pelas nossas Organizações políticas e sociais, no sentido de acabar com a longa — demasiado longa já — noite de terror, de miséria e de morte que tem sido a tirania chefiada por Augusto Pinochet.

A esquerda está presente nas diferentes instâncias em que a oposição democrática se tem vindo a aglutinar. Para aí converge a participação combativa e consequente de socialistas, comunistas, cristãos de esquerda bem como de outros sectores políticos democráticos.

Estes factos têm permitido imprimir um carácter progressista à actuação de oposição, bem como neutralizar as tendências para a conciliação e a capitulação dos sectores de Centro-direita, daqueles que se reclamam de um pseudo-socialismo, decalcado à imagem e semelhança do que hoje se passa em muitos países da Europa Ocidental. Sectores estes que apenas pretendem gerir com alegada eficiência o Estado capitalista, sem assumir a tarefa de transformar a sociedade com capacidade e espírito de decisão, nem com o recurso ao apoio das massas.

Contudo, hoje no Chile, a questão Central do momento presente reside na necessidade de se resolver a contradição entre ditadura e democracia, no respeito para com os interesses do nosso Povo. Neste sentido, nós, no nosso Partido, bem como os partidos da Esquerda Unida, levamos por diante uma política de larga convergência das forças democráticas, de par com uma mobilização crescente das massas.

A 5 de Outubro último, o nosso Povo alcançou uma grande vitória, uma vitória política que se enquadra bem nas nossas arreigadas tradições de prática democrática. Foi o panorama político chileno que ficou mais claro o que torna mais próximo o objectivo de derrubar a ditadura.

O triunfo dos democratas chilenos foi ainda uma pesada derrota para as forças belicistas e golpistas da América Latina, em especial no extremo sul do Continente. O nosso triunfo atinge igualmente os sectores mais agressivos do imperialismo norte-americano, fomentadores do princípio até ao fim do golpe militar de 1973 e suporte fundamental da tirania fascista.

A vitória de 5 de Outubro marca o fim, embora a prazo, da continuidade de Pinochet. Cria condições de força que não-de permitam continuar a avançar no sentido da criação da Unidade da oposição democrática, de forma a sermos capazes de desenvolver ainda mais a unidade política e de acção dos partidos da esquerda.

Para nós, socialistas, companheiros e seguidores de Salvador Allende e de milhares de companheiros mortos na luta contra o fascismo, a unidade da esquerda e, particularmente, a unidade entre socialistas e comunistas, assume uma importância que não é conjuntural, mas sim antes estratégica.

São mais de 30 anos de percurso em comum, com a manutenção das nossas diferenças, sobretudo no terreno tático, num clima de respeito mútuo. Já estávamos unidos nos tempos já distantes da Frente Popular do Chile, em 1938. Podemos estar na base do impulso para a industrialização e para a modernização

XIII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Delegações

saúdam

o Congresso

gal uma democracia avançada no limiar do século XXI

social do nosso país. Foi ainda unidos que avançamos e alargamos a nossa influência até à vitória em 1970. Será unidos e em conjunto com os outros democratas, que haveremos de derrotar a ditadura e levar o nosso Povo a empunhar de novo as bandeiras da paz, da justiça e da liberdade. Bandeiras que Pinochet nos obrigou a recolher mas que nestes dias que correm surgem ainda com mais força nas mesmas ruas e avenidas por onde caminharam juntos Allende e Neruda, Lorca e Weibel, bem como tantos outros camaradas.

No sentido de dinamizar ainda mais a nossa força unitária, bem como para tentarmos impor a nossa hegemonia, formamos o PAIS (Partido Amplo da Esquerda Socialista). Esta estrutura não é um partido unificado dos marxistas chilenos.

Trata-se apenas de um partido para enfrentar as próximas batalhas que terão lugar no Chile. Mas apesar das suas limitações, corporiza as questões fundamentais que o Povo do Chile reclama, a saber, a Liberdade plena, um Parlamento democrático, uma nova Constituição Política, direitos políticos e sociais sem discriminações, e esclarecimento dos assassinatos, desaparecimentos e outros atentados aos direitos humanos, cometidos ao longo já de há mais de 15 anos.

Camaradas

É com profunda emoção que vos dirigimos estas palavras. As nossas Organizações iniciaram desde há algum tempo um processo de relacionamento e de amizade. De forma semelhante à dos companheiros que subiram antes de nós a esta Tribuna, fazemos votos pelos vossos êxitos e vitórias por ocasião deste magnífico XII Congresso. E é com igual emoção e firmeza que reiteramos a nossa firme determinação, temperada em mais de 50 anos de luta pela Justiça, pela Liberdade e pelo Socialismo, de abrir o largo caminho que há-de pôr fim aos crimes, à exploração, à humilhação, à indignidade. Para que se exijam responsabilidades a quem roubou, torturou, matou, incendiou, a quem impôs a fome a milhões de chilenos.

Camaradas,

A luta continua!

Nós, os povos de Portugal e do Chile,
Venceremos!

Loucas Aletras

Membro da Comissão Política e Secretário do CC do AKEL

Estimados Camaradas,

Em nome do Comité Central do AKEL — o partido progressista dos trabalhadores do Chipre — gostaríamos de agradecer o vosso convite, o qual permite ao nosso Partido enviar uma delegação ao vosso histórico XII Congresso.

Eu sinto uma imensa alegria de ser aqui o representante do nosso partido junto de heróicos comunistas e militantes que servem com o próprio sacrifício a vanguarda da luta dos interesses do povo na consolidação da democracia e do progresso social em Portugal.

O Partido Comunista Português dirigido pelo distinto internacionalista seu secretário-geral, Camarada Álvaro Cunhal, conhecido não somente pelo seus contributos na luta contra o fascismo, mas também pela sua militância para preservar e alargar as conquistas dos trabalhadores. As forças reaccionárias pretendem diminuir as conquistas do povo alcançadas após duras lutas e muitos sacrifícios.

Também para nós, o vosso Partido é conhecido por o seu princípio de coerência e actividade na unidade de acção do movimento comunis-

ta internacional e movimento dos trabalhadores e sua contribuição internacionalista.

Camaradas,

Pelas decisões da «perestroika» e pelo futuro desenvolvimento da democracia e da «glasnost» promovida pelo PCUS, chefiado pelo camarada Gorbachov, a União Soviética começou uma revolução dentro da revolução por ajuste dos problemas internos do país e para a solução dos problemas internacionais de paz e do desarmamento.

A luta pelo desarmamento e, especialmente, os acordos assinados entre a União Soviética e os Estados Unidos para a liquidação dos mísseis de médio e curto alcance na Europa, pode conduzir a um completo desarmamento. Nós devemos procurar caminhos na nova situação que possam unir no futuro as nossas forças mundiais, e o nosso Partido está disponível no sentido de estabelecer acordos bilaterais e multilaterais, para uma conferência internacional dos Partidos dos trabalhadores.

Camaradas,

O nosso partido é um partido de um pequeno país, Chipre, que está a lutar contra o imperialismo, permanentemente, desde há 14 anos, contra a ocupação turca de 37% do nosso território e pelo regresso de 200 000 refugiados do nosso próprio país.

Nós aproveitamos esta oportunidade e chamamos a atenção a partir desta tribuna do Congresso para o Movimento Comunista Internacional às forças amantes da paz, no sentido de exercerem a sua influência sobre a Turquia e anular a intransigência turca para ser conseguido um diálogo positivo, o qual poderá resolver o aspecto interno do futuro cipriota. Ao mesmo tempo nós apoiamos a realização de uma conferência internacional a qual poderá resolver os aspectos externos do problema.

Finalizando a nossa intervenção eu gostaria de agradecer a vossa hospitaleira recepção desejando muitos sucessos ao XII Congresso do heróico Partido Comunista Português, novos sucessos na luta dos trabalhadores pela paz, democracia e socialismo.

Viva o XII Congresso do PCP!

Viva a Amizade e Cooperação entre o

AKEL e o PCP!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Viva a Paz! ■

Fannaz Sayyagh

Membro da Direcção Nacional do P.S. Árabe Baas

Aos Camaradas da Mesa da Presidência

Camaradas Congressistas

Caros Camaradas e amigos

Em nome do Partido Socialista Árabe BAAS e do seu secretário-geral, camarada Hafez — Al-Assad, Presidente da República Árabe da Síria, em nome da Direcção do nosso Partido e do povo Árabe da Síria e em meu próprio nome, saudamos-vos e, por vosso intermédio, saudamos o Partido Comunista Português, os seus militantes e todos aqueles que lutam pelo progresso, paz e justiça.

Enquanto o vosso Congresso está reunido para discutir vias de progresso e de consolidação da paz mundial, as forças sionistas imperialistas, apoiadas pelos EUA e seus aliados, continuam a ocupar militarmente toda a terra da Palestina, o sul do Líbano e os Montes Golan sírios, explorando o cidadão árabe e exaurindo os seus recursos.

Apesar de todas as resoluções votadas pela comunidade internacional, e todos os seus órgãos, político, social e cultural, condenarem a ocupação israelita bem como as suas acções militares agressivas e

exigirem a sua retirada imediata de todos os territórios árabes ocupados, Israel mantém a ocupação e as brutais práticas repressivas na margem Ocidental e na Faixa de Gaza. Essas acções têm feito estremecer a consciência da humanidade em cada dia que passa. Desde o seu levantamento geral contra as autoridades sionistas de ocupação, há já quase um ano, os habitantes árabes, mulheres, crianças e velhos, estão expostos a métodos repressivos de cariz nazista que diariamente podem ser observados pelo mundo através dos órgãos de comunicação social.

A política repressiva sionista, a contínua ocupação dos territórios, o desprezo pelos direitos nacionalistas inalienáveis do povo árabe da Palestina — inclusive o seu direito a fundar o seu próprio Estado independente no solo pátrio — o contínuo menosprezo pela opinião pública mundial, o não cumprimento das resoluções das Nações Unidas, o impedimento a todos os esforços de paz, a gritante intervenção israelita no Líbano e as suas repetidas agressões contra os cidadãos árabes, convertem o Médio Oriente num perigoso acúmulo de tensões e de conflitos territoriais que afectarão directamente a paz mundial, empurrando a estabilidade para a beira do abismo. Todos nós sabemos os reflexos negativos das acções militares levadas a cabo por Israel desde 1948 até ao momento actual.

A posição do nosso partido e governo é desempenhar um trabalho tendente a pôr fim à ocupação sionista o mais rapidamente possível, à obtenção dos direitos nacionalistas inalienáveis do povo árabe palestino — inclusive o direito de fundar o seu próprio Estado independente em solo nacional — e a retirada de todas as tropas israelitas dos territórios ocupados pela força das armas em 1966. Isto só poderá ser alcançado numa conferência internacional de paz, patrocinada pelas Nações

Unidas, na qual participem todas as partes interessadas, incluindo a Organização de Libertação da Palestina. Qualquer outra solução, ou compromisso, desencadeará guerras e conflitos armados, fará recrudescer tensões e ameaçará a paz e segurança mundial. O nosso povo porfia esforços para evitar essas vias.

Caros camaradas,

Saudamos o vosso Congresso, desejando-vos os maiores sucessos nas vossas tarefas para o progresso e prosperidade do povo português amigo, e expressamos os melhores votos de camaradagem dos militantes do nosso Partido e das nossas massas populares. Também aqui saudamos em geral todas as forças democráticas e amantes da paz, e em particular a comunidade socialista amiga, e em primeiro lugar a União Soviética. Saudamos também as forças de libertação e progresso da Europa, Ásia, África e América Latina, todas as forças e movimentos que lutam pela libertação e independência dos seus países e povos, e todas as forças e movimentos que combatem os odiosos regimes racistas em África e as hediondas ditaduras da América Latina e em qualquer outra parte do Mundo.

Viva a solidariedade, amizade e cooperação entre o Partido Árabe Socialista BAAS e o Partido Comunista Português!

Viva a amizade Luso-Árabe! ■

Berith ErIksson

Membro da Direcção Regional de Uppsala do P. da Esquerda Comunista da Suécia

Estimados Camaradas, Saudamos o XII Congresso do Partido Comunista Português.

Nós admiramos e temos muito respeito pela ampla luta do vosso Partido pelo direito do povo portu-

guês ao progresso social, económico e político.

O Partido Comunista Português tem sido e é a vanguarda consequente no progresso do povo português.

O vosso Congresso é um importante acontecimento do movimento de esquerda, não só no vosso país, mas para todos nós nesta parte do mundo.

Por isso, em nome do Partido Comunista de Esquerda da Suécia, felicitamos o Congresso pelo seu importante trabalho.

As relações entre o PCP e o VPK são cordiais e nós temos todas as razões para continuar a trabalhar pelo aprofundamento destas relações.

A esquerda europeia e a classe operária enfrentam grandes desafios com grandes possibilidades de êxito. O capitalismo atingiu uma força transnacional e, no entanto, o socialismo está a melhorar as suas ligações. A solidariedade internacional é a nossa força comum.

Onde se observa o maior progresso político do socialismo é na luta pela paz e pela democracia e na nossa responsabilidade de permitirmos às gerações vindouras melhores condições de vida em termos ecológicos.

No nosso país acabamos de ter eleições parlamentares cujo resultado foi de algum êxito para o nosso Partido e derrota para os movimentos de direita.

Todos nós sabemos que o socialismo está a aumentar as suas possibilidades e que o capitalismo não resolve os problemas do nosso tempo.

Nós compreendemos a importância da solidariedade internacional no caminho do progresso.

Neste espírito, calorosas saudações e a solidariedade do nosso Partido ao vosso Congresso.

Viva o Partido Comunista Português!
Viva a solidariedade internacional!
Viva o XII Congresso do PCP! ■



XIII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

Essop Pahad — África do Sul

É preciso continuar luta contra o apartheid

Qualquer libertação é uma vitória para as forças que lutam no interior do país e para as que se batem internacionalmente contra o «apartheid». As recentes libertações de presos políticos têm um grande significado, porque demonstram que o regime sul-africano é sensível às pressões internas e externas. Mas há que prosseguir a luta pela libertação incondicional de Nelson Mandela, que consideramos que continua preso, bem como de todos os presos políticos da África do Sul.

A afirmação é do camarada Essop Pahad, membro do Comité Central do Partido Comunista da África do Sul, que numa breve declaração fez o ponto da situação que se vive na África do Sul e dos reflexos internos das conversações quadripartidas em curso para a paz no sudoeste africano.

Entrevistas
Depoimentos

Para o camarada Pahad, a batalha do Cuito Cuanavale ficará na história como um marco assinalando a maior derrota militar de sempre da África do Sul, em consequência da qual muitos militares brancos sul-africanos perderam a vida. Isso foi possível devido à conjugação de esforços das forças de Angola e de Cuba até à fronteira da Namíbia e da resistência interna na própria Namíbia.

Devemos dizer, afirmou o camarada Pahad, que as forças internacionalistas cubanas foram exemplares; deram o melhor de si mesmas, estiveram prontas a sacrificar as suas vidas para ajudar essa resistência armada. Para nós, esta é a mais alta expressão do internacionalismo proletário. Nunca o esqueceremos.

Cabe salientar, por outro lado, que a África do Sul atravessa uma grave crise económica, fruto das sanções que têm sido impostas. Quebrar o isolamento interno, como as autoridades pretendem, pode dar a impressão de que algo está a mu-

dar no país, o que serviria de pretexto aos aliados ocidentais para reatar as relações normais com a África do Sul. É preciso que se tenha presente que os factores externos e internos têm sido fundamentais para obrigar as autoridades sul-africanas a negociar a paz na região.

Agora, sublinhou o camarada Essop Pahad, apesar da África do Sul dizer aceitar este acordo de paz, não devemos esquecer que não se pode confiar no regime de Botha, que tem violado todos os acordos firmados com os restantes Países da Linha da Frente. Estamos convencidos de que o governo de Botha tentará igualmente sabotar o acordo sobre a Namíbia, em particular o respeitante à Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para não ter de reconhecer a SWAPO.

É por isso que consideramos fundamental, salientou, que a comunidade internacional pressione o mais possível o governo sul-africano, de forma a assegurar que não haja sabotagem no processo de independência da Namíbia. A luta contra o regime do «apartheid» não pode diminuir.

Luta pela democracia

As consequências dessa luta tornam-se de resto cada vez mais visíveis a nível interno, até mesmo nas tentativas do regime para se apresentar como «um mal menor», como uma força moderada favorável a reformas tendentes a fazer esbater o racismo sul-africano. É o caso, por exemplo, das notícias sobre as pressões da extrema-direita sobre Botha.



Para o camarada Pahad, trata-se de uma falsa questão.

O que se torna necessário ter em conta, afirma aquele camarada, é que o desenvolvimento da comunidade branca sul-africana é muito mais complexo do que se procura fazer crer; na realidade, o Partido Conservador (de Botha) continua a tomar as posições tradicionais do «apartheid». É claro que há outras posições mais extremistas, que assentam sobretudo no terror individual, com atentados de rua, etc., mas não é isso que retira ao partido o poder o seu carácter.

O que se torna importante salientar, na opinião dos comunistas sul-africanos é que a unidade monolítica do partido no poder se desfez e não poderá voltar a ser restaurada. Os racistas não têm agora um programa coerente; dispõem apenas da repressão.

Acontece, salienta Essop Pahad, que os mais esclarecidos reconhe-

cem já a necessidade de negociar com o Congresso Nacional Africano (ANC), distanciando-se do governo. Não estão de acordo connosco, não apoiam o ANC, mas percebem que não há soluções de futuro para a África do Sul sem o ANC. De salientar, por outro lado, que em certos círculos do exército, cada vez mais jovens brancos se recusam a combater. cremos que isso é significativo da intensificação da luta que se trava no país.

Acresce ainda que os partidos políticos brancos situados à esquerda do governo de Botha estão a tentar encontrar formas de se juntar e criar uma frente contra o regime, o que se reveste de grande significado, embora sejam ainda poucos os que se juntam ao ANC e ao nosso povo. Conseguir-lo é o nosso profundo desejo e faz parte da nossa luta, que não é uma luta de negros contra brancos, mas a luta do povo pela democracia. ■

Georges Marchais — PCF

Opinião sobre o Congresso

Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, dirigiu a delegação que representou o PCF no nosso Congresso. Aqui reproduzimos um sucinto depoimento seu, reflectindo as impressões que leva dos trabalhos no Palácio de Cristal.

Como naturalmente compreende, as minhas impressões sobre este belo congresso são múltiplas.

Vou-me restringir a duas impressões, simultaneamente ilustradas no relatório de Álvaro Cunhal e nas intervenções dos delegados.

A primeira diz respeito à amplitude da ofensiva da grande burguesia contra as condições de vida dos trabalhadores manuais e intelectuais. Sem dúvida estas evoluções negativas apresentam particularidades: aqui, elas passam pelo pôr em causa das conquistas da Revolução de Abril de 1974, pela vontade de rever a Constituição.

A minha segunda impressão, retiro-a das numerosas e comovidas intervenções de delegados relatando as lutas em que participaram. A classe operária, o povo português estão decididos a defender-se e os comunistas estão nas primeiras filas para os ajudar.

Assim, no vosso país como no nosso, em condições naturalmente diferentes: a mesma ofensiva dos nossos adversários de classe e uma mesma resposta.

Uma consequência desta situação é o alargamento da convergência de interesses dos trabalhadores da França e de Portugal. Uma convergência que se reforça ainda com a perspectiva de concretização do Acto Único em 1992, nos dois países, membros da CEE. Perspectiva de regressão social, de estreita submissão aos objectivos do imperialismo com a militarização da Europa, pilar da Aliança Atlântica, de atentados agravados à independência e soberania nacionais.



Esta perspectiva abre um novo campo para a acção comum dos nossos partidos. É esse o nosso desejo. Alegra-nos profundamente que seja este também o desejo do PCP.

Em síntese, o vosso Congresso confirma a minha cónviction de que o PCP, que assumiu um papel tão importante em todas as etapas da história recente do vosso país, está em condições de assumir cada vez melhor as suas responsabilidades e de abrir um novo futuro ao povo português. ■





Mateus Paulo (MPLA/PT)

A reconstrução nacional na ordem do dia

A República Popular de Angola vive no momento presente uma fase importante da sua história: a perspectiva de um acordo de paz com a África do Sul, condição essencial para a retomada do processo de desenvolvimento económico e social do país iniciado com a independência e logo brutalmente interrompido pela guerra imposta pelo regime racista de Pretória. Apesar das complexidades do processo em curso, é com o futuro que se preocupam já os dirigentes do MPLA-Partido do Trabalho, como deixou claro o camarada **Julião Mateus Paulo**, membro do Bureau Político do MPLA-PT, em declarações ao «Avante!», aquando da sua recente visita a Portugal para participar no XII Congresso do PCP.



-se ainda à necessidade de financiamento externo para levar a cabo a reconstrução e desenvolvimento de Angola, afirmando que as iniciativas desenvolvidas nesse sentido têm encontrado receptividade, tanto da parte dos países ocidentais como do campo socialista. Neste âmbito, destacou a possibilidade de adesão de Angola ao Fundo Monetário Internacional provável já no próximo ano, ultrapassadas que parecem estar as dificuldades iniciais colocadas pelos Estados Unidos.

Interrogado sobre a aparente contradição de desejar aderir ao FMI, cuja política é por demais conhecida e, simultaneamente, levar a cabo uma política económica de defesa dos interesses populares e nacionais, Julião Mateus Paulo reconheceu que no início do processo se registou em Angola uma certa polémica sobre a questão, mas que viria a ser ultrapassada com a adopção de medidas restritivas consideradas indispensáveis pelas próprias autori-

dades angolanas para o saneamento da economia, o que terá posicionado o país em condições de negociar com o FMI sem pôr em causa os interesses nacionais.

Ainda no contexto do desenvolvimento futuro, aquele dirigente do MPLA-PT referiu-se aos planos em estudo para enquadrar os jovens angolanos que actualmente integram as Forças Armadas, já que muitos deles vão ingressar na vida civil e desempenhar pela primeira vez tarefas não relacionadas com a defesa.

Reconhecendo não se tratar de uma questão pacífica, Mateus Paulo não deixou contudo de salientar a grande necessidade de mão-de-obra que se coloca ao país nos mais diversos domínios. É a pensar nisso, disse, que as próprias Forças Armadas estão a levar a cabo programas de alfabetização e preparação profissional e se estudam planos tendentes a elevar o nível cultural dos jovens e a facilitar a sua reciclagem para uma actividade civil.

cubanas, o que Angola evidentemente rejeita por uma questão de soberania, insistindo que tal processo decorra sob a égide das Nações Unidas.

Confiante de que, apesar das dificuldades, as negociações quadripartidas acabarão por chegar ao seu termo, o responsável do MPLA-PT reafirmou a recusa de Angola em participar na denominada conferência internacional para a reconcilia-

ção angolana, que os EUA estão a tentar promover, exprimindo a propósito a sua convicção de que idêntica atitude será seguida pelos restantes Países da Linha da Frente. Pelo seu lado, disse, Angola prosseguirá a política de clemência que de há muito vem desenvolvendo, criando condições para a pacificação nacional através da reintegração de todos os elementos (à excepção de Savimbi) que estejam dispostos a depor as armas e a participar na reconstrução nacional.

Finalmente, o camarada Julião Mateus Paulo referiu-se à sua participação nos trabalhos do XII Congresso do PCP, que considerou um evento de maior importância no contexto político internacional. Destacando a análise feita pelos documentos apresentados ao Congresso, as preocupações em aprofundar a democracia interna do Partido e em encontrar resposta para os problemas do povo português, bem como a reafirmação dos princípios da solidariedade internacional, o camarada Mateus Paulo garantiu o apoio do MPLA-PT às resoluções aprovadas no XII Congresso.

Os êxitos dos comunistas portugueses, disse a terminar, são também os nossos êxitos. ■

Entrevistas
Depoimentos

Após recordar que o desenvolvimento socioeconómico foi interrompido com a guerra, dada a necessidade de mobilizar todos os recursos possíveis para a defesa, Mateus Paulo salientou que a questão prioritária que se coloca para o futuro imediato é a da reconstrução nacional.

Nesse âmbito, assume particular relevo o programa de Saneamento Económico Financeiro (SEF) em curso em Angola que, segundo disse, tem estado a avançar na elaboração de documentos e planos visando a sua implementação, alguns dos quais já aprovados pelo Governo e Assembleia Popular.

De acordo com aquele dirigente do MPLA-PT, procede-se actualmente em Angola ao levantamento das empresas de maior importância estratégica na economia para avançar com o respectivo saneamento. De sublinhar que as empresas dos sectores considerados fundamentais continuarão sob o domínio estatal, ao passo que outras, relativamente menos importantes, passarão para a exploração cooperativa, mista ou mesmo privada.

O camarada do MPLA-PT referiu-

Apoio ao PCP

As conversações de paz e a política angolana de clemência foram, naturalmente, outros dos temas abordados. Embora sem poder avançar pormenores sobre os acontecimentos recentes de Brazzaville, o dirigente angolano sublinhou o facto de a África do Sul, uma vez mais, ter procurado um pretexto para interromper as negociações, introduzindo nos debates elementos novos; desta vez, tratou-se da exigência de inclusão de países da confiança sul-africana nas forças de verificação da retirada das tropas

«Estamos impressionados»

O vosso Congresso realiza-se num momento em que se registaram grandes mudanças. E o PCP tem em conta essas mudanças na situação. E procura as respostas. É essa a nossa impressão. Assim se inicia a nossa breve conversa com **Zhu Liang**, membro do Comité Central e director do Departamento de Relações Exteriores do CC do Partido Comunista da China — pela primeira vez representado num Congresso do PCP.

Por isso mesmo a conversa centrou-se em torno das impressões dos camaradas chineses sobre o nosso Congresso, o significado político da sua presença, e ainda as perspectivas das relações entre os dois partidos.

«Todos os delegados discutiram com seriedade e entusiasmo. Todos participaram livremente no diálogo», acrescentou Zhu Liang. Para sublinhar alguns factos em particular.

Por um lado, as muitas delegações estrangeiras representadas. «Isso mostra que o PCP tem muitos amigos estrangeiros».

Por outro lado, a boa organização do Congresso. «Isso também mostra a capacidade organizativa do Partido, o espírito de dedicação dos seus militantes, o seu sentido de disciplina».

«Estamos impressionados», salientou Zhu Liang.

Pela primeira vez

A presença, pela primeira vez, de um representante do PC da China num Congresso do PCP, provocou vivos aplausos no Palácio de Cristal.

Comentário de Zhu Liang

Zhu Liang refere-se particularmente a essa reacção dos delegados à presença da delegação chinesa.

«Álvaro Cunhal falou no Congresso da normalização das relações entre os nossos dois partidos, com palavras calorosas vivamente aplaudidas. Este aplauso mostra bem que a normalização de relações corresponde aos desejos dos militantes de ambos os partidos. E certamente que também corresponde aos desejos de ambos os povos.»

«Os nossos dois partidos nasceram no mesmo ano. Durante dez anos apoiaram, de parte a parte, a causa da paz, do progresso, desenvolvimento e da amizade entre os nossos dois povos.»

«Certamente que no futuro avançaremos nessa mesma direcção. Por isso estamos convencidos de que as relações de amizade se poderão desenvolver a paços seguros».

Perspectivas

«Penso que as relações entre os dois partidos foram estabelecidas numa base muito saudável — diz-nos Zhu Liang — Consideramos



que as relações entre partidos se devem estabelecer na base da independência, autonomia, respeito mútuo, não ingerência. Penso que da vossa parte se pensa de forma idêntica.

«Estamos convencidos de que o desenvolvimento de relações entre os nossos dois partidos também corresponde aos desejos dos nossos dois povos e países e constitui objectivamente um contributo para a paz mundial».

Zhu Liang relembrou que «há dois anos, em Pequim, tivemos a honra de receber Álvaro Cunhal».

Hoje, e «durante as conversas havidas, ambas as partes manifestaram o desejo de desenvolver relações, dar-lhes novo impulso. Pela nossa parte já avançamos propostas concretas».

E o nosso diálogo terminou com os «amistosos cumprimentos» dos nossos convidados aos comunistas e ao povo português. ■

Entrevistas
Depoimentos

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

Em exclusivo
para o «Avante!»

A reforma política na URSS, a orientação social da economia e o Congresso do PCP nas palavras de Vadim Medvedev

O camarada Vadim Andreevitch Medvedev, que chefiou a delegação do Partido Comunista da União Soviética no XII Congresso do PCP, teve vários contactos com a imprensa portuguesa e abordou um vasto leque de questões.

O «Avante!» solicitou ao camarada Medvedev, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PCUS, um breve depoimento sobre alguns aspectos da reestruturação em curso na URSS e a participação na reunião do órgão supremo do PCP. Aqui ficam as perguntas da nossa repórter e as respostas do camarada soviético.

«Avante!»: Quais as direcções fundamentais da reforma do sistema político que está a ser efectuada na URSS? Que garantias há de que os amplos direitos democráticos dos soviéticos e dos colectivos de trabalhadores não ficarão apenas reconhecidos formalmente e vão encontrar realização prática?

Vadim Medvedev: O sentido da reforma do sistema político está em desenvolver a participação activa dos trabalhadores na vida social e política, vencer definitivamente a separação, surgida no passado, entre o homem e o poder, fazer das pessoas autênticos donos do seu país, da sua república, da sua região, da sua cidade, do seu bairro.

Pretende-se levar a cabo esta tarefa pondo em prática a todos os níveis o poder total dos soviéticos de deputados do povo, passando para os soviéticos as funções principais da gestão do desenvolvimento socioeconómico. O alargamento das funções dos soviéticos conjuga-se com a modificação radical das formas e métodos do seu trabalho, com o reforço do controlo da actividade dos órgãos executivos, com o aumento do papel dos deputados, das sessões dos soviéticos, das suas comissões permanentes e dos outros órgãos.

Será modificada a forma de interacção dos soviéticos com as empresas, cooperativas e outras unidades económicas situadas no seu território. A partir dos descontos sobre os rendimentos destas cria-se uma firme base financeira para o funcionamento dos soviéticos.

Também vai contribuir para o aumento do papel dos soviéticos uma separação mais nítida de funções entre eles e os órgãos partidários. Os esforços dos órgãos do Partido concentram-se no trabalho político e organizativo nas massas, no trabalho ideológico e de formação, no trabalho com os quadros; ficarão assim libertos da intervenção na resolução imediata das questões estatais e económicas. Deste modo se consegue aumentar o papel do Partido como vanguarda política, mas simultaneamente abre-se aos soviéticos um amplo campo de actividade.

O papel dos soviéticos incrementa-se também com o facto de destacados quadros do Partido serem recomendados como candidatas na eleição dos presidentes dos soviéticos do nível respectivo. Mas para ser eleito o militante do Partido deve ter um elevado prestígio no povo e nos órgãos representativos.

No que respeita às garantias dos direitos democráticos dos soviéticos e dos colectivos de trabalhadores, elas estão contidas na própria forma democrática de eleição dos soviéticos e formação dos seus órgãos.

Pretende-se libertar as eleições do formalismo, fazer delas um acto autêntico de expressão da vontade do povo; serão acompanhadas pela contraposição, avaliação e discussão democrática das qualidades deste ou daquele candidato, pela competitividade entre eles, pela contraposição dos programas de acção que propõem. E também o próprio

trabalho dos soviéticos ficarão sob permanente controlo democrático das massas, da ampla opinião pública, por meio de uma total transparência, de uma regular prestação de contas perante os eleitores, por meio do direito destes a cassar o mandato dos deputados que não justifiquem a confiança dada pelo voto.

As garantias dos direitos democráticos dos soviéticos e dos colectivos de trabalhadores serão reforçadas com a participação activa das organizações sociais na actividade dos soviéticos, com a entrada directa de deputados das organizações sociais no Soviete Supremo da URSS e nos soviéticos supremos das repúblicas federadas, e ainda com os órgãos de novo criados para fiscalização constitucional.

«Avante!»: É conhecida a orientação social da política económica do PCUS. Que mecanismos permitem evitar as possíveis tendências para conseguir o desenvolvimento económico «a qualquer custo»?

Vadim Medvedev: A orientação social da política económica é uma das questões básicas da perestroika. Decorre da própria natureza do socialismo como sociedade do trabalhador e para bem do trabalhador. A revolução socialista fez-se precisamente para colocar todo o desenvolvimento da sociedade ao serviço do homem de trabalho, garantir firmes direitos sociais, para que as pessoas de ano para ano vivessem melhor, para que melhorassem as suas condições de trabalho e lazer, para que tivessem boas condições de habitação, satisfizessem as suas necessidades culturais, desenvolvessem as suas capacidades, revelassem criatividade no trabalho.

A perestroika deu início a uma viragem da economia soviética no sentido da satisfação das necessidades das pessoas. Já se conseguiram determinadas transformações: aumentou substancialmente o volume da construção habitacional, acelerou-se a produção de artigos de consumo e serviços, começou-se a dar mais atenção às questões ecológicas.

No entanto isto é apenas o início. Temos ainda que realizar uma profunda modificação estrutural da economia neste sentido. Trata-se de desenvolver rapidamente os ramos modernos, que produzem artigos de consumo e serviços de alta qualidade, trata-se de melhorar radicalmente a base técnico-material da esfera da cultura, sem falar já em resolver completamente nos anos mais próximos o problema alimentar do país. Isto tem que se conseguir à custa do aumento da eficiência do trabalho dos ramos básicos, da ampla utilização de técnicas que possibilitem a poupança de recursos, o que permitirá dispensar relativamente menos recursos e trabalho com os meios de produção, e mais com o aumento do produto final e o aumento da sua qualidade.

A orientação social torna-se a prioridade principal do desenvolvi-



mento económico a todos os níveis: à escala de todo o país, a nível regional, à escala de cada unidade económica (uniões e empresas). Este objectivo prioritário inculca-se no mecanismo de gestão económica. E é importante sublinhar que ao nível das empresas são os próprios colectivos de trabalhadores que, através dos seus soviéticos, controlam a resolução das questões sociais. Isto está consignado na Lei da Empresa Socialista. Claro, numa ou outra situação podem surgir contradições entre a eficiência económica, a rentabilidade da produção, e a sua orientação social — e há que encontrar a melhor forma de as conjugar. Mas, em princípio, nas condições do socialismo as tarefas de aumento da eficiência da produção não só não entram em contradição com a sua orientação social, como são uma premissa necessária para a concretização desta, já que só o aumento da produtividade do trabalho e da eficiência da produção pode ser uma base firme para o crescimento dos rendimentos dos trabalhadores, para a resolução dos problemas sociais, culturais, ecológicos. Condições de vida em permanente e rápido melhoramento à custa e na base da aceleração do progresso técnico-científico, do aumento da eficiência da produção — é este o nosso conceito, é esta a fórmula da perestroika.

«Avante!»: Quais as suas impressões desta participação no XII Congresso do PCP?

Vadim Medvedev: Tive oportunidade de estar presente em congressos de muitos partidos irmãos. A participação nos trabalhos do vosso Congresso foi das que mais vivamente me impressionaram. Penso que o vosso congresso decorreu no espírito das melhores tradições do movimento comunista e, ao mesmo tempo, demonstrou a vontade e a capacidade de compreender as rápidas transformações que ocorrem no mundo e no país.

Os documentos preparados para o Congresso pelo Comité Central e o relatório apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal representam um sério enriquecimento da experiência do movimento comunista. Neles, em íntima ligação, apresenta-se uma análise das lições históricas da vossa actividade e da vossa luta, dos problemas actuais da sociedade portuguesa e da política internacional, um olhar corajoso e claro para o futuro: o programa de luta por uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Deixaram também forte impressão as intervenções dos delegados, ricas do ponto de vista político, vivas, marcadas pelo espírito da luta e da solidariedade proletária, e toda a atmosfera da discussão no Con-

gresso — de trabalho, com acutilância política e, simultaneamente, de alto nível. Não foi por acaso que o vosso Congresso teve tanta atenção da opinião pública internacional, um tão grande número de delegações de partidos irmãos.

E, claro, não posso deixar de referir que o Congresso demonstrou mais uma vez a grande proximidade político-ideológica e o entendimento mútuo dos nossos dois partidos, a profunda compreensão que os comunistas portugueses têm da nossa perestroika, o seu apoio ao trabalho que o nosso Partido está a efectuar para renovar o socialismo no país e para garantir a segurança internacional, o desarmamento e a paz na arena internacional. Pela nossa parte, manifestamos a nossa solidariedade para com a luta do PCP pelos objectivos que coloca e desejamos-lhe grandes êxitos.

Gostaria de, através do vosso jornal, agradecer aos delegados ao Congresso pela atenção que revelaram para com a delegação do PCUS, e reafirmar a todos os comunistas e a todos os trabalhadores com quem nos encontramos aqui, em Portugal, que, pela nossa parte, faremos tudo o que for necessário para reforçar a solidariedade fraternal que liga os comunistas portugueses e soviéticos, a compreensão mútua e a cooperação entre os nossos dois povos. ■

Dossier

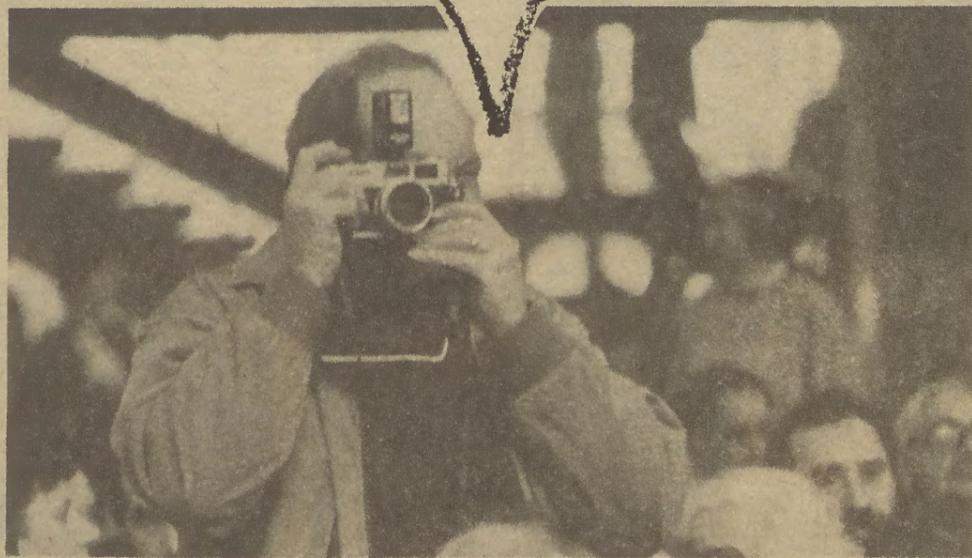
Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 781

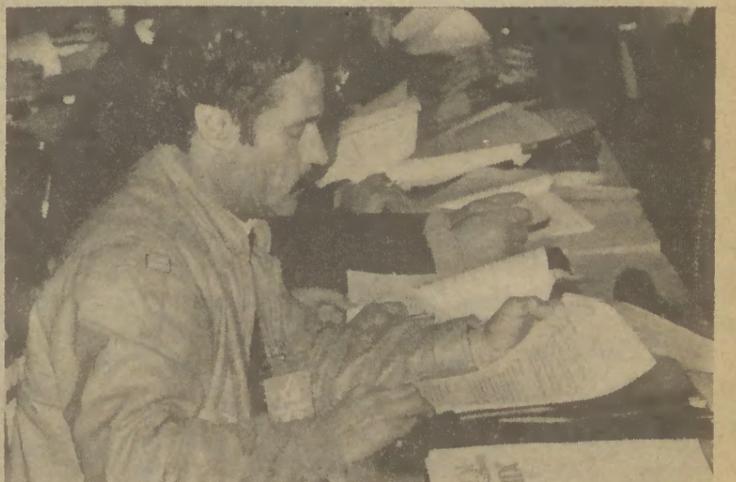
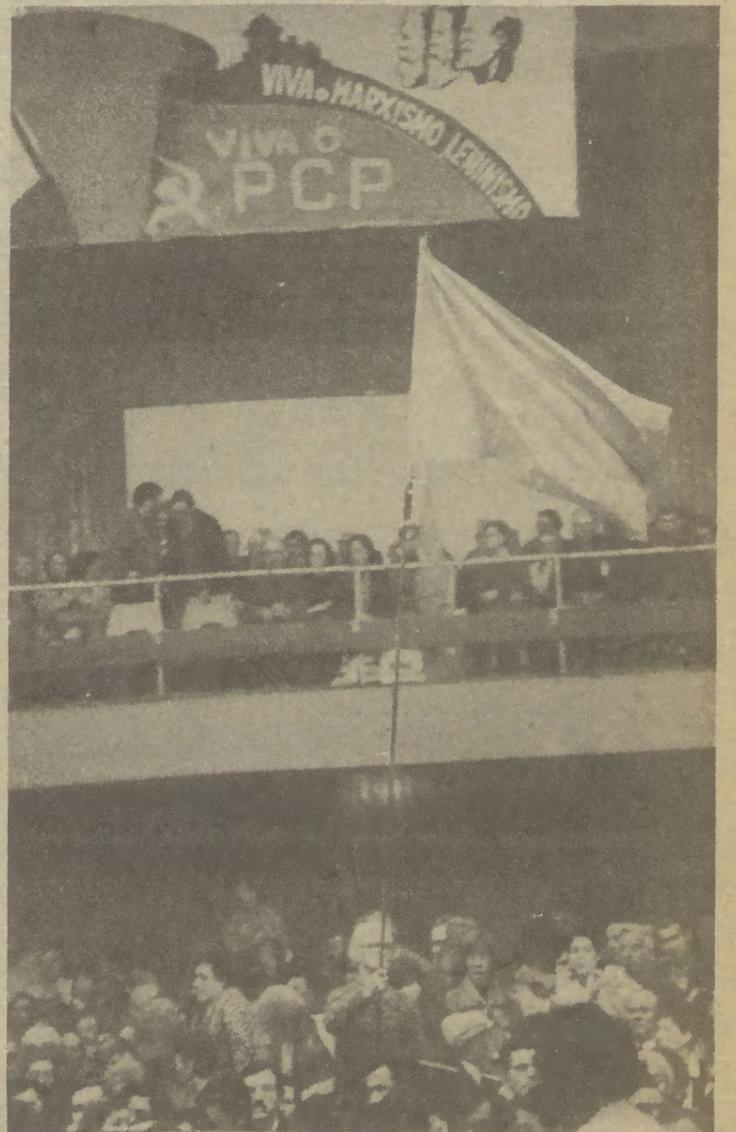
15 de Dezembro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Fotos do Congresso

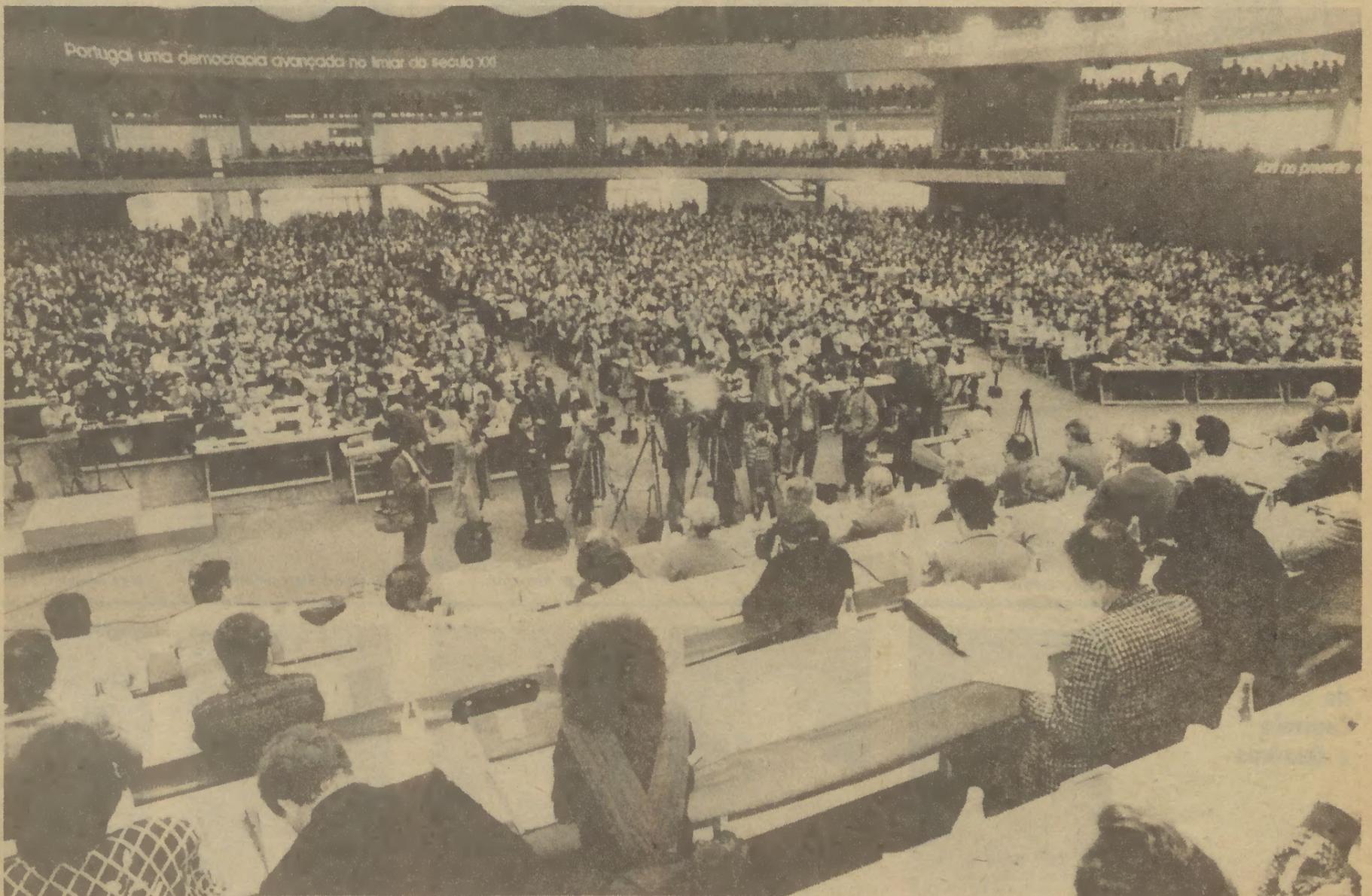


Os trabalhos do Congresso, seguidos com particular atenção pelos delegados, não dispensaram a leitura atenta dos documentos, o interesse pela forma como a imprensa deu cobertura a tão importante acontecimento na vida dos comunistas e do povo português, a par da justa alegria e orgulho de hastear a bandeira do Partido



XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avancada
no limiar
do século
XXI

A amizade e solidariedade entre amigos e camaradas foi uma constante no Palácio de Cristal — uma forma própria de os comunistas afirmarem a sua unidade



Organismos executivos do Comité Central



Comissão Política

Membros Efectivos

Álvaro Cunhal



Álvaro Cunhal



Ângelo Veloso



António Gervásio



António Lopes



Carlos Brito



Domingos Abrantes

Secretário Geral



Edgar Correia



Jorge Araújo



José Casanova



José Soeiro



Luís Sá



Raimundo Cabral

Membros Suplentes



Agostinho Lopes



António Orcinha



António Casmarrinha



Bernardina Sebastião



Carlos Carvalhas



Carlos Fraião



Carlos Luís Figueira



Decq Mota



Manuel Sobral



Sérgio Teixeira

Secretariado do Comité Central

Membros Efectivos



Álvaro Cunhal



Carlos Costa



Domingos Abrantes



Fernando Blanqui Teixeira



Jorge Araújo



Luísa Araújo



Octávio Pato

Membros Suplentes



Albano Nunes



Artur Vidal Pinto



Francisco Lopes

Comissão Central de Controlo e Quadros



Carlos Costa



Fernando Blanqui Teixeira



Jaime Serra



Joaquim Gomes



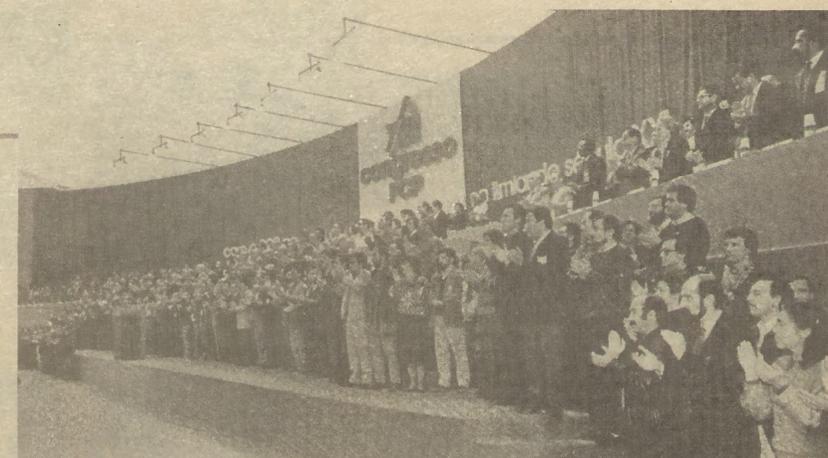
José Vitoriano



Luísa Araújo



Sérgio Vilarigues



COMISSÃO POLÍTICA

MEMBROS EFECTIVOS

Álvaro Cunhal
 Ângelo Veloso
 António Gervásio
 António Lopes
 Carlos Brito
 Domingos Abrantes
 Edgar Maciel Correia
 Jorge Araújo
 José Casanova
 José Soeiro
 Luís Sá
 Raimundo Cabral

MEMBROS SUPLENTES

Agostinho Ferreira Lopes
 António Orcinha
 António Casmarrinha
 Bernardina Sebastião
 Carlos Carvalhas
 Carlos Fraião
 Carlos Luís Figueira
 Decq Mota
 Manuel Sobral
 Sérgio Teixeira

Executivo da Comissão Política

Álvaro Cunhal
 Agostinho Lopes
 Ângelo Veloso
 Carlos Brito
 Domingos Abrantes
 José Casanova
 José Soeiro
 Luís Sá

SECRETARIADO DO COMITÉ CENTRAL

MEMBROS EFECTIVOS

Álvaro Cunhal
 Carlos Costa
 Domingos Abrantes
 Fernando Blanqui Teixeira
 Jorge Araújo
 Luísa Araújo
 Octávio Pato

MEMBROS SUPLENTES

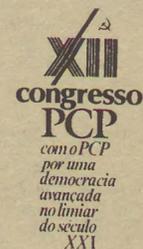
Albano Nunes
 Artur Vidal Pinto
 Francisco Lopes

COMISSÃO CENTRAL DE CONTROLO E QUADROS

Carlos Costa
 Fernando Blanqui Teixeira
 Jaime Serra
 Joaquim Gomes
 José Vitoriano
 Luísa Araújo
 Sérgio Vilarigues

SECRETÁRIO-GERAL

Álvaro Cunhal



Nos bastidores do Congresso, numa pausa dos trabalhos, não faltou oportunidade de confraternizar com o secretário-geral, camarada Álvaro Cunhal



Figuras bem conhecidas dos meios democráticos nacionais, como Vasco Gonçalves e Rosa Coutinho, contaram-se entre os convidados do XII Congresso

Exposição de ofertas ao XII Congresso sempre motivo de interesse





XIII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI



O trabalho dos jornalistas, a par dos amadores, registou para a posteridade os motivos de interesse de cada um





O Palácio de Cristal, com o seu belo enquadramento, recebeu nos dias do Congresso visitantes vindos de todo o país que o encheram com o seu transbordante calor humano

XIII
congresso
PCP
 com o PCP
 por uma
 democracia
 avançada
 no limiar
 do século
 XXI



As iniciativas do Partido são sempre excelente oportunidade para rever amigos, como aconteceu nos restaurantes que acolheram os delegados e convidados



Nos serviços de apoio não faltaram sequer as cabines telefónicas a demonstrar a preocupação da organização em prestar o melhor serviço aos seus convidados



Quem não gosta de levar uma lembrança para casa? Dos livros ao artesanato, a única dificuldade estava na escolha